



Nº 14

R E V I S T A
P E R S P E C T I V A

REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA INTERNACIONAL

ISSN 1983-9707 ANO 08 AGOSTO/SETEMBRO 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Carlos Alexandre Netto

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof. Hélio Henkin

CERI - CENTRO ESTUDANTIL

DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Coordenadora: João Otávio F. B. Cadore, Luísa A. Lorentz e Vitória Kramer.

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Coordenadora: Prof.^a Jacqueline Angelica Hernandez Haffner.

EDITORA-CHEFE: Analúcia Danilevicz Pereira.

CONSELHO EXECUTIVO: Ana Paula Fraga, Bruna H. Dalcin, Daiana W. Jung, João Paulo de M. Alves, Samuel Machado e Vitória Kramer.

CONSELHO EDITORIAL: Prof. André Luiz R. da Silva (UFRGS), Prof. André M. Cunha (UFRGS), Prof. Antônio Carlos M. Lessa (UNB), Prof. Carlos S. Arturi (UFRGS), Prof. Eduardo Ernesto Filippi (UFRGS), Prof. Érico E. Duarte (UFRGS), Prof. Fábio C. Morosini (UFRGS), Prof. José Miguel Q. Martins (UFRGS), Prof. Luiz Dario T. Ribeiro (UFRGS), Prof. Manuel Loff (Universidade do Porto, Portugal), Prof. Marco Aurélio C. Cepik (UFRGS), Prof.^a Mariana ne Wiesebron (UL/Leiden, Holanda), Prof.^a Miryam Olga Colacrai (UNR/Rosário, Argentina), Prof. Paulo Gilberto F. Visentini (UFRGS), Prof. Pedro Cezar D. Fonseca (UFRGS), Prof. Ricardo Antônio S. Seitenfus (UFSM), Prof.^a Sonia Maria Ranincheski (UFRGS).

CONSELHO CONSULTIVO: Prof. Adriano P. de Almeida (UFRGS), Prof.^a Ana Júlia Possamai (UFRGS), Prof. Christiano C. Ambros (UFRGS), Prof.^a Claudia Wasserman (UFRGS), Prof. Diego Canabarro (UFRGS), Prof. Eduardo M. Svartman (UFRGS), Prof. Enrique S. Padrós (UFRGS), Prof. Fabrício S. Ávila (UFRGS), Prof. Fernando D. Sebben (UFRGS), Prof. Gabriel Pessin (ESPM-Sul), Prof.^a Graciela de C. Pagliari (UFSM), Prof. Igor C. da Silva (UFSM), Prof. Júlio Cesar C. Rodriguez (UFS), Prof.^a Kamila Raquel Rizzi (UNIPAMPA), Prof. Lucas K. de Oliveira (UNILA), Prof. Lucas P. Rezende (UFSC), Prof.

Luciano V. Ferreira (UFRGS), Prof. Luiz Augusto E. Faria (UFRGS), Prof. Luiz Paulo F. Nogueiról (UFRGS), Prof.^a Luiza G. Schneider (UFRGS), Prof.^a Máira B. B. Vieira (IFRS), Prof. Marcos Aurélio B. dos Reis (UNISINOS), Prof. Rafael Balardin (UNIPAMPA), Prof. Ricardo Datheim (UFRGS), Prof. Robson Valdez (FEE), Prof. Rodrigo P. Martins (FEEVALE), Prof. Sergio Leusin (UFRGS), Prof. Sergio M. M. Monteiro (UFRGS), Prof. Thomaz Francisco S. A. Santos (UFRGS).

PARECERISTAS *AD HOC*: Prof.^a Ana Regina Falkembach Simão (ESPM e ULBRA), Prof. Diego Pautasso (ESPM e UNISINOS), Me. Fernanda Barth Barasul, Me. João Marcelo Conte Cornetet, Me. Nádia Barbacovi Menezes, Prof.^a Nathaly Silva Xavier Schütz (UNIPAMPA)

CAPA: Joana Machado e Vitória Kramer

EQUIPE TÉCNICA:

EDITORAÇÃO: Ramiro Bastos, Ana Porazzi

REVISÃO: Paula Salem Carpio

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL: Glauber Machado

APOIO: Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFRGS)

Os materiais publicados na revista *Perspectiva: Reflexões sobre a Temática Internacional* são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.

Os artigos assinalados refletem o ponto de vista de seus autores e não necessariamente a opinião dos editores desta revista.

Revista Perspectiva:

Reflexões sobre a Temática Internacional

UFRGS - Faculdade de Ciências Econômicas

CERI - Centro Estudantil de Relações Internacionais

Av. João Pessoa, 52, Campus Centro, CEP 90040-000,

Porto Alegre - RS - Brasil.

E-mail: revistaperspectivari@gmail.com

Telefone: (51) 3308-3311 - ramal 3508

<http://www.ufgs.br/revistaperspectiva>

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Revista perspectiva: reflexões sobre a temática internacional /
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Centro Estudantil de Relações Internacionais. - Ano 8, n. 14 (ago./set. 2015)
- Porto Alegre : UFRGS/FCE/CERI, 2008 -

Semestral.

ISSN 1983-9707.

1. Relações exteriores : Política. 2. Relações internacionais. 3. Política internacional. 4. Cooperação internacional.

CDU 327

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Fac. de Ciências Econômicas da UFRGS

SUMÁRIO

EDITORIAL 7

ARTIGOS

Debate (meta)teórico entre o Realismo Neoclássico
e os Realismos Estruturais nas Relações Internacionais 9
Augusto César Dall’Agnol

Globalização: uma teoria nova?..... 23
Arthur Gabriel da Silva Pacheco Machado

O capitalismo imperialista e a esfera político-midiática:
a sujeição da mídia ao imperialismo e sua influência
nas Relações Internacionais..... 39
João Otávio Figueiredo Bueno Cadore
Laura Castro Gonçalves
Luísa Acauan Lorentz
Vitória Gonzalez Rodriguez

O petróleo e a Primeira Guerra Mundial:
consequências operativas e planejamento estratégico..... 57
Bruno Luiz de Souza Ronchi
Bruno Palombini Gastal
Stefano Arroque
Yuri Pinheiro da Rosa

O preconceito estadunidense nas políticas internas e externas
com a América Latina, durante a Guerra de Secessão
e a expansão no século XX..... 73
Douglas Felipe Gerhardt
Wagner Fernandes de Azevedo

O Zimbábue no século XXI: a utilização do aparelho estatal
como ferramenta de manutenção do poder..... 93
Felipe Rocha de Carvalho

Política externa na Redemocratização (1979-1990):
o pragmatismo brasileiro nas relações com os Estados Unidos..... 107
João Henrique Salles Jung

RESENHA

KENNEDY, Paul. Engenheiros da vitória: os responsáveis
pela Reviravolta na Segunda Guerra Mundial.
São Paulo: Companhia das Letras, 2014..... 127
Resenhado por Guilherme Simionato

ENTREVISTA

Entrevista com o Major do Exército Brasileiro Sylvio Ferreira
sobre a Missão de Paz da ONU no Saara Ocidental:
impacto regional e o papel do Brasil 131

PARÂMETROS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS..... 133

SUMMARY

EDITORIAL 7

ARTICLES

(Meta)Theoric Debate Among the Neoclassical Realism
and the Structural Realisms in the International Relations..... 9
Augusto César Dall'Agnol

Globalization: a New Theory..... 23
Arthur Gabriel da Silva Pacheco Machado

The Imperialist Stage of Capitalism and the Political Media Sphere:
The Subjection of the Media to Imperialism and its Influences
on International Relations 39
João Otávio Figueiredo Bueno Cadore
Laura Castro Gonçalves
Luísa Acauan Lorentz
Vitória Gonzalez Rodriguez

Oil and the First World War:
Operative Consequences and Strategic Planning 57
Bruno Luiz de Souza Ronchi
Bruno Palombini Gastal
Stefano Arroque
Yuri Pinheiro da Rosa

The US Prejudice in its Domestic and Foreign Policy
Towards Latin America During the Civil War
and its Expansion in the Twentieth Century 73
Douglas Felipe Gerhardt
Wagner Fernandes de Azevedo

Zimbabwe in the 21st Century: the Use of the State Machinery
as a Tool to Power Maintenance 93
Felipe Rocha de Carvalho

Foreign Policy in the Redemocratization (1979-1990):
the Brazilian Pragmatism in the Relations with the United States 107
João Henrique Salles Jung

REVIEW

KENNEDY, Paul. Engenheiros da Vitória: Os Responsáveis pela
Reviravolta na Segunda Guerra Mundial.
São Paulo: Companhia das Letras, 2014 127
Reviewed by Guilherme Simionato

INTERVIEW

Interview on the UN Peacekeeping Mission on Western Sahara:
regional impact and Brazil's role with Major Sylvio Ferreira,
from the Brazilian Army 131

PARAMETERS FOR ARTICLES SUBMISSIONS 133

Editorial

A 14ª Edição da Revista *Perspectiva* busca tornar públicos novos esforços de pesquisa de alunos de graduação do campo das Relações Internacionais e da Ciência Política. O presente número reúne artigos de temáticas diversas, indo desde discussões teóricas no campo das relações internacionais, passando por estudos históricos da política internacional, até análises das situações políticas de países em específico. Ademais, todos passaram por um cuidadoso processo de inspeção e seleção, resultando na conjunção de trabalhos com qualidade acadêmica garantida. Assim, espera-se que esta iniciativa continua contribuindo de alguma forma para a disseminação do conhecimento acerca de reflexões sobre assuntos internacionais.

Quanto às discussões envolvendo aspectos teóricos das relações internacionais, o artigo *Debate (meta)teórico entre o realismo neoclássico e os realismos estruturais nas relações internacionais* busca sistematizar um debate interno existente no campo das relações internacionais ao comparar três programas de pesquisa e suas características. Já o artigo *Globalização: uma teoria nova?* busca refletir sobre a inserção dos países do “Sul Global” no sistema internacional e sobre as idéias apresentadas pelas teorias da Globalização nesse sentido. Para mais, o artigo *O capitalismo imperialista e a esfera político-midiática: a sujeição da mídia ao imperialismo e sua influência nas relações internacionais* aborda a relação entre teorias do capitalismo imperialista e a sua associação com o papel da mídia na política global.

Os temas históricos da política internacional são abordados pelo artigo *O petróleo e a Primeira Guerra Mundial: consequências operativas e planejamento estratégico*, que busca explicar a relação entre o recurso energético, o desenvolvimento das capacidades militares durante a Paz Armada e o crescimento da importância geoestratégica de algumas regiões do mundo. Já o artigo *Política externa na Redemocratização (1979-1990): o pragmatismo brasileiro nas relações com os Estados Unidos* visa discutir como se deram as relações entre os dois países durante o período da redemocratização brasileira. Ademais, o artigo *O preconceito estadunidense nas políticas internas e externas com a América Latina, durante a Guerra de Secessão e a Expansão no Século XX* analisa as políticas imperialistas estadunidenses para os povos hispânicos durante a sua Guerra de Secessão.

Já o artigo *O Zimbábue no Século XXI - a utilização do aparelho estatal como ferramenta de manutenção do poder* objetiva analisar a forma como o governo zimbabuano, sob o comando de Robert Mugabe, utiliza dos mecanismos estatais para preservar o regime vigente desde a década de 1980.

Enfim, conta-se com a resenha da obra *Engenheiros da vitória: os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial*, de Paul Kennedy, além de uma entrevista com o Major Sylvio Ferreira acerca da Missão de Paz da ONU no Saara Ocidental: impacto regional e o papel do Brasil. Neste ano, estamos em busca de alcançar ainda mais pessoas com a divulgação da revista através de suas páginas nas redes sociais, a fim de darmos mais visibilidade às edições. Além disso, a publicação digital da revista já foi implementada, de modo a facilitar o acesso aos artigos por parte do ambiente acadêmico e do público em geral. Esperamos que nossos leitores tenham o mesmo prazer em desfrutar dessa edição que nós tivemos trabalhando nela!

Conselho Executivo

Debate (meta)teórico entre o Realismo Neoclássico e os Realismos Estruturais nas Relações Internacionais

*Augusto César Dall'Agnol**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo geral sistematizar a discussão interna no que se refere à teoria do Realismo das Relações Internacionais. Ou seja, como os três Realismos elencados aproximam-se e se distanciam em relação a seus pontos nevrálgicos? Para isso, buscará, por meio de revisão bibliográfica, sistematizar os Realismos na forma de Programas de Pesquisa Científicos consoante com a ideia de Lakatos. O trabalho caracteriza-se por um estudo descritivo e que versa, sobretudo, sobre assuntos metateóricos.

PALAVRAS-CHAVE: Realismo Estrutural. Realismo Ofensivo. Realismo Neoclássico. Lakatos. Progresso Teórico.

1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo geral sistematizar a discussão interna no que se refere à teoria do Realismo das Relações Internacionais. Ou seja, como os três Realismos elencados aproximam-se e se distanciam em relação a seus pontos

* Graduando do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria, pesquisador no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais de Santa Maria (PRISMA) na linha de Segurança Internacional, membro do Grupo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Política Internacional Contemporânea (GEPPIC), do Grupo de Análise da Política Externa no Brasil Contemporâneo (GAPEB) e membro do Comitê Editorial da Revista InterAção (ISSN 2357-7975). E-mail: a.agnol@gmail.com.

nevrálgicos? Objetiva-se, assim, sistematizar o Realismo Estrutural¹ de Kenneth Waltz (1979) e o Realismo Ofensivo de John J. Mearsheimer (2001; 2006), tal qual proposta por Flávio P. Mendes (2013) em sua tese doutoral, na forma de um Programa de Pesquisa Científico (PPC). Expõe-se, ainda, as principais contribuições do Realismo Neoclássico, presentes em três artigos, de Gideon Rose (1998), Randall Schweller (2003), e Feng & Zhang (2006) ao debate realista das Relações Internacionais. Por fim, analisar-se-á a possibilidade e a viabilidade de sistematizar um possível Programa de Pesquisa Científico (PPC) do Realismo Neoclássico, consoante com os trabalhos de Rose (1998), Schweller (2003) e Feng & Zhang (2006).

Além das bibliografias supracitadas, o presente trabalho vale-se da contribuição do livro de Elman & Elman (2003) e dos artigos desenvolvidos por Humphreys (2012) e Silveira (1996), que vêm a contribuir com o desenvolvimento da proposta deste trabalho. O presente artigo encontra-se, assim, em um patamar de abstração tal que não se aterá à pormenorização de alguns conceitos suficientemente difundidos na literatura. Tampouco lançará mão de exemplos históricos. Ater-se-á, portanto, à essência dos elementos discutidos nos três Realismos elencados

Na primeira seção deste artigo buscar-se-á expor a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica de Lakatos sem, entretanto, aprofundar no embate Popper-Kuhn-Lakatos². A segunda seção destina-se a incorporar o Realismo Estrutural à epistemologia de Lakatos, tal qual proposta por Mendes (2013), a fim de formalizar um Programa de Pesquisa Científico do mesmo. Na terceira seção busca-se compreender os motivos das contribuições de Mearsheimer constituírem-se em uma mudança teórica intraprogramática progressiva. Na última seção, por fim, traz-se o debate acerca da contribuição do Realismo Neoclássico ao debate interno dos Realismos, além de buscar compreender o Realismo Neoclássico como um Programa de Pesquisa Científico distinto daquele do Realismo Estrutural.

2 Lakatos e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científicos

Antes de analisar no que consiste a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científico (MPPC) de Lakatos, é importante ressaltar que o presente trabalho não busca remontar o debate acerca da filosofia da ciência de Karl Popper e da abordagem de Thomas Kuhn. Basta salientar, contudo, que a MPPC de Lakatos “pode ser encarada como uma sofisticação do programa falseacionista [de Popper] pela incorporação de críticas introduzidas por Kuhn e seus seguidores” (MENDES, 2013, p. 30).

¹ Na entrevista de Reis (2011, p. 132) com Waltz, o autor revela que gosta do rótulo de realista estrutural. “Porque neorealismo não nos diz ao certo o que é. Só nos diz o que não é; que não é Realismo Tradicional. Realismo Estrutural, pelo menos, dá-nos uma sugestão do que é novo no neorealismo”.

² O embate entre Popper e Kuhn pode ser encontrado na tese doutoral de Mendes (2013, p. 16-39).

Quanto ao PPC proposto por Lakatos (1979), um programa de pesquisa pode ser caracterizado pelo seu núcleo duro. O núcleo duro é convencionalmente aceito e, portanto, irrefutável, por decisão provisória. Isto é, é protegido pela heurística negativa do programa, que funciona como “um conjunto de proposições que expressam que o seu conteúdo não pode ser diretamente desafiado ou testado” (Elman, C.; Elman M., 2003, p. 26, tradução nossa). O cinturão de proteção, por sua vez, é passível de ser modificado e reajustado através da introdução de hipóteses auxiliares a fim de resguardar o núcleo duro contra possíveis anomalias. De acordo com Mendes (2013, p. 32) “é ele quem recebe diretamente os golpes da empiria e trata de acomodá-los”. O reajuste do cinturão de proteção, entretanto, deve obedecer às determinações da heurística positiva do PPC, definida por Lakatos (1979, p. 165, tradução nossa) como um “conjunto parcialmente articulado de sugestões ou palpites sobre como mudar e desenvolver as variantes refutáveis do programa de pesquisa, e sobre como modificar e sofisticar o cinturão de proteção refutável”. A heurística positiva indica, então, que o desenvolvimento de um PPC relaciona-se com a previsão de prováveis anomalias e a elaboração de diretrizes para guiar o seu tratamento.

Quanto à avaliação acerca da progressividade dos PPC, vale ressaltar que ela envolve regras que caracterizam os Programas de Pesquisa Científicos como “progressivos” ou “regressivos”. Um programa é “teoricamente progressivo quando cada modificação no cinturão protetor leva a novas e inesperadas previsões ou retrodições”³ (SILVEIRA, 1996, p. 223). Ele será empiricamente progressivo, portanto, se pelo menos algumas das novas previsões forem corroboradas.

Sempre é possível, através de convenientes ajustes no “cinturão protetor”, explicar qualquer anomalia. [...] Estes ajustes são “ad-hoc” e o programa está “regredindo” ou “degenerando” quando eles apenas explicam os fatos que os motivaram, não prevendo nenhum fato novo, ou, se prevendo fatos novos, nenhum é corroborado (SILVEIRA, 1996, p. 223).

Para ser considerada científica, portanto, é necessário que uma teoria seja teoricamente progressiva, ou seja, precisa levar à previsão de fatos novos. Além de ser teoricamente progressiva, a teoria deve ser empiricamente progressiva. “Isso significa que pelos menos parte dos novos fatos previstos deve ser corroborada empiricamente” (MENDES, 2013, p. 33).

Por fim, cabe destacar as duas possíveis formas de mudanças teóricas: intra-programáticas e interprogramáticas. As mudanças intraprogramáticas são caracterizadas por alterações no cinturão de proteção de um PPC, sem, contudo, ferir o seu núcleo duro. “Neste caso, continua-se no interior de um mesmo PPC, o qual

³ Entendemos como uma retrodição a explicação de um fato já conhecido, e uma previsão como a antecipação de um fato ainda não observado.

é considerado progressivo se as alterações respeitarem os critérios de aceitabilidade e de heurística. Caso contrário, está-se diante de uma mudança degenerativo” (MENDES, 2013, p. 35). As mudanças interprogramáticas, por sua vez, são caracterizadas por alterações no núcleo duro do PPC, ou seja, vão de encontro às determinações de sua heurística negativa. Neste sentido, há a criação de um novo PPC, com um novo núcleo duro, sem, entretanto, acarretar a imposição das regras da heurística positiva do primeiro ao segundo

3 Projeto de pesquisa científica do Realismo Estrutural de Waltz

A presente seção destina-se a incorporar o Realismo Estrutural à epistemologia de Lakatos, tal qual proposta por Mendes (2013), a fim de formalizar um Programa de Pesquisa Científico do mesmo. Ou seja, faz-se necessário identificar quais argumentos das obras de Waltz compõem o núcleo duro deste PCC, protegido pela sua heurística negativa. Cabe identificar, também, quais partes do trabalho de Waltz compõem o seu cinturão de proteção e suas hipóteses auxiliares.

Flávio P. Mendes (2013, p. 98-105), em sua tese doutoral, propõe que a obra de Waltz dá origem a um Programa de Pesquisa Científico cujo núcleo duro é composto por quatro elementos: i) os principais atores da política internacional são os Estados; ii) os Estados são unitários; iii) os Estados colocam sua sobrevivência acima de qualquer outro objetivo; iv) os principais incentivos ao comportamento dos Estados, que dão conta das resultantes internacionais mais significativas, emanam da estrutura⁴ do sistema internacional.

Quanto à sobrevivência dos Estados como primeiro objetivo, Waltz reconhece que os objetivos dos Estados podem variar dramaticamente, desde a dominação universal até a simples sobrevivência (WALTZ, 1979, p. 117). Entretanto, considerar os Estados como unitários, assim como afirmar que os principais incentivos ao comportamento dos Estados emanam da estrutura do sistema internacional, são pressupostos ontológicos. Waltz abstrai, portanto, os processos domésticos de formação de interesses e de tomada de decisão, uma vez que, “teorias não podem incluir todas as variáveis que possam ser consideradas importantes”, conforme aponta o realista estrutural (HUMPHREYS, 2014, p. 401, tradução nossa).

Quanto à heurística negativa do PPC do Realismo Estrutural, esta proíbe, de acordo com a MPPC de Lakatos exposta na primeira seção, qualquer emenda teórica que pressuponha, por exemplo: i) que os Estados não são os principais atores da política internacional; ii) que instituições internacionais e regimes são capazes de alterar fundamentalmente as dinâmicas da política internacional; iii)

⁴ Percebe-se, aqui, que a utilização de termos como “teorias sistêmicas”, ou “nível sistêmico”, por Waltz, faz com que o termo sistema seja um sinônimo de estrutura ao longo da obra do autor.

que o dilema da segurança, a anarquia e a balança de poder não são variáveis a serem observadas pelos Estados; iv) que os atos dos Estados são traçados principalmente por atributos internos aos Estados, como caráter das instituições ou tipo de organização econômica (MENDES, 2013, p. 100-101).

Mendes (2013, p. 101) aponta, contudo, que uma ressalva precisa ser feita. “O pressuposto de que os Estados são racionais não foi incluído no núcleo duro do PPC do Realismo Estrutural” mesmo que esse seja quase uma unanimidade entre os teóricos que problematizaram o realismo de Waltz. De maneira direta, Waltz (1979, p. 118, tradução nossa) afirma: “perceba que a teoria não requer qualquer pressuposto de racionalidade ou de constância de vontade por parte de todos os atores”. Isto decorre do tipo de teoria que Waltz pretendia desenvolver: “uma teoria sistêmica que aponte não como determinados Estados se comportam, mas quais os constrangimentos colocados aos Estados pelas características estruturais do sistema internacional” (MENDES, 2013, p. 102). Neste sentido, Humphreys tece sua crítica a Waltz afirmando que:

[...] a sua teoria [de Waltz] pode ser heurísticamente aplicável, provendo informações úteis sobre as pressões a que estão sujeitos os Estados, mas ela não pode gerar hipóteses plausíveis sobre comportamentos específicos que podem ser esperados dos Estados sob condições estruturais específicas (HUMPHREYS, 2014, p. 394, tradução nossa).

Em torno do núcleo duro, Lakatos (1979) sinaliza a existência de um cinturão de proteção formado por hipóteses auxiliares. As expectativas teóricas que Waltz deriva dos pressupostos basilares de sua abordagem formam o cinturão de proteção do PPC do Realismo Estrutural. De acordo com Mendes, são elas:

(i) Os Estados equilibram poder, por esforços internos e externos de balanceamento, como forma de garantir sua sobrevivência no anárquico sistema internacional; (ii) Os Estados possuem natureza iminentemente posicional conservadora, preocupando-se, sobretudo, com a manutenção da sua posição relativa no sistema; (iii) Sistemas bipolares são mais estáveis e pacíficos do que sistemas multipolares (MENDES, 2013, p. 103-104).

Em síntese, uma teoria que parte dos mesmos pressupostos que fazem parte do núcleo duro do PPC do Realismo Estrutural, mas que modifique “uma ou mais das expectativas teóricas que formam o cinturão de proteção, ainda assim permanece no interior do programa, originando uma mudança teórica intraprogramática” (MENDES, 2013, p. 104). Para Lakatos, no entanto, para ser legitimamente científica, uma alteração no cinturão de proteção deve respeitar a orientação geral do PPC, de modo a manter sua coerência interna. Ou seja, deve ser respeitada a heurística positiva do programa, que Lakatos (1979, p. 165) define como um “conjunto parcialmente articulado de sugestões ou palpites sobre como mudar e desenvolver as variantes refutáveis do programa de pesquisa, e sobre como modificar

e sofisticar o cinturão de proteção refutável”. A próxima seção destina-se a avaliar as contribuições trazidas pelo Realismo Ofensivo de Mearsheimer (2001), na qualidade de principal alteração do PPC do Realismo Estrutural desde sua constituição.

4 Mudança e progressividade no Realismo Ofensivo

Faz-se necessário, desde já, antecipar que ao falarmos do Realismo Ofensivo, restringimo-nos à visão de Mearsheimer. Mendes (2013) vislumbra que as inovações trazidas por Mearsheimer constituem-se em uma mudança teórica intraprogramática progressiva. Entende-se, então, que:

(i) o realismo ofensivo subsume integralmente o núcleo duro do programa de pesquisa, em respeito à sua heurística negativa; (ii) as emendas teóricas trazidas pelo realismo ofensivo modificam elementos do – e introduzem elemento no – cinturão de proteção de hipóteses auxiliares do programa; e (iii) o realismo ofensivo respeita as injunções da heurística positiva do programa (MENDES, 2013, p. 106-107).

Ou seja, ambos compartilham a mesma variável dependente ao passo que, tanto Waltz como Mearsheimer se afastam do Realismo Tradicional de Morgenthau (1948) para explicar o caráter competitivo da política internacional. O Realismo de Morgenthau entende que capacidade não é nem um atributo unitário, nem estrutural, mas uma relação entre os Estados, como o resultado potencial de uma interação militar. Isto é, ele foca na distribuição relativa de capacidades entre Estados e alianças específicas, e não na distribuição sistêmica de capacidade ou na sua polaridade (SCHWELLER, 2003, p. 331). Mearsheimer entende que a competição se trata de um incentivo sistêmico, derivado da estrutura do sistema internacional, ou seja, da polaridade do sistema auferida pelo número de grandes potências, e não pelas assimetrias entre elas. Ao definir o sistema internacional, o realista ofensivo apresenta três pressupostos:

primeiro, os Estados são os principais atores e operam em anarquia, o que significa, simplesmente, que não há uma autoridade mais forte acima deles. Segunda, todas as grandes potências têm alguma capacidade militar ofensiva, o que significa que elas têm meios para ferir umas as outras. Terceira, nenhum Estado pode saber a intenção de outro com certeza, especialmente suas futuras intenções (MEARSHEIMER, 2006, p. 160, tradução nossa).

É possível, ainda, identificar outros dois pressupostos na teoria de Mearsheimer. Primeiro, que as grandes potências são atores racionais, isto é, elas são capazes de reconhecer os constrangimentos que lhe são impostos e de fazer cálculos no sentido de empregar os meios mais adequados e eficientes para atingir os fins visados (MEARSHEIMER, 2001, p. 30-32). Em segundo lugar, que os Estados maximizam poder, como assinala o autor:

Apreensivos sobre as reais intenções dos demais Estados, e conscientes de que operam num sistema de auto-ajuda, os Estados rapidamente compreendem que a melhor maneira de garantir sua segurança é sendo o Estado mais poderoso do sistema. Quanto mais forte for um Estado em relação a seus potenciais rivais, menos provável será que um deles o atacará e ameaçará sua segurança. (MEARSHEIMER, 2001, p. 33, tradução nossa)

Waltz e Mearsheimer convergem, portanto, na visão de que os Estados temem uns aos outros e que seus comportamentos são ditados pela tônica da auto-ajuda. Concordam quanto ao dilema da segurança e a preocupação com ganhos relativos (MEARSHEIMER, 2001, p. 32-37). Convergem, ainda, quanto ao objetivo último dos Estados ser, no mínimo, a sobrevivência.

Para o realista ofensivo, portanto, as grandes potências nunca estão satisfeitas com a quantidade de poder que controlam e se encontram em constante busca de oportunidades para alterar em seu favor o *status quo* internacional. A melhor maneira de um Estado garantir sua sobrevivência é, então, tornar-se incontestavelmente o mais forte do sistema, um *hegemon* cujo poder e cuja superioridade não possam ser desafiados com alguma expectativa de sucesso.⁵ Cabe salientar, contudo, que Mearsheimer (2001, p. 37, tradução nossa) entende que “as grandes potências não são agressores negligentes, tão inclinados a ganhar poder ao ponto de entrarem em guerras perdidas ou de perseguirem vitórias pírricas”, e daí decorre a racionalidade assinalada pelo autor.

5 O Realismo Neoclássico: avanços e desafios

Ainda que Schweller (2003, p. 312-315) aponte que a Metodologia do Programa de Pesquisa Científico de Lakatos não seja aplicável às Teorias de Relações Internacionais (TRI)⁶, a presente seção destina-se a trazer o debate do Realismo Neoclássico para junto do aqui já articulado entre o Ofensivo e o Estrutural. Schweller afirma, também, ao se perguntar se o Realismo Neoclássico é um PPC progressivo, que deixa de lado a MPPC de Lakatos para utilizar quatro critérios difundidos para julgar se uma teoria, ou um programa de pesquisa inteiro, representam progresso, ou não. Primeiro, a pesquisa levanta questões interessantes e importantes como a proposição de novos desafios empíricos e teóricos? Segundo, a hipótese, a teoria, ou o programa de pesquisa no qual estão inseridas são razoavelmente sustentadas pelas evidências? Terceiro, a metodologia aplicada é consistente com os princípios estabelecidos da evidência e do argumento das ciências sociais? Quarto, quando se avalia um programa de pesquisa ou um tronco teórico, faz-se

⁵ O debate criado por Mearsheimer entre o desejo de um Estado ser *hegemon* global ou regional pode ser aprofundado na crítica de Diniz (2006) a qual traz o erro de Mearsheimer ao confundir unipolaridade com hegemonia.

⁶ Schweller (2003, p. 313) faz uma ressalva, entretanto, afirmando que talvez somente o Realismo Estrutural de Waltz e o Realismo Ofensivo de Mearsheimer representem Teorias de Relações Internacionais completamente articuladas.

necessário levantar uma questão lakatosiana: o programa de pesquisa está produzindo conhecimento cumulativo? Afinal “acumulação de conhecimento é condição *sine qua non* para o progresso científico”.

Neste sentido, faz-se necessário salientar que o Realismo Neoclássico incorpora tanto as variáveis externas quanto as internas, atualizando e sistematizando certas visões traçadas pelo pensamento do Realismo Tradicional. De acordo com Rose (1998, p. 146, tradução nossa) seus defensores “argumentam que o escopo e a ambição da política externa de um país é guiada, primeiramente, e principalmente, pela sua posição no sistema internacional e especificamente pela força das suas capacidades materiais”. E é por isso que eles são realistas. É por isso que são realistas. Além disso, “o impacto da força dessas capacidades na política externa é indireta e complexa, porque as pressões sistêmicas precisam ser traduzidas por variáveis intervenientes ao nível da unidade”.

O Realismo Neoclássico constitui-se, então, em perspectiva teórica que pode ser utilizada para a compreensão das decisões de política externa uma vez que incorpora tanto variáveis sistêmicas como unitárias de análise. Como se depreende do trecho de Rose, os realistas neoclássicos aproximam-se das idéias do Realismo Estrutural ao nível sistêmico, no qual considerações quanto à segurança são tomadas como uma das principais pressões sistêmicas que moldam o comportamento dos Estados. Ao nível unitário, entretanto, indicam que durante o processo decisório as pressões sistêmicas são filtradas por variáveis domésticas.

De acordo com Schweller (2003, p. 317), ainda que não abandonem a visão de Waltz a respeito da estrutura do sistema internacional, os teóricos do Realismo Neoclássico valem-se das contribuições trazidas pelos realistas tradicionais, os quais focavam-se mais na política externa do que no nível sistêmico. Ou seja, o Realismo Neoclássico traz, também, os argumentos da primeira e da segunda imagem para explicar o processo de tomada de decisão da política externa.

Cabe, então, diferenciar o escopo de uma teoria da política internacional do de uma teoria da política externa. Para Waltz (1979, p. 72, tradução nossa), “teorias sistêmicas explicam porque diferentes unidades comportam-se de forma semelhante e, apesar de suas variações, produzem resultados dentro dos limites esperados”. As teorias ao nível unitário “revelam porque diferentes unidades comportam-se diferentemente apesar de terem posições semelhantes dentro do sistema”. Uma teoria da política externa, por sua vez, é uma teoria de nível nacional, ou seja, ela lida com a maneira com que diferentes políticas vão responder às pressões externas. É neste sentido, sobretudo, que os realismos estruturais e o Neoclássico acabam por se diferenciar, uma vez que os primeiros apresentam-se como teorias de política internacional – além de se pretenderem sistêmicos – enquanto o segundo se apresenta como uma teoria de política externa, ainda que não seja uma teoria de nível unitário.

Para Waltz (1979, p. 121, tradução nossa), entretanto, exigir que uma teoria de política internacional – tal como a sua – explique ações específicas dos Estados equivale a “esperar que a teoria da gravitação universal explique a trajetória de uma folha em queda”. Para o autor, este tipo de explicação deveria ser buscado em uma teoria de política externa⁷. Feng e Zhang, por exemplo, apontam que, se para o Realismo Neoclássico os efeitos sistêmicos são considerados as variáveis independentes,

[...] os fatores ao nível da unidade são variáveis intervinientes que conectam a política externa e o sistema internacional, eles têm a capacidade de fortalecer ou enfraquecer a influência dos fatores estruturais ao comportamento da unidade (FENG; ZHANG, 2006, p. 122, tradução nossa).

Para Schweller (2003, p. 317), o Realismo Neoclássico representa progresso entre as teorias realistas, uma vez que ele busca clarear e ampliar a lógica empregada pelo Realismo Tradicional e Estrutural. Além disso, progride ao passo que emprega o método de estudos de caso para testar teorias gerais, explicar casos e gerar hipóteses. Incorpora, ainda, a primeira, a segunda e a terceira imagens em suas variáveis e direciona questões importantes sobre política externa e comportamento nacional e, por fim, progride no sentido de produzir um corpo de conhecimento cumulativo.

O Realismo Neoclássico busca responder, portanto, questões como:

Sob que condições as nações expandem os seus interesses políticos? Qual é a relação entre o comportamento externo de uma nação e a sua mobilização doméstica? Como as elites políticas percebem e pensam sobre o seu poder na política mundial? Como Estados avaliam e adaptam-se às mudanças do seu poder relativo? Como Estados respondem a desafios e oportunidades na sua esfera externa? Diferentes tipos de Estados respondem de diferentes formas? O que explica a variação em estratégias de alianças entre os Estados, se eles preferem balancear, buck-pass, bandwagon, chain-gang, ou evitar as alianças por completo? (SCHWELLER, 2003, p. 318, tradução nossa).

Quanto à importância dos líderes políticos e das elites, Rose (1998, p. 147; 167) ressalta que são suas percepções de poder relativo⁸ que importam, e não simplesmente a quantidade relativa de recursos físicos em questão. Além disso, o crescimento das forças materiais relativas leva, eventualmente, a uma correspondente expansão na ambição e no escopo da atividade da política externa de um país. Além disso, líderes e elites não possuem total liberdade para extrair e direcionar recursos nacionais de acordo com seus desejos, ou seja, países com capacidades brutas comparáveis, mas diferentes estruturas de estado, serão suscetíveis a agirem de formas distintas.

⁷ É importante ressaltar que Waltz não atribuiu nenhuma superioridade a priori entre teorias de política internacional e teorias de política externa. Elas simplesmente tratam de objetos distintos e respondem a diferentes questões.

⁸ Rose (1998, p. 151) assinala que os realistas neoclássicos normalmente definem “poder relativo” como “as capacidades e os recursos com os quais os Estados podem influenciar uns aos outros”.

Rose (1998, p. 152) aponta, ainda, que em vez de assumirem que os Estados buscam por segurança – como afirma Waltz – os realistas neoclássicos assumem que os Estados respondem às incertezas da anarquia internacional procurando controlar e moldar o seu ambiente externo. Ou seja, conforme o poder relativo de um Estado aumenta, este buscará mais influência no exterior, e à medida que declina, suas ações e ambições vão diminuir de acordo com o recuo.

Metodologicamente, o Realismo Neoclássico dá ênfase para narrativas teoricamente informadas que traçam como a força material relativa é traduzida no comportamento dos decisores políticos atuais. Seus defensores mostraram que essa abordagem pode iluminar o comportamento dos países em muitas regiões do mundo durante vários períodos históricos (ROSE, 1998, p. 168).

6 Considerações finais

Este artigo pretendeu, por fim, ser frutífero para a pesquisa na área ao apresentar uma análise preliminar das questões relacionadas ao progresso e do debate dentro da teoria Realista. Ao avaliar correntes teóricas, parece ser plausível a seguinte questão para uma futura pesquisa: para onde vai seguir o maior progresso do Realismo? Através de mudanças interprogramáticas ou intraprogramáticas?

A progressividade do Realismo Ofensivo pode ser representada uma vez que leva à previsão de novos fatos, como se observa, por exemplo, i) na ideia oferecida por Mearsheimer a respeito dos constrangimentos à projeção de poder; ii) através dos pressupostos dos estudos estratégicos, que proporciona uma visão mais aguçada das situações de balanceamento e buck-passing, além das contribuições acerca da ascensão da China (MEARSHEIMER, 2006). Representa, então, uma mudança intraprogramática ao passo que respeita as determinações da heurística positiva do PPC do Realismo Estrutura e que ajuda a responder anomalias encontradas na abordagem de Waltz.

Percebe-se, pelo lado do Realismo Clássico, que ele se constitui em um novo PPC – ainda que semelhante ao do Realismo Estrutural, uma vez que continua pertencendo ao tronco teórico Realismo – em decorrência da violação do núcleo duro do PPC do Realismo Estrutural. Rompe, principalmente, no que tange à visão de que o Estado não é unitário e acerca dos efeitos da estrutura no comportamento dos Estados. Finalmente, resta sinalizar que o Realismo Neoclássico constitui-se em mudança interprogramática ao PCC do Realismo Estrutural, de acordo com a metodologia de Lakatos, e progressivo de acordo com Schweller (2003), uma vez que emprega o método de estudos de caso para testar teorias gerais, explicar casos e gerar hipóteses, mas, sobretudo, por gerar conhecimento cumulativo. O Quadro 1 procura exemplificar, de forma sucinta, o que foi aqui apresentado acerca das três manifestações de realismos.

Quadro 1 – Quadro sintético dos PPC do Realismo

	Estrutural/Waltz	Ofensivo/Mear.	Neoclássico/Schweller
Núcleo Duro	Estados como principais atores do SI; Estados unitários; Buscam no mínimo a sobrevivência; Incentivos e constrangimentos emanam da estrutura do SI;	Idem;	Estados como principais atores do SI; Variáveis internas e externas; Incentivos e constrangimentos emanam da estrutura do SI e das capacidades materiais;
Heurística Negativa	Negação de Estados como principais atores; Instituições e regimes afetam a PI; Dilema de segurança, anarquia e balanço de poder não afetam o SI;	Idem;	Negação de Estados como principais atores; Apenas variáveis internas, ou apenas variáveis externas afetam o comportamento dos Estados;
Cinturão de Proteção	Estados não racionais; Estados equilibram poder; Natureza posicional conservadora; Sistemas bipolares são mais estáveis;	Estados racionais; Maximização de poder; Estados revisionistas; balanceamento e <i>buck passing</i> ; Sistemas multipolares são mais instáveis	Segurança como maior pressão sistêmica; Percepção das elites políticas; Estados com diferentes estruturas são suscetíveis a agir diferentemente; Procuram controlar e moldar o ambiente externo
Heurística Positiva	Que balanças tendem a se formar no SI?; Que sistemas multipolares são mais propensos à guerra?;	De que forma os Estados buscam alterar o <i>status quo</i> ao seu favor? Por que os Estados maximizam poder?	Sob que condições os países expandem os seus interesses? Como as elites políticas percebem o seu poder na política internacional?

Fonte: Elaboração do autor

De acordo com Taliaferro,

Debates no interior de tradições particulares de pesquisa, e não debates entre elas, tendem a gerar maior progresso teórico no estudo da política internacional. Ao desenvolverem e testarem teorias derivadas dos mesmos pressupostos centrais, pesquisadores podem mais facilmente identificar hipóteses competidoras, refinar o escopo de teorias e descobrir novos fatos. Pode-se argumentar que esta é uma estratégia mais produtiva para o acúmulo do conhecimento do que a tendência atual entre acadêmicos de rotular programas de pesquisa inteiros como degenerativos (TALIAFERRO, 2000, p. 130, tradução nossa).

De fato, como aponta Schweller (2003), o progresso das teorias das relações internacionais pode ser mensurado de acordo com o quanto a disciplina se afasta de pequenas ilhas para porções maiores de terra, talvez ainda para continentes de teorias. Entretanto, não importa quanto progresso seja feito, sempre existirão vastos oceanos separando até as mais desenvolvidas áreas da teoria.

(Meta)Theoric Debate Among the Neoclassical Realism and the Structural Realisms in the International Relations

ABSTRACT: The main objective of this paper is to systematize the internal discussion of the Realism in International Relations theory. That is, how the Structural, Offensive and Neoclassical Realism dialogue when we talk about their hardcores? By the literature review, it will try to systematize the Realisms in a Scientific Research Program according to Lakatos' model. This work is characterized by a descriptive study which deals mainly on meta-theoretic issues.

KEYWORDS: Structural Realism. Offensive Realism. Neoclassical Realism. Lakatos. Theoretical Progress.

Referências

DINIZ, Eugenio. Relacionamentos multilaterais na unipolaridade - uma discussão teórica realista. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, jul/dez., p. 505-565, 2006.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. Lessons from Lakatos. In: _____. *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: MIT Press, p. 21-70, 2003.

FENG, Liu; ZHANG, Ruizhuang. The Typologies of Realism. *Chinese Journal of International Politics*, v. 1, p. 109-134, 2006.

HUMPHREYS, Adam R C. Another Waltz? Methodological Rhetoric and Practice in Theory of International Politics. *International Relations*, v. 26, n. 4, p. 389-408, 2012.

LAKATOS, Imre. O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. (Org.) *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979, p. 109-233.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Powers Politics*. New York: Norton and Company, 2001.

_____. China's Unpeaceful Rise. *Current History*, v. 105, n. 690, p. 160-162, Apr. 2006.

MENDES, Flávio Pedroso. *Lakatos, o Realismo Ofensivo e o Programa de Pesquisa Científico do Realismo Estrutural*. 2013. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MONGENTHAU, H. J. *Politics among Nations: the struggle for power and peace*. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

REIS, Bruno Cardoso. Teoria estrutural da política internacional: entrevista com Kenneth Waltz. *Relações Internacionais*, v. 29, p. 129–141, 2011.

ROSE, Gideon. Review: Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics*, v. 51, n. 1, p. 144-172, oct. 1998.

SCHWELLER, Randall L. The Progressiveness of Neoclassical Realism. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. (Eds.) *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: MIT Press, 2003. p. 311-347.

SILVEIRA, Fernando Lang da. A Metodologia dos Programas de Pesquisa: a Epistemologia de Imre Lakatos. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 13, n. 3, p. 219-230, 1996.

TALIAFERRO, Jeffrey W. Security Seeking Under Anarchy: Defensive Realism Revisited. *International Security*, v. 25, n. 3, p. 128-161, 2000.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

Globalização: uma teoria nova?

*Arthur Gabriel da Silva Pacheco Machado**

RESUMO: A proposta do presente artigo é refletir a respeito da inserção externa dos países do chamado “Sul Global” e as suas consequências para o seu desenvolvimento econômico, além de questionar se as teorias desenvolvidas sobre “globalização” são teorias novas. Para tanto, apresenta a análise de teóricos que estudaram a “globalização”, como Alice Amsden e Peter Evans, e depois a compara com os autores marxistas que trataram do “Imperialismo”, Lênin e Bukharin. Ao final, conclui-se que não existem diferenças relevantes entre os processos econômicos que compõem aquilo que os marxistas chamaram de “Imperialismo” em relação ao que os teóricos recentes definiram como “globalização”. A divergência é em relação ao corolário político que cada uma das correntes teóricas retira da sua análise.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização. Divisão Internacional do Trabalho. Economia Internacional. Inserção Externa. Marxismo.

1 Introdução

No presente artigo, será abordado o binômio globalização e desenvolvimento. Buscarei responder perguntas que são frequentes quando se estuda a obra de autores como Alice Amsden e Peter Evans, teóricos heterodoxos e/ou desenvolvimentistas, cuja análise concentrou-se nos casos de países do chamado “Sul Global”. Tais perguntas são, por exemplo, como: 1) de que forma a estratégia de inserção externa dos países influenciaram o seu desenvolvimento?;

* Graduando em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: arthur.gabriel.machado@usp.br

2) como o desenvolvimento de uma economia nacional é determinado pela posição estrutural de um país na economia mundial, e que constrangimento ela o impõe?; 3) como se explicam e se praticam as escolhas feitas pelos diferentes países, no que diz respeito às supracitadas estratégias?; 4) quais os impactos de políticas nacionais?; 5) faz (ou já fez) sentido falar numa divisão Norte-Sul do mundo? As quatro primeiras perguntas serão tratadas nas seções 1, 2 e 3 deste artigo, sintetizando as respostas dadas por Amsden e Evans.

A quinta pergunta será respondida após realizar uma crítica aos autores que veem na globalização um fenômeno ou processo novo, e são críticos a ela, ou aos que enxergam nela uma maneira de equalizar aqueles considerados subdesenvolvidos com os desenvolvidos, elogiando-a. O objetivo principal é mostrar que a globalização não é um fato ou processo social novo, mas o mesmo fenômeno que autores como Lênin e Bukharin estudaram no início do século XX, conforme a interpretação do autor Paulo de Tarso P. L. Soares (1996). Isto será objeto de análise nas seções 4 e 5, sendo que nesta última concluirei que, embora os diagnósticos sejam os mesmos (mas com descrições atualizadas, conforme os desdobramentos históricos dos séculos XX e XXI), os desdobramentos políticos são de natureza bastante diferente.

Saliento que as limitações de espaço frequentemente produzem um impasse entre a abrangência e a profundidade nos artigos científicos. Assim, preferi abordar diversos pontos no caso da comparação entre as duas teorias, deixando a complexidade dos mesmos para um trabalho futuro¹.

2 Estratégias de inserção externa

De acordo com Alice Amsden (2001), os países em desenvolvimento (o “resto”, nos termos da autora) se encaixam em dois paradigmas de inserção na economia mundial, o independente e o integracionista. Conforme Amsden, no período pós-guerra fria, dentro do primeiro encontram-se China, Coreia do Sul e Índia, enquanto no segundo estão Brasil, Argentina e México.

Os primeiros alimentam ambições de entrar no grupo dos grandes inovadores mundiais, expandindo a sua fatia no mercado internacional através de seu desempenho em setores de alta tecnologia e de investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento (P&D – acumulação de ativos de informação e conhecimento). Por outro lado, os integracionistas dependem de licenças técnicas estrangeiras e colaboração com firmas estrangeiras para o crescimento econômico a longo prazo.

Ainda, os independentes usaram mecanismos de resistência (como brechas do direito comercial internacional, por instância, tanto na OMC quanto no GATT)

¹ Entretanto, deve-se ressaltar que o conjunto de processos que compõem o que alguns chamaram de “globalização” e outros de “imperialismo” não se esgotam no que foi aqui analisado.

para promover ciência e tecnologia e elevar o poder de mercado de seus “líderes nacionais”, enquanto os integracionistas abriram as portas para o investimento estrangeiro, reorganizando seu ordenamento jurídico interno conforme as normas externas para criar segurança jurídica para atraí-los.

Por fim, países como China, Índia e Coreia do Sul, com o intento de que suas firmas competissem com firmas do mundo desenvolvido, puseram em prática políticas para incentivar/promover fusões locais e aquisições, além de integração vertical e horizontal e diversificação na direção de outras indústrias, sendo que estas se aceleraram nos anos 1980. Estas políticas tinham como corolário a criação de mercados domésticos mais bem ordenados, isto é, de concentrar ainda mais as fatias dos mercados nacionais nas mãos de algumas empresas, aumentando sua escala para também incrementar sua competitividade externa. Por sua vez, os integracionistas apostaram em fusões com empresas estrangeiras e aquisições estrangeiras de ativos nacionais.

3 A posição histórico-estrutural dos países na economia mundial e suas consequências

Devemos explicar como cada país pode escolher (ou ser escolhido por) cada estratégia. Segundo Amsden:

Washington premiou a Europa com o Plano Marshall, e deu aos países do 3º mundo a liberdade de projetar e executar seus próprios planos de desenvolvimento, sua própria mistura de público e privado, e sua própria regulação da indústria – desde que eles não se aproximassem do comunismo (AMSDEN, 2007, p. 152, tradução nossa)

É, portanto, correto argumentar que houve na Guerra Fria um momento de inflexão, ainda que não absoluta, do processo de internacionalização econômica (grandes fluxos internacionais de capitais e mercadorias) que ocorrera até antes da Primeira Guerra Mundial, e que se tentou retomar no pós-guerra, fracassando com a crise de 1929, a ascensão do nazismo na Alemanha e finalmente a Segunda Guerra Mundial. Tal internacionalização só ganharia o mesmo fôlego de pré-1914 a partir da década de 1980.

A partir da Segunda Guerra, com a nova ordem de Bretton Woods, os países do “resto” ganharam ao menos algum espaço para transformar em realidade suas visões de como industrializar/desenvolver sua economia. Sem o constrangimento antes imposto pelo neocolonialismo na África e na Ásia, e findados os períodos de dominação das oligarquias de visão liberal e avessas a uma industrialização efetiva em países como Argentina, Brasil e México, estes países tentariam modificar seu status na economia mundial com um grau de liberdade acentuadamente superior ao do passado.

Entretanto, como frisa Amsden, o período de descolonização pós-1945 foi especialmente benéfico para os países do Leste Asiático (e a Índia), que agora tinham total domínio dos capitais abandonados por Inglaterra, França e Japão. Mas beneficiou em menor medida os latino-americanos, que conquistaram sua independência no século anterior e haviam iniciado um processo de industrialização a partir da década de 1910, sob a égide de filiais de multinacionais de países desenvolvidos (com participação ou não de capital nacional).

Além disso, a posição geopolítica da Coreia do Sul e Taiwan, vizinhos de China e URSS, fez com que o EUA concedesse grande ajuda econômica, direta (em forma de doações) e indireta (abertura do mercado americano para exportação e apoio político). A China já se tornara comunista em 1949 e a Índia gravitou entre o não alinhamento e uma aproximação com a URSS, com uma economia bastante fechada.

Por outro lado, a América Latina fazia parte da esfera de influência do EUA e não teve autonomia por períodos prolongados nem recebeu ajuda norte-americana. O caso do Brasil exemplifica o nosso argumento. Nos dois períodos em que se tentou uma diversificação acentuada dos relacionamentos externos, visando diminuir a influência do EUA, a partir de políticas externas como a Política Externa Independente (PEI) e o Pragmatismo Responsável (PR), houve revés para o país².

A partir da década 1980, mas especialmente de 1990, com o fim da Guerra Fria, observou-se uma nova investida do EUA no sentido da liberalização dos mercados, especialmente os financeiros. Nesse contexto, aqueles países que desenvolveram um processo de industrialização independente, como China, Índia, Coreia do Sul e Taiwan, mantiveram uma posição competitiva *vis à vis* os países desenvolvidos, mantendo altas taxas de crescimento e competindo por mercados internacionais, enquanto os integracionistas observaram processos de relativo empobrecimento, inflação, acordos com o FMI e desindustrialização.

4 Políticas nacionais e deslocamento estrutural na Divisão Internacional do Trabalho: casos integracionistas e independentistas

Para entender porque os diferentes países se encaixam em cada uma das estratégias, devemos lembrar que, para Amsden (2001), a capacidade dos Estados de construir ativos de conhecimento é que faz com que possam manter uma postura de desenvolvimentismo, e fazem-no com maior sucesso os países

² No primeiro caso, a queda do governo João Goulart, com a PEI servindo de argumento para o embaixador norte-americano no país comunicar ao governo Kennedy que Goulart pretendia instaurar uma ditadura no país, e no segundo, a crise da dívida externa causada pelo aumento dos juros pelo FED, que minou muito da força econômica acumulada pelo Brasil durante a Ditadura Militar, pois o financiamento do II PND fora feito nos mercados internacionais. Ver Pinheiro (2004) e Vizentini (1999).

independentistas, pois eles não precisam de licenças técnicas nem de cooperação tecnológica assimétrica com empresas estrangeiras (como fazem os integracionistas), e ao investirem grandes somas em pesquisa e desenvolvimento com suas próprias indústrias, entram no critério da autora a respeito da velocidade do desenvolvimento, ou seja, quanto mais liberdade um país possui para formular suas próprias políticas, mais rápido ele se desenvolve.

Identificaremos algumas das práticas dos países independentistas, visando verificar se elas apontam na direção de um deslocamento desses países na economia mundial (ou Divisão Internacional do Trabalho). Em seguida, também o faremos com os países integracionistas. Nos reportaremos às estratégias explicadas na seção 1, mostrando como elas se materializaram.

No caso dos independentistas, de acordo com Amsden (2001) estes fomentaram a criação de ativos baseados em conhecimento através de 1) diminuição do *gap* em patentes e publicações científicas em relação aos países desenvolvidos; 2) altas somas investidas em P&D no setor privado; 3) incentivo às empresas de P&D no sentido de adquirirem ações de empresas privadas interessadas em seus projetos; 4) discriminação de projetos científicos conforme os interesses de indústrias estratégicas na visão de conselhos públicos (mas com participação de empresários); 5) modelagem de planos nacionais para aumento de inovação e pesquisa visando aumentar a competitividade dos “líderes nacionais” (grandes corporações do país), entre outros.

Ainda, acompanhando Amsden (2001), estes países, para se tornarem competitivos internacionalmente, incentivaram fusões locais e aquisições, integração e diversificação das indústrias, além da criação de mercados domésticos mais “ordenados” (mais concentrados nas mãos de poucos grupos econômicos). Podemos verificar isso se observarmos 1) a tendência de grupos industriais, como o PEWC³ (de Taiwan), adentrarem em novas atividades, como a bancária e a atuária, se internacionalizarem e se tornarem financistas de outras iniciativas (industriais ou não) dentro e fora do seu país de origem; 2) a concentração da produção em algumas poucas grandes empresas ou conglomerados, como a indústria de bicicletas na China, a de carros na Índia e as fusões dos já vultuosos grupos empresariais na Coreia do Sul no fim da década de 1990, visando incrementar a escala de produção e inibir competição excessiva; 3) estratégias de maximização da participação em novos mercados globais, mesmo que às custas dos lucros, como no caso da Coreia do Sul.

Essas práticas de concentração e diversificação permitiram a esses países aquilo que os integracionistas não conseguiram, isto é, quebrar as correntes das vantagens comparativas estáticas, permitindo que escapassem do lugar tradicionalmente destinado a eles na Divisão Internacional do Trabalho, isto é, de ser basicamente um exportador de matérias-primas e de produtos agrícolas.

³ Pacific Electric Wire and Cable Co.

Por sua vez, os integracionistas dependem de ampla cooperação técnica com multinacionais estrangeiras para viabilizar seu crescimento econômico. Por exemplo, o caso da indústria farmacêutica, aponta Evans (1979) no Brasil na década de 1960 e 1970. Todo o seu esforço de P&D encontrava-se em laboratórios nas matrizes. As novas tecnologias estavam sob monopólio das multinacionais que dominavam o setor no país, e a relutância das mesmas em pesquisar no Brasil se dava pelo temor de *spillover*, ou seja, que o conhecimento se espalhasse e empresários nacionais ameaçassem o monopólio⁴. O exemplo mostra como esses países atraem tais empresas, que podem capturar os mercados internos mediante a nacionalização do capital, sem necessitar de capital doméstico, além de poderem realizar integração das cadeias produtivas, dadas as condições favoráveis de controle de matérias-primas desses países. Ainda, boa parte da atividade de pesquisa desses países é de natureza acadêmica, e não comercial.

Além disso, esses países abrem as portas para a entrada de capital estrangeiro, especialmente o financeiro a partir da década de 1980 e 90, adequando seu ordenamento jurídico para gerar confiança nesses investidores. Isto se acelerou com a crise da dívida externa dos países latino-americanos, por instância, que favoreceu o *lobby* do mercado financeiro dos EUA, que acumulara influência e uma sempre crescente fatia da riqueza interna ao longo do século XX. O mercado financeiro tencionava utilizar dos meios de política externa estadunidense para fazer com que esses Estados liberalizassem seus sistemas financeiros⁵.

Por fim, os Estados integracionistas estimulam as fusões de empresas nacionais com estrangeiras e compra de ativos nacionais por estrangeiros. No passado, isso não funcionou como alavanca tecnológica para o Brasil. Segundo Evans (1979), as fusões com estrangeiros normalmente se deram em campos como os de matérias-primas, não em áreas de produtos industrializados.

⁴ Os países independentistas, que querem construir ativos de conhecimento sozinhos ou de modo no mínimo simétrico aos seus parceiros estrangeiros, apresentam pouca participação estrangeira em suas economias, em relação aos integracionistas.

⁵ Para ilustrar nosso ponto, um exemplo é o de uma entrevista com um ex-ministro da Fazenda do Brasil, que ao ser perguntado se não era uma política perversa o Brasil investir suas reservas em dólares em bancos norte-americanos a 6% ao ano, enquanto que esses mesmos bancos investiam essas reservas brasileiras no Brasil para lucrar 6% ao mês por conta da arbitragem de juros, ele respondeu que de fato era uma política perversa, mas o Brasil não vislumbrava outra alternativa, dado que sua matriz fiscal deficitária e o grande endividamento do Estado obrigavam o país a se financiar com moeda estrangeira através da arbitragem de juros, movendo-se assim um ciclo vicioso que dava grande poder ao capital financeiro e diminuía enormemente a capacidade do país de fazer uma política monetária independente visando o crescimento econômico. Ver Roda Viva com Ciro Gomes, TV Cultura, 1995.

Os resultados das políticas dos integracionistas, podemos concluir, congelam esses países à sua tradicional posição da Divisão Internacional do Trabalho, de produtores/exportadores de matérias-primas e produtos agrícolas⁶.

5 Imperialismo ou globalização?

Os processos econômicos e políticos que caracterizam o fenômeno popularmente denominado “globalização” são novos? É necessário construir um corpo teórico inédito para entendê-la? Defenderemos nesta seção que as obras clássicas de Lênin (1974) e Bukharin (1984), a respeito daquilo que foi chamado de “Imperialismo”, contêm o instrumental teórico necessário para compreender aquilo que foi estudado por Alice Amsden e Peter Evans, e o que estes autores fazem em suas obras são apenas descrições atualizadas de um processo similar.

Essa tese foi defendida por Soares (1996), que pontua, com certa ironia, que: a) as novas teorias críticas da “globalização” são desnecessárias, visto que não são mais do que repetições dos argumentos dos marxistas da Segunda Internacional, ou b) as teorias que analisam com um viés positivo a globalização fazem parte de tentativas de desmentir o marxismo (pela enésima vez), apostando que a queda do muro de Berlim, a desintegração da URSS, a produção flexível e a tecnologia da informação são provas irrefutáveis da inadequação da teoria marxista para lidar com o mundo contemporâneo.

5.1 Práticas independentistas

A estratégia de independentistas de investir em setores de alta tecnologia e em P&D é o reconhecimento de que “as diferenças naturais das condições de produção passam, cada vez mais, a segundo plano, em relação às diferenças que decorrem nos diversos países, do crescimento desigual das forças produtivas” (BUKHARIN, 1984, p. 19), pois enxergam a oportunidade de competir por mercados com países que os dominaram por anos.

Além disso, ao incentivarem a criação de ativos baseados em conhecimento, objetivando diminuir o *gap* em patente e publicações científicas em relação aos países desenvolvidos, e praticarem uma política de discriminação de projetos científicos conforme os interesses de suas indústrias estratégicas, com a aquisição de ações de empresas interessadas nos projetos de P&D por estas, observam, respectivamente, que:

⁶ A chamada “new scramble for Africa” (nova partilha da África) é uma disputa entre países desenvolvidos do centro desenvolvido contra os independentistas, como China e Índia (além de alguns dos mais avançados integracionistas, como Brasil e Rússia), pelas riquezas naturais presentes no continente africano. Ela poderá dar novos indícios sobre a correção dessa hipótese, isto é, se a compra de ativos nacionais primários (por instância, jazidas de petróleo e minério) por grupos estrangeiros e fusões de empresas nacionais com multinacionais poderá resultar em desenvolvimento econômico sustentável para a África. Ver Kimenyi e Lewis (2011).

Pode-se fazer um juízo do desenvolvimento da técnica pelo número de patentes de invenção concedidas [pois] [...] O crescimento da produtividade do trabalho social efetua-se de tal forma que uma parte sempre maior desse trabalho passa a consagrar-se às operações preparatórias da produção dos meios de trabalho (BUKHARIN, 1984, p. 28-29).

Além do fato de que, “jamais, como hoje, a justaposição de ciências e indústria conheceu triunfos maiores. A racionalização da produção assumiu a forma de uma íntima colaboração entre as ciências abstratas e as realizações práticas” (BUKHARIN, 1984, p. 28).

Outro passo da estratégia independentista é o de fusões locais, aquisições e concentração de diversas atividades econômicas (grupos industriais que atuam nas áreas bancária e financeira) por alguns poucos grupos, buscando a maximização de suas fatias dos mercados mundiais, isto é, sua internacionalização. Tal processo já fora analisado por Bukharin ao analisar

[a] formação e [...] expansão extraordinariamente rápida dos monopólios capitalistas: cárteis, sindicatos industriais, trustes, consórcios bancários [...] [que se deu através da] criação de empresas que abarcam a produção das matérias-primas e dos produtos industriais, acabados ou semiacabados etc. Ele pode englobar [...] os mais diversos ramos da produção, dado que esses ramos, em maior ou menor grau, são colocados, direta ou indiretamente em mútua dependência sob o efeito da moderna divisão do trabalho. Se, por exemplo, um truste elabora, ao lado de determinado produto essencial, um derivado qualquer, passa a aspirar, em seguida, à conquista do monopólio desse ramo de produção[...] A seguir, é a produção das matérias-primas que, por seu turno, se transforma em objeto dessa mesma cobiça, e assim por diante. (BUKHARIN, 1984, p. 58-64)

E, pela “concentração da produção; os monopólios que surgem dela; a fusão ou coalescência dos bancos com a indústria – tal é a história da ascensão do capital financeiro” (LENIN, 1974, p. 226, tradução nossa), ou, igualmente, com a “penetração do capital bancário na indústria e pela transformação do capital em capital financeiro” (BUKHARIN, 1984, p. 64, grifo do autor).

Quanto à maximização das fatias dos mercados mundiais pelos conglomerados nacionais (como fazem os Chaebol sul-coreanos), mesmo que às custas de lucros, diz Bukharin:

Assinalemos, por fim, o aviltamento voluntário dos preços e a venda com prejuízo a que se recorre para esmagar um concorrente. “Não se trata”, aqui, “de ganhar o que quer que seja na própria empresa: trata-se, unicamente, de vencer a concorrência. A partir desse momento, a luta é conduzida sem levar em conta os custos de produção. Não são estes últimos que servem para fixar o limite extremo dos preços, mas sim a potência dos capitais e a

capacidade de crédito do cartel, isto é, o tempo durante o qual seus filiados são capazes de sustentar a luta, sem dela auferir lucro algum” Recorre-se a esse método, no interior do mercado interno, para eliminar definitivamente um concorrente: no mercado exterior, ele apenas agrava o *dumping* (BUKHARIN, 1984, p. 116).

A internacionalização desses conglomerados se realiza não só pela luta por espaços nos mercados mundiais de mercadorias, mas pela exportação de capitais, como exemplifica Amsden ao citar o grupo PEWC, de Taiwan. “Típica do último estágio do capitalismo, quando predominam os monopólios, é a exportação de capital” (LENIN, 1974, p. 240, tradução nossa), investe-se em países (considerados como) pobres, pois neles “os lucros geralmente são altos, o capital é escasso, os salários são baixos, as matérias-primas são baratas” (LENIN, 1974, p. 241, tradução nossa) porque “a busca de uma taxa de lucro mais elevada [...] constitui a força motriz do capitalismo”⁷ (BUKHARIN, 1984, p. 76).

Assinale-se, em conjunto com a exportação de capitais e a luta por domínio nos mercados mundiais, que os mecanismos de resistência empregados pelos independentistas para escapar restrições impostas por instituições internacionais como a OMC, buscando elevar o poder de mercado de seus líderes nacionais reportam-se a

uma tendência geral à defesa das “economias nacionais”, por meio de altas barreiras alfandegárias. O fato de serem possíveis, em outras circunstâncias, redução dos direitos aduaneiros e concessões recíprocas nos tratados internacionais não contradiz essa tendência. (BUKHARIN, 1984, p. 71)

Isso porque “é bem mais fácil vencer a concorrência no terreno nacional do que em âmbito mundial (os acordos internacionais estabelecem-se, em geral, com apoio em monopólios nacionais já constituídos)” (BUKHARIN, 1984, p. 67) e ao fato de que “as tarifas aduaneiras beneficiam os monopólios com uma mais-valia que lhes serve de prêmio de exportação na luta pelos mercados (*dumping*)”. (BUKHARIN, 1984, p. 71). Revela-se, na disputa que travam com seus concorrentes dos países desenvolvidos nesse âmbito, “[as] raízes da política do capitalismo financeiro são apenas [...] aspectos de um mesmo fenômeno: o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a limitação nacional da organização da produção” (BUKHARIN, 1984, p. 95). Por conta desse desequilíbrio, exportam capital e tentam controlar a entrada do mesmo em seus países⁸, e para obter sucesso,

⁷ É importante salientar que a diminuição da taxa de lucro não é um processo corriqueiro. Ocorre pela ascensão do monopólio na produção (conglomerados econômicos, que por sua posição no mercado, não tem incentivos para inovar) e no trabalho (criação de sindicatos, elevando o poder de barganha dos trabalhadores e, assim, a massa salarial, incentivando a troca do trabalho humano pelo realizado por máquinas no processo produtivo).

⁸ Um exemplo disso é a situação do sistema financeiro na Índia e na China, dois dos mais avançados países independentistas. É um sistema bastante fechado e estatizado, que passa por um processo de abertura bastante gradual. Ainda, basta lembrar da influência dos grandes conglomerados econômicos sul-coreanos (*Chaebol*) no

“vão buscar seu último argumento na força e na potência da organização do Estado⁹” (BUKHARIN, 1984, p. 99), pois sabem que a exportação de capital, os empréstimos e os acordos de comércio constroem sua liberdade de fazer política econômica: “Nessas transações internacionais o credor quase sempre acaba conseguindo um benefício extra: uma cláusula favorável em um tratado comercial, uma estação de carvão, um contrato para construção, uma concessão gorda ou uma ordem por armas” (LÊNIN, 1974, p. 244, tradução nossa).

5.2 Práticas integracionistas

Por conta de sua dependência em relação à ampla cooperação técnica¹⁰ com multinacionais estrangeiras para o crescimento econômico que, de acordo com Evans (1979), acabam capturando os mercados domésticos pela nacionalização do capital, criando cadeias de produção e obtendo controle das matérias-primas, Amsden (2001) considera que os integracionistas se sujeitam à manutenção das suas posições na Divisão Internacional do Trabalho, ou melhor, da sua posição de menor desenvolvimento em relação aos independentistas. Tal já fora constatado por Bukharin, ao afirmar que “a ‘penetração pacífica’ do capital se transforma, em curto prazo, em ocupação igualmente ‘pacífica’”, exemplificada pelo caso do então Império Turco-Otomano:

O império turco está inundado pelas hordas germânicas de comerciantes e caixeiros-viajantes. Assim, pouco a pouco, a rede dos bancos alemães abarca todo o império otomano, dando sustentação à indústria, açambarcando os meios de transporte, fazendo concorrência aos estabelecimentos financeiros estrangeiros [...] Os principais portos da Turquia, como Constantinopla, Salonica, Esmima, Beirute, estão nas mãos dos franceses. O mesmo se passa com os faróis das costas turcas. Finalmente, o principal banco do país, o Banque Ottomane, funciona em Constantinopla, sob a total influência da França [...] A diplomacia francesa, particularmente nos últimos tempos, explora da maneira mais ativas essa posição privilegiada (BUKHARIN, 1984, p. 92-93).

A adaptação do ordenamento jurídico desses países para a entrada de capital estrangeiro em grandes volumes, isto é, a liberalização financeira desses países, mais especificamente uma diminuição das restrições a) à entrada e saída de capitais (abertura da conta de capitais do balanço de pagamentos) e b) à participação de novos intermediários financeiros (bancários e não-bancários). Os catalizadores

seu processo de liberalização financeira, que conseguiram moldar de forma bastante ampla a abertura, apesar das pressões norte-americanas para que o direcionamento fosse outro.

⁹ O impasse nas negociações comerciais multilaterais na Rodada Doha constitui um bom teste desse argumento. A força adquirida por países independentistas nos últimos 20 anos será posta à prova, se conseguirem fazer com que suas pautas sejam bem-sucedidas ou não.

¹⁰ Licenças técnicas estrangeiras e colaboração com firmas estrangeiras para obtenção de tecnologia de ponta.

desse processo foram ou a crise da dívida externa ou a pressão diplomática exercida conforme os interesses dos integrantes dos mercados financeiros do mundo desenvolvido, especialmente os EUA, que acumularam uma crescente fatia da riqueza interna no século XX, ou é claro, uma conjunção dos dois motivos. Tais pressões já eram um fato já constatado por Lênin:

[O] desenvolvimento do capitalismo chegou a um estágio que, apesar da produção de mercadorias continuar “reinando” e continuar sendo considerada como a base da vida econômica, ele na realidade vem sendo minado e o grosso dos lucros vai para os “gênios” da manipulação financeira (LENIN, 1974, p. 206-207, tradução nossa).

Somado a isso, na questão das dívidas externas: “Não há um só negócio desse tipo dentro do país que traga lucros mesmo que aproximadamente iguais aos obtidos da flutuação dos empréstimos estrangeiros” (LENIN, 1974, p. 234, tradução nossa). O processo de renegociação das dívidas externas incluiu promessas de abertura financeira, comercial e de reformas na máquina estatal dos países latino-americanos, por exemplo. Isso já fora tratado por Bukharin:

Por ocasião de um empréstimo governamental ou comunal, não se deve crer que o país credor receba apenas os juros desse empréstimo. Geralmente, o acordo prevê um número enorme de obrigações [...] ou a outorga de concessões [...] Essas medidas são estipuladas diretamente como condições do empréstimo ou constituem a sequência lógica da “marcha dos acontecimentos” [...] [um instrumento disso é] a pressão exercida pelo governo sob a forma de interdição da cotação dos títulos dos empréstimos estrangeiros e dos títulos dos valores (BUKHARIN, 1984, p. 89-90).

Finalmente, as fusões de firmas dos países desenvolvidos com as dos países integracionistas, que se deram majoritariamente em campos como os das matérias-primas, bem como a corrida por novos territórios em busca de recursos naturais (por instância, a chamada nova partilha da África, analisada por Kimeyi e Lewis (2011)) foram também tratadas por Lênin, ao tratar da política imperial (não necessariamente colonial¹¹) exercida pelo capital financeiro:

O capital financeiro se interessa não só pelas fontes já descobertas de matérias-primas, mas também pelas fontes em potencial, porque o desenvolvimento técnico dos dias presentes é extremamente rápido, e a terra que é inútil hoje pode ser melhorada amanhã se novos métodos forem inventados... e se grandes quantidades de capital forem investidas. Isso também se aplica à prospecção de minérios, a novos métodos de processar

¹¹ Como Lênin frisou diversas vezes, o imperialismo de sua época não era o mesmo do passado, e não necessariamente há de se observar dominação política formal (tais como as colônias) para se encontrar o imperialismo em movimento, como no caso dos países que chamou de semiperiféricos.

e utilizar matérias-primas, etc. Daí a inevitável busca do capital financeiro pelo alargamento das suas esferas de influência (LENIN, 1974, p. 261, tradução nossa).

6 Teses reafirmadas, divisão Norte-Sul e divergência

As características do fenômeno “globalização” e as consequências do mesmo, na visão de uma autora como Alice Amsden, já se encontravam presentes nos autores marxistas que estudaram o “imperialismo” no início do século XX. Ao compararmos as evidências e as teses apresentadas por Amsden, como fizemos ao longo deste trabalho, concluímos que não há nenhum processo ou fenômeno novo que necessite de uma teoria nova ou diferente da do marxismo da 2ª internacional. Resumimos os processos e apontamos como os autores os identificaram em países diferentes no quadro abaixo.

Quadro 1.1 — Síntese das duas análises

Lênin e Bukharin	Alice Amsden
Fusão do capital industrial e do capital bancário cria o capital financeiro	Grupos industriais dos países Independentistas aderem novas atividades, como a bancária e a atuária, se internacionalizam e financiam outras iniciativas
Parte crescente dos lucros advém não mais da produção, mas das maquinações financeiras;	Favorecimento do lobby do mercado financeiro do EUA, que aumentou sua fatia da riqueza nacional ao final do século XX, para a abertura financeira do países integracionistas
Amarras impostas pela nação é incompatível com o desenvolvimento das forças produtivas, forçando a luta para a abertura das portas dos países para as mercadorias e os capitais proveniente dos países imperialistas	Países integracionistas abrem as portas para a entrada de capital financeiro estrangeiro a partir da década de 1980 e 90, com a política externa estadunidense pressionando para que esses Estados liberalizassem seus sistemas financeiros
Capital financeiro impõe uma política imperial	
Monopólios dos países maduros, auxiliados pelos seus Estados nacionais, romperam as barreiras dos demais países e construíram uma economia mundial	
Empréstimos (às dívidas) e à tendência de se firmarem acordos de comércio é um modo de aprisionar países e defender os monopólios nacionais	Países integracionistas, muitos deles endividados em moeda estrangeira, abrem seus mercados

<p>A capacidade dos Estados de fazerem política econômica foi enormemente reduzida</p>	<p>Apenas países independentistas conseguiram quebrar as cadeias estáticas das vantagens comparativas, e os integracionistas dependem da cooperação técnica do IED para modernizar seu parque produtivo</p>
<p>A racionalização da produção, com a colaboração íntima entre as ciências abstratas e a indústria, constituiu a principal força produtiva atualmente</p>	<p>Independentistas praticam políticas públicas de diminuição do <i>gap</i> em patentes e publicações científicas em relação aos países desenvolvidos</p>
	<p>Independentistas investem altas somas investidas em P&D no setor privado</p>
	<p>Independentistas discriminam de projetos científicos conforme os interesses de indústrias estratégicas na visão de conselhos públicos</p>
	<p>Independentistas modelam planos nacionais para aumento de inovação e pesquisa visando aumentar a competitividade dos “líderes nacionais</p>
<p>A divisão internacional do trabalho se baseia cada vez menos nas diferenças naturais das condições da produção e cada vez mais nas diferenças de desenvolvimento das forças produtivas</p>	<p>Independentistas concentram os mercados domésticos em alguns conglomerados, incentivam a diversificação da sua atuação econômica e subsidiam política pública de inovação e desenvolvimento tecnológico</p>
<p>Está mais acirrada a competição pelo controle de fontes de matérias-primas utilizáveis atualmente ou no futuro</p>	<p>A nova partilha da África e a atuação dos Independentistas para assegurar insumos básicos de produção nos países mais pobres.</p>

Fonte: elaborado pelo autor

Assim, a única “novidade” se encontra na constatação de que há membros do “resto” (os independentistas) entrando para o grupo, os que se encaixam no paradigma estratégico independente, competindo atualmente com os países ditos desenvolvidos pelo mesmo quinhão do mercado mundial. Cabe ressaltar que tal é comprovação de que “A exportação de capital influencia e acelera enormemente o desenvolvimento do capitalismo nos países para os quais foi exportado” (Lenin, 1974, tradução nossa), ou seja, de que a teoria do imperialismo-globalização não é uma teoria de subdesenvolvimento. O correto é dizer que é uma teoria de desenvolvimento desigual.

Entretanto, há uma divergência fundamental entre as duas tradições teóricas aqui analisadas (economistas heterodoxos-desenvolvimentistas e marxistas da Segunda Internacional). Elas enxergam os mesmos fenômenos e chegam a conclusões de cunho político radicalmente diferentes.

Amsden (2001) conclui que nesse processo de globalização, ao menos uma parte do “resto”, do “Sul” global, onde se concentram as ex-colônias latino-americanas, africanas e asiáticas dos europeus, não está mais sob o jugo dos países desenvolvidos, e caminham para fazer parte do seletivo grupo dos países que hoje compõem o “Norte” global. Disputam com eles as fatias do mercado mundial em condições de igualdade e com os mesmos instrumentos, amplamente discutidos aqui. Conclui que o mundo mudou, para melhor.

Por sua vez, Lênin e Bukharin argumentam que o imperialismo (ou capitalismo monopolista) é o estágio superior da contradição básica do capitalismo, entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação, que não ocorre apenas dentro de uma sociedade ou Estado, mas aqui em toda a economia mundial, por conta de o desenvolvimento das forças produtivas ser incompatível com as amarras impostas pela nação, abrindo as barreiras do mundo para que circulem capitais e mercadorias. A entrada de novos membros no “jogo”, sejam do Sul ou do Norte, não modifica qualitativamente a situação do imperialismo.

Como diz Soares (2004), ao analisar as ideias de um autor clássico da CEPAL que se propunha a fazer o comércio livre multilateral voltar a funcionar da forma correta, a crítica leninista deve ser a mesma feita aos populistas e pequeno-burgueses russos da virada do século XX, qual seja: com sua retórica contestadora, mas sintaxe conservadora, eles não rompiam com a ordem e a totalidade social que possibilitavam tal contradição, apenas não desejavam a acentuação das características do sistema que possibilitava o fenômeno.

7 Considerações finais

Neste artigo, realizou-se uma análise de como a inserção externa dos países do “Sul Global”, num contexto de predomínio da internacionalização das relações econômicas, se relaciona com o seu desenvolvimento econômico. Tal contexto é caracterizado por alguns autores, como Alice Amsden e Peter Evans, como “globalização”. Me propus a mostrar que não é necessário um corpo teórico distinto do que foi desenvolvido para o estudo do “imperialismo” pelos marxistas da Segunda Internacional, como Lênin e Bukharin, para compreender o cenário mundial nesse quesito, ou seja, que a globalização não constitui um fato social novo.

Para cumprir o objetivo, primeiro identificaram-se as estratégias de inserção externa e desenvolvimento dos países do Sul global, que para Amsden se esgotam em duas: a independentista e a integracionista; depois, contextualizaram-se as escolhas que puderam realizar, ao tratar de forma sucinta das restrições que sofreram no decorrer do Século XX, bem como indicou-se que tipo de políticas nacionais caracteriza cada estratégia. A estratégia independentista é uma de altos investimentos em tecnologia e pesquisa dentro do país e de concentração e fusões entre empresas

nacionais, visando a um maior ordenamento do mercado interno, facilitando a internacionalização das empresas desses países, enquanto que a integracionista se define por incentivos a fusões entre empresas nacionais e estrangeiras e por incentivos à entrada de grandes volumes de capital estrangeiro através da adequação do ordenamento jurídico interno desses países.

Finalmente, foi demonstrado que as teses a respeito de como se dá o fenômeno “globalização” são as mesmas de autores marxistas como Lênin e Bukharin no início do Século XX quando estes analisaram o “imperialismo”. A diferença se dá nas consequências da análise para cada tradição teórica. Para Amsden, a globalização é um processo a ser elogiado, pois pode equalizar a posição de desenvolvimento. Para Lênin e Bukharin, o imperialismo deve ser derrubado, extinto, visto que trabalham com uma perspectiva de revolução.

Globalization: a new theory?

ABSTRACT: The present paper seeks to reflect on questions about the external insertion of Global South countries and its consequences on their economic development; furthermore, it discusses the “globalization” phenomenon, asking if theories about such theme constitute a fresh development in the social sciences. First, we bring forth the analysis about “globalization” by authors like Alice Amsden and Peter Evans; then, a comparison is made between their theories and the ones advances by Marxist authors (Lenin and Bukharin) about “imperialism”. Finally, we argue that “globalization” and “imperialism” are the same process, concluding that the differences of such theoretical traditions presents are only related to the political implications of their findings.

KEYWORDS: Globalization. International Division of Labour. International Economics. External Insertion. Marxism.

Referências

AMSDEN, Alice H. From Mechanism of Control to Mechanisms of Resistance. In *The Rise of “The Rest”*: Challenges to the West from Late-Industrializing Economies. Oxford/New York: Oxford University Press, 2001. p. 251-283.

_____. The great balls of fire. In *Escape from Empire. The Developing World's Journey through Heaven and Hell*. Cambridge/London: The MIT Press, 2007. p. 149-163.

BUKHARIN, Nikolai I. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, 161 p.

EVANS, Peter. Multinational Strategies and *Dependent Development*. In: *Dependent Development - The Alliance of Multinational, State, and Local Capital in Brazil*. New Jersey: Princeton University Press, 1979.

KIMENYI, M. S.; ZENIA LEWI, Z. *The BRICS And The New Scramble For Africa*. Washington DC: The Brooking Institution, 2011. Disponível em: <http://www.brookings.edu/-/media/research/files/reports/2011/1/africa%20economy%20agi/01_africa_economy_agi_kimenyi_lewis.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2014

LENIN, V. I. Imperialism, The Highest Stage of Capitalism. A Popular Outline. In: *Collected Works*. v. 22. 2. ed. Moscou: Progress Publishers, 1974. p. 185-304.

PEREIRA, L. C. B. *Economia Brasileira: Uma introdução crítica*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1998, 224 p.

PINHEIRO, L. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, 81 p.

SCHMUKLER, S. L. Financial Globalization: Gain and Pain for Developing Countries. In: FRIEDEN, Jeffrey A.; LAKE, David A. *International political economy: perspectives on global power and wealth*. 5th ed., New York/London: W.W. Norton & Company, 2010, p. 314-336.

SOARES, P. T. P. L. Globalização ou Imperialismo? *Crítica Marxista*, v. 1, n. 3, São Paulo: Brasiliense, p. 146-148, 1995.

_____. *Sobre complementar Marx com teorias não marxistas (erro metodológico, capitulação ideológica)*. Notas sobre a aula ministrada em 14/04/2014. Disponível em: <<http://www.erudito.fea.usp.br/portalfea/Repositorio/6444/Documentos/Notas%20aula%20EAE%20526%2021-06-2014.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2014

_____. Prebisch (1949): contestação à teoria econômica convencional ou utopia conservadora? In: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia. *Anais...* Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=813>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

TV CULTURA. *Roda Viva com Ciro Gomes*. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/323/entrevistados/ciro_gomes_1995.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

VIZENTINI, P. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 134-154, 1999.

O capitalismo imperialista e a esfera político-midiática: a sujeição da mídia ao imperialismo e sua influência nas Relações Internacionais

*João Otávio Figueiredo Bueno Cadore**

*Laura Castro Gonçalves***

*Luísa Acauan Lorentz****

*Vitória Gonzalez Rodriguez*****

RESUMO: A crescente influência da mídia no cenário internacional torna-se cada vez mais clara. Tal processo ocorre paralelamente à expansão dos principais meios de comunicação e de seu domínio dentro do mercado midiático que é, em grande parte, fruto da concentração que acompanha tal expansão. Em consequência disso, a mídia global transformou-se em um poderoso oligopólio, que influi sobre diferentes ações do Sistema Internacional. O presente artigo busca mostrar a relação entre o capitalismo imperialista contemporâneo e o setor midiático e qual a relevância desta associação para a conjuntura social, política e econômica tanto de uma perspectiva brasileira quanto global. Para essa análise foram utilizados textos de importantes autores que escreveram sobre o estágio imperialista do capitalismo e sobre temas a este relacionados, tais como Lenin, Hobson, Hilferding e List.

PALAVRAS-CHAVE: Imperialismo, Mídia, Oligopólio, Globalização.

* Graduando de Relações Internacionais pela UFRGS. E-mail: para contato: cadorejoao@gmail.com

** Graduanda de Relações Internacionais pela UFRGS. E-mail: para contato: lauracastro98@gmail.com

*** Graduando de Relações Internacionais pela UFRGS. E-mail: para contato: lu.al.lorentz@gmail.com

**** Graduando de Relações Internacionais pela UFRGS. E-mail: para contato: vitoria.grodriguez@gmail.com

1 Introdução

O presente artigo buscar responder duas questões essenciais para o Sistema Internacional atual: estaria a mídia sujeita ao imperialismo? Qual seria o significado disso para as Relações Internacionais? Assim, busca-se mostrar a relação entre o capitalismo imperialista contemporâneo e o setor midiático e qual a relevância desta associação para a conjuntura social, política e econômica tanto de uma perspectiva brasileira quanto global. Para isso, buscou-se apoio na análise de Lenin, segundo a qual encontramos-nos na fase imperialista do capitalismo, em que “ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais e começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais” (LENIN, 1979, p. 218).

A crescente influência da mídia no cenário internacional torna-se cada vez mais clara. Tal processo ocorre paralelamente à expansão dos principais meios de comunicação e de seu domínio dentro do mercado midiático que é, em grande parte, fruto da concentração que acompanha tal expansão. De acordo com Schiller (1992), a dinâmica dos meios de comunicação, assim como de outros setores industriais (mais tradicionais), tende à concentração. Em consequência disso, a mídia global transformou-se em um poderoso oligopólio, que influi sobre diferentes ações do Sistema Internacional.

Além da obra de Lenin, foram utilizados textos de importantes autores clássicos que escreveram sobre o estágio imperialista do capitalismo, tais como Hobson, Hilferding e List. A escolha destes autores se justifica por sua importante contribuição para a compreensão teórica do fenômeno do imperialismo, impulsionando o surgimento de estudos posteriores sobre o tema. Mais que isso, suas obras permanecem relevantes para a realidade atual, e sua contemporaneidade permite, mesmo nos casos em que os autores não abordam diretamente a esfera midiática, uma aplicação de seus conceitos para a mídia. Para complementar a análise, foram utilizados também autores contemporâneos, que abordam o estágio atual de desenvolvimento da esfera midiática, além de notícias que exemplificam os argumentos teóricos.

De tal forma, mostrar-se-á como o negócio da mídia é similar a outros tipos de indústria, em que as grandes companhias são corporações comerciais e, portanto, uma de suas funções principais é criar lucros para seus donos e acionistas. Tal motivação econômica não está, porém, desvinculada de cálculos políticos. Pela interação destes dois aspectos, a mídia estaria sujeita à estrutura do imperialismo, com a crescente exportação de capitais e concentração das corporações, culminando com a criação de “uma grande empresa midiática global” capaz de influenciar as Relações Internacionais.

2 A “globalização” da mídia: o mercado midiático global

Nas últimas décadas, um mercado midiático global tomou forma, sobrepujando os interesses comerciais locais. A forma que assumiu foi de um oligopólio mundial, com alto nível de concentração, nas mãos de cerca de sete grandes corporações multinacionais: Disney, AOL-Times Warner, Sony, News Corporation, Viacom, Vivendi e Bertelsmann. Este duplo movimento, de expansão e concentração, deu-se pelas pressões inerentes ao capitalismo, que impele as indústrias a crescerem e a se diversificarem para reduzirem riscos e aumentarem seus lucros, resultando em uma pressão tanto pela eliminação de barreiras à exploração comercial da mídia quanto pela concentração de sua posse. Para John Hobson, na fase atual do capitalismo, os mecanismos de monopolização em geral derivariam de processos conectados com a grande indústria, como as corporações financeiras. Arriscamo-nos a dizer que as grandes corporações midiáticas se encaixariam nestes processos e, ainda, estariam relacionadas ao processo de aprofundamento da internacionalização capitalista (HOBSON, 1996, apud TAVARES).

Ligadas a estas grandes multinacionais estão as empresas de “segunda-linha”, que estabelecem a conexão entre os níveis regional, nacional e transnacional. Estas empresas “locais”, por meio de investimentos e parcerias com as multinacionais, oferecem dominação da esfera local pelo controle que exercem sobre a esfera política. Esse sistema é, portanto, de concorrência imperfeita, com as diferentes corporações incorporando-se e confundindo-se umas com as outras, por meio da compra de ações e de diretorias interconectadas.

Assim, esse mercado midiático global estabelece uma “consciência coordenada” que, antes de ser fruto do “livre-comércio” e da globalização, é consequência de uma série de medidas de vários países que só foram adotadas devido à ação das próprias corporações da mídia. Estas, quando as relações capitalistas já se tornaram proeminentes, assumem uma postura politicamente conservadora, pois os gigantes da mídia são beneficiados pela manutenção do status quo, de forma que uma reviravolta nas relações sociais ou de propriedade não é de seu interesse (MCCHESENEY, 2001).

O Brasil foi inserido nesse processo de “globalização” da mídia já na década de 1930, com a chegada das multinacionais de publicidade, como a J.W.T. Thompson. É importante ressaltar que essa inserção no mercado midiático global foi em grande parte incentivada por importantes empresas norte-americanas, como a Ford e a General Motors (GM), que tinham interesse na criação de um mercado brasileiro aberto aos seus produtos (CABRAL, 2003).

Como Hobson (1996) afirmou, nos países novos e ainda não estabilizados, como o Brasil na época, o financista tem necessidade de ajuda política para que suas ações financeiras possam amadurecer; a mídia seria o instrumento que moldaria

a opinião pública (e assim a política) para criar uma atmosfera favorável ao investimento. Segundo o autor, a propaganda e a comercialização aparecem como instrumentos para aumentar as vantagens, as margens de lucro e a capacidade de expansão da grande empresa, de “forma crescentemente ‘monopolista’” (HOBSON, 1996 apud TAVARES, 1996, p. 8).

No entanto, talvez o que Hobson não tenha previsto seja a transformação da própria mídia em uma grande empresa, também sujeita à concentração de capital e em busca constante por lucros. Para demonstrar essa transformação, pode-se aplicar o impacto da exportação de capital apontado por Lenin: a repercussão no aprofundamento do desenvolvimento capitalista nos países onde o capital é investido (LENIN, 1979). A inserção das corporações internacionais de mídia no Brasil estimulou o surgimento da indústria midiática nacional, que passou a explorar a técnica e marketing estrangeiros, de modo a se constituir cada vez mais como indústria capitalista.

3 A relação entre os sistemas midiático e político e os grandes monopólios por trás da mídia brasileira

O processo de modernização e expansão da mídia propriamente brasileira deu seus primeiros passos significativos na década de 1960, com a implementação do regime militar, quando as empresas de mídia de origem nacional começaram a tomar a liderança. Já é sabido que muitos dos principais veículos ainda em circulação no país, como a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo tiveram papel ativo na defesa do regime militar — Roberto Marinho, da Organização Globo, teve, inclusive, papel ativo no regime, como mostram documentos liberados em 2014. Este passado autárquico, estatizante e intervencionista do Estado brasileiro se refletiu diretamente no âmbito da imprensa e comunicação, apresentando uma tardia introdução de um padrão burocrático racional na ação governamental e culminando com uma tardia e precária democratização. De acordo com Brant (2013), a ditadura militar aumentou o poder da Rede Globo em função tanto da anuência aos acordos ilegais com o grupo Time-Life quanto da disponibilidade dos satélites do Estado para expansão do seu sinal.

Foi durante este período que se estabeleceram as concessões para a posse dos meios midiáticos e desde então:

[O poder da mídia] assume potencialmente proporções ainda maiores do que em outros sistemas políticos por suas peculiaridades históricas. Nas últimas décadas, consolidou-se entre nós um sistema nacional – liderado pela televisão – e, em boa parte, controlado por grupos familiares vinculados às elites políticas regionais e locais (CAPARELLI; LIMA, 2004, p. 55).

Assim, no Brasil, os meios de comunicação passam a ser vistos como um negócio lucrativo que, concentrado nas mãos de pequenos grupos empresariais, estão mais próximos de um regime privado.

A mídia de massa detém papel estratégico na visibilidade das questões públicas nas democracias contemporâneas. No processo de formação da opinião pública, é possível estabelecer categorias de públicos fortes (sujeitos ativos) e fracos (sujeitos passivos). O público forte possui recursos para produzir agendas e influenciar a opinião pública. No Brasil, a baixa distinção na opinião pública está associada à relação histórica da mídia com as elites, o que potencializa a capacidade destes seletos grupos fortes de agendar as questões que estarão em pauta na opinião pública geral (AZEVEDO, 2006). No país, cerca de seis grupos controlam 70% de tudo que é visto, ouvido e lido na mídia local (ZANIN, 2015).

A interferência do capital estrangeiro, contudo, ainda permanece por meio de parcerias com companhias estrangeiras ou a total incorporação por estas. Exemplo disso é o Grupo Abril, sendo pioneiro na criação de uma empresa midiática no exterior, bem como no recebimento de capital estrangeiro, adquirindo, portanto, traços internacionais (CABRAL, 2008). A empresa Time Warner, um dos maiores grupos midiáticos do mundo, aliou-se como parceira do Grupo Abril, assim como os grupos Walt Disney, News Corporation, Vivendi Universal, Viacom e Bertelsmann, todos entre as “donas da mídia mundial” (RODRIGUES, 2009). De certa forma, a mídia assume papel análogo à classe de especialistas em finanças de Hobson, pois, assim como estes, conta com poder crescente no manejo estratégico das relações intersticiais (intersectoriais e internacionais) do sistema (HOBSON, 1996).

O conceito de integração¹, desenvolvido por Lenin, pode ser aplicado à situação de concentração que ocorre com as empresas midiáticas. De acordo com ele, essa integração garante à “empresa combinada”: lucros mais estáveis; eliminação do comércio; aperfeiçoamento técnico — e, conseqüentemente, maiores lucros em relação às “empresas simples” ou não integradas; além de “privilégios” na concorrência durante as crises (por ser mais forte que uma empresa simples) (LENIN, 1979, p. 121). Exemplo disto é o caso da Rede Globo, o maior conglomerado midiático do Brasil. Já em 2006, a Globo representava “61,5% dos canais de televisão” e “40,7% da difusão total dos jornais”, possuindo mais de 120 canais no mundo e atingindo a mais de 120 milhões de pessoas por dia (LAMBERT, 2012). Além disso, de acordo com Brandt (2013), hoje em dia a Globo detém aproximadamente 45% da audiência e recebe mais de 70% da verba publicitária. Por meio de investimentos estrangeiros, além de ter melhores equipamentos, tem conteúdos mais atraentes (filmes, por exemplo), acabando por ter, assim, menos

¹ “Reunião numa única empresa de diferentes ramos da indústria que possam abranger fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima [...] ou que desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros [...]” (LENIN, 1979, p121)

concorrência. A presença de monopólios cada vez maiores nos meios de comunicação permite inferir que a mídia também atingiu a fase superior do capitalismo.²

3.1 Reflexos dos interesses midiáticos na política nacional

Apesar das recentes regulamentações quanto à entrada de capital estrangeiro nos meios de comunicação³, a concentração da mídia não sofreu grandes alterações. De tal forma, tem-se no Brasil grandes conglomerados que, embora não oficialmente, constituem enormes oligopólios que se estendem por todos os nichos da indústria da informação. O resultado desta concentração é bem exposto por Fabiana Rodrigues, em seu artigo “A concentração midiática brasileira e a desejada liberdade de expressão”:

A questão da propriedade cruzada [...] torna o processo de concentração um fator de risco para a presença da liberdade de expressão, pois o conteúdo produzido em um veículo é apenas reproduzido em outro da mesma cadeia, dando uma falsa impressão de credibilidade informativa. Isso possibilita ainda que opiniões, valores, símbolos e versões de fatos que interessem aos grupos empresariais detentores sejam distribuídos de maneira realista e uniforme por diversas vias, dando mais força à difusão de tais idéias, aumentando seu alcance e sua penetração na sociedade (RODRIGUES, 2009, p. 8).

Muitas das práticas citadas por Lenin (1979) como “monopolistas” adaptam-se à realidade midiática, o que em muito se relaciona com sua interferência na política: a “privação de matérias-primas”, mais próxima da “privação de créditos”, quando se trata da indústria midiática, pode ser comparada à necessidade de políticos ou empresas cooperarem com a mídia para serem bem vistos pela opinião pública. Ainda, a mídia pode “fechar mercados” ou “boicotar” negócios, processo visto na abordagem midiática das eleições brasileiras em 2014, em que a grande mídia visivelmente mostrou-se contrária à candidatura de Dilma Rousseff.⁴

Agravando a manipulação da informação, está a associação de muitos políticos a veículos midiáticos. Em 2008, segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), este número era de 271 políticos sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação (DONOS DA MÍDIA, 2008)⁵. Ainda,

² Fase em que “o aparecimento do monopólio, como consequência da concentração da produção, é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo” (LENIN, 1979, p. 124).

³ A regulamentação da entrada do capital estrangeiro foi elaborada em 20 de dezembro de 2002 pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que decretou e sancionou a Lei 10.610, liberando a entrada de apenas 30% de capital estrangeiro.

⁴ Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/analises/candidatos/>

⁵ É importante ressaltar que estes números refletem apenas os vínculos diretos e oficiais; relações informais ou indiretas – como por meio de patentes ou intermediários, não foram contabilizadas, embora sejam responsáveis por muito da ligação entre os políticos e os meios de comunicação no Brasil.

segundo Lambert (2012), o Brasil é um país onde os barões da mídia ocupam uma cadeira em cada dez na Câmara dos Deputados e uma em cada três no Senado.

Para Abramo (1988), a mídia no Brasil e, de modo geral, no resto do mundo, ademais de caracterizada por concentração econômica, seria marcada por concentração política. Assim, além de claramente submetida à lógica econômica do capitalismo, está submetida também à lógica política, dos jogos de poder, e seria esta a outra explicação para a manipulação jornalística, para além dos ganhos puramente econômicos. De tal forma, os órgãos de comunicação são, também, órgãos de poder, que se afastam da sociedade civil e se tornam parte da sociedade política. Para Debray (1994), as concepções dos órgãos midiáticos são reflexos daqueles que estão por trás de tais corporações, de modo que há uma manipulação da informação e a reprodução das visões de mundo das elites que as controlam (DEBRAY, 1994).

Sendo assim, as empresas da grande mídia recriam a realidade que mais convém com seus interesses, sejam eles políticos ou econômicos, estabelecendo para o grande público uma “realidade artificial”⁶ (ABRAMO, 1988). A relação da mídia com a esfera política, portanto, manipula o que é mostrado à sociedade e também resulta em formulação parcial da legislação do país, pois, devido ao poder formador de opinião da primeira, “pode-se considerar que a política para *incorporar* a comunicação (midiática) deve resignar-se às regras e formatações derivadas da mídia, posto que isso não só facilita sua realização, como até se torna inevitável” (NEGREIROS, 2003, p. 65).

Lenin já apontava que, na época dos monopólios, a “utilização das relações” para transações proveitosas substituiria a concorrência de mercado aberto (LENIN, 1979); afirmação que pode ser aplicada à interferência implícita da mídia na política, como no caso da Emenda Constitucional 455/97, apresentada pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira (PMDB-SP), que propunha a abertura das empresas brasileiras à participação de estrangeiros com até 30% do capital e a pessoas jurídicas com direito a voto. No mesmo sentido, a família de Henrique Eduardo Alves, ex presidente da Câmara, é dona de um jornal e da “TV Tabugi”, filiada da Rede Globo no Rio Grande do Norte (CABRAL, 2003, p. 7).

Em editorial da revista *Imprensa*, sobre o apoio da mídia à reeleição de FHC, fica claro a percepção que esta tem de si mesma como ator atuante na política do país: “a imprensa pesou bem o que deveria ou não publicar e optou por não publicar fatos que pudessem atrapalhar a caminhada do presidente rumo ao segundo mandato” (ALBUQUERQUE, 1999 p. 46). Albuquerque (1999) continua

⁶ Segundo o autor, há quatro padrões de manipulação próprios da imprensa: de ocultação, pela seleção, ou não, do que é um fato jornalístico, decisão esta que é moldada pela visão do órgão em questão; de fragmentação: a seleção de aspectos do fato e a descontextualização; de inversão, peça reordenação dos fragmentos e, por fim, de indução, pela hábil combinação de casos, fatos e contextos, levando o leitor a ver a realidade que a mídia deseja (ABRAMO, 1988).

e afirma que, ainda, quando sob críticas do Presidente, a revista acreditava não procederem “as queixas do presidente Fernando Henrique a uma imprensa que se manteve sempre ao seu lado, poupando-o de críticas e apoiando-o nos momentos mais delicados do seu governo”. (ALBUQUERQUE, 1999 p. 46)

Cabe analisar a percepção de Hobson (1996, p. 242) de que, na fase atual do capitalismo, a reputação de mercado seria o ativo elástico⁷ comumente usado para estender a capitalização até o limite da capacidade de lucro capitalizado ou além deste. Encaixa-se aí a avaliação exagerada da capacidade lucrativa para inflar o valor de uma companhia, apontada por Hobson (1996), mas aprofundada por Hilferding (1985) como Lucro do Fundador. Diante disso, é possível inferir que a mídia teria um papel essencial na capacidade de gerar lucro do sistema atual, pois é ela quem está diretamente relacionada à construção de reputação, participando do processo referido por Hilferding (1985, p. 41), que “permite ao capital monetário tornar-se capital fictício, conservando, ao mesmo tempo, para seus proprietários, a aparência de capital monetário”. O mesmo apontou Hobson (1996, p. 246), ao enfatizar que a “promoção cria um fundo real”.

Dessa ação decorre, porém, o grande elemento especulativo do mercado, que por vezes torna-se contraditório, aos moldes do duplo-movimento apontado por Karl Polanyi (2011)⁸: a própria mídia, que frequentemente prega pela eliminação dos impedimentos aos fluxos de capital, ao elevar o caráter especulativo do mercado, e assim a incerteza, acaba criando-os⁹. Semelhante a isso é o caso da queda das ações da Petrobrás, vista durante todo o período eleitoral, quando eram noticiadas melhoras prospectivas da candidata Rousseff e que, arriscamo-nos a afirmar, estaria relacionada à exploração negativa da mídia do governo Dilma. Com isso, fica claro que a mídia pode influenciar igualmente de modo negativo na formação de reputação, e que pode criar obstáculos para a livre circulação do capital, dado que, embora as perspectivas de prospecção no Brasil sejam favoráveis, as ações da Petrobrás encontram-se em declínio justamente quando precisariam de maior investimento.

⁷ Com o aumento do capital acionário, a avaliação real dos ativos se fundamentaria na capacidade de lucro, que se basearia na atribuição de valor aos ativos tangíveis (seu custo de produção) e aos intangíveis (que, como direitos de patente e reputação, só poderiam ser avaliados como ganhos estimados futuros).

⁸ Simplificadamente, Polanyi demonstra como é inerente ao capitalismo a existência de movimentos ao mesmo tempo complementares e contraditórios, como uma onda de expansão gerando outra de retração (POLANYI, 2011).

⁹ Hobson afirma que a manipulação das informações abalaria a confiança pública e criaria obstáculos para o fluxo livre e natural do capital.

4 A mídia e as dinâmicas da crise do capitalismo imperialista

De acordo com o exposto acima, é possível inferir a capacidade que a mídia tem de influenciar a recuperação do mercado em épocas de crise. Contudo, é interessante avaliar também os efeitos que a crise exerce na própria indústria midiática. No capitalismo moderno, períodos de crise contribuem para a tendência à concentração e ao monopólio, tal como evidenciado por Lenin (1979); isso porque, conforme afirma Hilferding, “os cartéis modificam-na na medida em que descarregam o peso da crise nas indústrias não cartelizadas” (HILFERDING, 1985, p. 25).

Essa dinâmica é recorrente na mídia global: em 1983, 50 corporações dominavam-na e a maior fusão foi de US\$ 340 milhões, enquanto que nos anos 2000, a fusão midiática atingiu proporções de US\$ 350 bilhões, e as empresas maiores se reduziram a apenas sete (BAGDIKIAN, 2000). Essa concentração não se aplica somente ao cenário mundial, mas também ao brasileiro, em que a dificuldade de obter capital e de resistir à competição estrangeira, em especial na crise neoliberal de desregulamentação dos anos 1990,

[...] reforçou a tendência da internacionalização das agências de publicidade brasileira: as primeiras foram a MPM, adquirida pela Lintas e depois incorporada ao Grupo Ammiratti Puris (Inglaterra), a Alcântara Machado, que passou a fazer parte do Grupo BBDO (EUA), e outras como a Salles incorporada ao DMB&B (EUA), a Norton à Publicis (França), e uma das grandes associações de 1997, a DM9 pela DDB – maior conglomerado norte-americano de agências e o quinto do mundo (TAVARES, 2001, p. 11).

Contudo, o resultado da participação estrangeira nos meios de comunicação acabou por fortalecer os monopólios familiares e aumentar ainda mais a concentração da mídia no Brasil.

5 Mídia cibernética: novo domínio do imperialismo?

A mídia digital, considerada a nova fronteira da informação, vem apresentando um crescimento de alcance e relevância exponencial. Para muitos é a solução para a mídia tradicional oligopolista, chegando-se a dizer que “o reinado da TV aberta terminará com o advento da Internet” (NASSIF, 2013). No entanto, muitos ainda são incrédulos de que esse tipo de mídia não cairá, ou até já não tenha caído, nas mãos dos grandes conglomerados.

Atualmente, a ferramenta de pesquisa “Google” possui um claro monopólio nos seus serviços: segundo dados de 2015, ela controla 89% do mercado global de busca (STATISTA, 2016). Esse controle do mercado gerou divergências com diversos organismos internacionais, entre eles a União Europeia, que enquadrou

o site em sua lei antimonopólio. Dados como estes mostram que deixar a internet governar por si apenas abrirá caminho para que os oligopólios presentes na mídia tradicional se manifestem no mundo online.

Tendo em vista o crescente uso da internet, viu-se necessária uma regulamentação desta na legislação brasileira¹⁰, sendo passo significativo tomado em abril de 2014 com o Marco Civil da Internet. Mesmo que tenha sido “um processo colaborativo, aberto e pluriparticipativo” (PIMENTA; CANABARRO, 2014, p. 205), a influência dos grandes conglomerados de comunicação e telecomunicação na tomada de decisões é inquestionável. O *lobby* das grandes companhias afetadas pela regulamentação da internet foi bastante presente na elaboração do projeto e em sua votação. Este fato traz à tona mais uma vez a grande influência, não apenas econômica, mas também política, das grandes corporações. “Quanto mais interferência das empresas de telecomunicações, mais haverá influência no financiamento de campanha, aumento do poder das teles e da força delas” (AMADEU, 2014).

É possível inferir que a mídia digital não estaria longe de atingir a fase imperialista do capitalismo, se já não a atingiu em muitas áreas, observando-se como o poder das mídias tradicionais também se estende à internet. Apenas um mês após a sanção do Marco, as Organizações Globo conseguiram a oficialização de seu domínio personalizado na internet, o GLOBO.COM, que lhe garantirá uma área de influência exclusiva no que antes se pensava ser um domínio livre¹¹.

Pode-se relacionar a crescente expansão da mídia tradicional com a tendência inevitável do capital financeiro de ampliar seu território econômico. Para Lenin (1979), essa expansão se daria a fim de precaver-se da falta de matérias-primas ou do avanço técnico, o que se aplica à mídia na medida em que a constante revolução das tecnologias da comunicação, assim como sua dominação latente do mercado mundial, impele as grandes corporações a expandirem-se como forma de garantir mercados futuros.

6 A relação entre os sistemas midiático e internacional - o imperialismo de Lenin e as revoluções no sistema internacional

No século XX, precisamente no período entre o fim da Segunda Guerra e o ano de 1989, ameaçado pelo perigo da propagação de novas ondas revolucionárias,

¹⁰ “O projeto deu origem a Lei 12.965 de 23 de abril de 2014 e deve ser entendido como relação dos diversos *stakeholders* da Internet no país à uma série de propostas legislativas propostas nas duas casas do Congresso Nacional destinadas a criminalizar condutas relacionadas direta e indiretamente à Internet. Em síntese, orientou-se pela noção de que não deve haver criminalização sem que haja um rol de direitos e garantias fundamentais na Internet reconhecidos explicitamente no ordenamento jurídico brasileiro.” (PIMENTA; CANABARRO, 2014, p.205).

¹¹ Disponível em: <<http://canaltech.com.br/noticia/internet/Rede-Globo-consegue-registro-do-dominio-personalizado-GLOBO/>>

o capital conseguiu consolidar um pacto político, que evitou novas deflagrações do belicismo destrutivo interimperialista. A consolidação da supremacia norte-americana permitiu evitar o surgimento de novas guerras mundiais, a partir da divisão do cenário internacional, com a URSS, em duas grandes áreas de influência, e da aliança estratégica com o Japão, fundamentada em uma crescente complementaridade econômica que congelou as disputas dos monopólios pelo controle do mercado mundial.

As guerras não cessaram por completo, todavia, não assumiram mais a forma de uma disputa interimperialista, mas sim de defesa da dominação colonial — como nos casos da Coréia e Vietnã, nos anos 50 e 60, e do Afeganistão e Iraque recentemente. Alguns autores, como Hardt e Negri (2000), chegaram a concluir que a etapa do ultraimperialismo¹² teria finalmente concretizado na forma de um domínio das grandes corporações (HARDT; NEGRI, 2000). Elas teriam perdido os laços de lealdade com seus Estados nacionais, potencializando uma globalização do capital para além das fronteiras nacionais.

Depois da Segunda Guerra, a social-democracia europeia passou para o campo da reconstrução capitalista, aderindo a uma versão de keynesianismo social, aceitando a economia dos grandes monopólios, mas defendendo uma regulação social do mercado. Em meados dos anos 80, quando a recessão mundial demonstrou o esgotamento do impulso do pós-guerra, na sequência dos governos Reagan e Thatcher, a pressão capitalista exigiu choques de austeridade fiscal cada vez mais rigorosos, renunciando ao keynesianismo social e potencializando a participação dos grandes monopólios no cenário internacional. Segundo Lenin (1979, p. 208):

O capital financeiro é uma força tão considerável [...] que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozem de independência política mais completa [...] A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas.

6.1 As Relações Internacionais e a diplomacia midiática

A revolução tecnológica no século XX potencializou a criação de redes de comunicação internacionais, propiciando o surgimento de conglomerados de mídia e conectando a sociedade em rede a partir de uma cultura de massa. Enquanto alguns alegam que a mídia está minando a capacidade de decisão dos Estados, autores como Aron (2002) afirmam que a revolução informacional é instrumento capaz de manter ou conquistar poder em âmbito internacional. Desta forma, a companhia midiática global passa a ser vista como um novo ator no cenário político

¹² Uma dominação mundial dos monopólios sugerida por Kautsky.

internacional, e a influência e o uso de redes internacionais de comunicação nas decisões estatais passam a ser denominados por Gilboa (1987) de “diplomacia midiática”. Para Hobson, a expansão do capital acionário teria levado a um divórcio entre os interesses políticos (uma só nação com interesses circunscritos) e os interesses econômicos (cidadãos cosmopolitas). A mídia poderia ser vista como o elo que ligaria estas duas esferas, ao modelar a política mundial em esferas importantes. Segundo List (2006), o bem estar da nação está apoiado em instituições públicas e sociais, que aumentam seu grau de efetividade de acordo com as forças de produção e a riqueza do indivíduo. Lenin (1979) também demonstrou o papel essencial de juntar as causas de ordem social às econômicas para legitimar o imperialismo do capital financeiro. Em sua fase inicial, esse papel coube à ideologia que reforçava o caráter civilizador das conquistas coloniais. Hoje, a mídia é em grande parte a responsável por assegurar a retirada de impedimentos ao capital financeiro, ao pressionar pela unificação do mundo (LIST, 1983).

Fundamentando sua tese na conjuntura política dos anos 70 e 80, dois grandes teóricos neoliberais das Relações Internacionais, Keohane e Nye (1989), desenvolvem a teoria da “Interdependência Complexa” na política mundial, abordando situações em que existem efeitos recíprocos entre os Estados ou entre outros atores do cenário global, quando as transações internacionais externas afetam diretamente no contexto econômico-político interno. Criam-se os conceitos de sensibilidade (reação imediata de um Estado a uma determinada política externa) e vulnerabilidade (capacidade de reação de um Estado frente à suas alternativas internas, considerando-se disponibilidade e dispendiosidade das mesmas).

As novas tecnologias da Sociedade de Informação contemporânea ampliam a capacidade de sensibilidade e vulnerabilidade dos países no momento que é facilitado para que um Estado reaja mundialmente através da mídia. Surge, assim, a “cyberpolitik”, uma nova forma de fazer política internacional, utilizando modernos recursos comunicacionais e estrutura midiática — um novo agente nas negociações diplomáticas entre os Estados.

Devemos notar, no entanto, que a produção da informação pelas redes de comunicação e sua circulação não acontecem de forma plenamente livre e democrática, havendo várias forças de jogo que fazem da comunicação uma ferramenta de manipulação das notícias. De acordo com List (2006), não se pode pensar que o indivíduo, por conhecer melhor os seus próprios interesses e melhor defendê-los, promoverá sempre os interesses da comunidade: o Estado tem o poder e o direito de atuar diretamente na atividade privada no intuito de salvaguardar os interesses superiores da nação, concluindo disso que muitas vezes a manipulação das notícias é também resultado da promoção de seus interesses por parte de governos no poder.

Na década de 70, os Estados Unidos da América veem surgir grandes fusões de empresas, formando-se conglomerados de monopólios de comunicação. Um

exemplo disto é a empresa de comunicação norte-americana Time: primeiramente juntou-se com a Warner (cinema), logo depois comprou o grupo japonês Toshiba (televisores), em seguida adquiriu a CNN (canal de notícias) e hoje controla a AOL (provedor de internet), tornando-se, assim, um dos três maiores conglomerados de mídia do mundo. Nos Estados Unidos, os estudos que relacionam a mídia e as Relações Internacionais começaram após a Guerra do Vietnã e alcançaram seu auge com a primeira guerra totalmente midiática da história: a invasão no Iraque em 1990. Conforme Soares (2012), por envolver uma expressiva carga de subjetividade a imprensa pode tanto acentuar como amenizar uma determinada situação, afetando o equilíbrio das forças políticas na democracia.

Também, por exemplo, as informações que chegam a países mais periféricos, como no caso do Brasil, geralmente provém de agências de notícias estadunidenses, possuindo a massa brasileira uma visão normalmente norte-americanizada sobre os fatos cotidianos globais. Para List:

Que a civilização de todas as nações, a cultura do mundo inteiro, constitui uma tarefa imposta a toda a humanidade, é evidente a partir daquelas leis inalteráveis da natureza, pelas quais as nações civilizadas são levadas com força irresistível a ampliar ou a transferir suas forças de produção a países menos desenvolvidos (LIST, 2006, p. 13, tradução própria).

Ainda segundo ele, para permitir à liberdade de comércio operar naturalmente, as nações menos adiantadas devem primeiro, por meios artificiais — dentre eles a subordinação midiática e os “poderes da mente”, ser levadas ao estado de cultura. De acordo com outro teórico das Relações Internacionais, Immanuel Wallerstein, em sua obra “After Developmentalism”, a maior ameaça para os países do sul é a interferência em sua política por pressões externas dos países do norte, que buscam incessantemente manter seus monopólios e acesso financeiro (WALLERSTEIN, 2005).

Gilboa (2001) criou uma taxonomia com quatro papéis fundamentais para a mídia: controladora, constrangedora, interventora e instrumental. O papel da mídia controladora é influenciar nas decisões quanto a questões pautadas na intervenção militar, se tornando ator importante na formulação de políticas de defesa e de crises humanitárias. Como ator constrangedor, a mídia teria a função de constranger o líder político a tomar decisões e agir em curto prazo. Por exemplo, em 1991 durante a Guerra do Golfo, o presidente Bush optou por transmitir informações aos membros da coalizão contra o Iraque por meio da CNN e não de canais diplomáticos. A mídia interventora atua na mediação internacional, como intermediadora de conflitos e catalisadores de acordos. Finalmente, como ator instrumental, a utilização dos meios de comunicação pode auxiliar nas negociações de acordos diplomáticos e na conquista da opinião pública da sociedade internacional pelo governo. Outro autor, Camargo (2008), adiciona ao trabalho de Gilboa (2001)

uma quinta categoria: a mídia como promotora de conflitos, como no caso das notícias disseminadas em revistas norte-americanas sobre a deturpação do Alcorão por soldados estadunidenses, que geraram protestos e mortes em países islâmicos.

Gilboa (2001) também propôs a análise da diplomacia midiática através da divisão da mesma em três segmentos: o da diplomacia pública (*public diplomacy*), da diplomacia na mídia (*media diplomacy*) e o da diplomacia feita pela mídia (*media-broker diplomacy*). O objetivo da diplomacia pública é construir a imagem favorável de um país no exterior, utilizando meios de mídia. Durante a Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética usavam da diplomacia pública para disseminar seus ideais e ampliar sua esfera de influência. Mais recentemente, destaca-se a atuação de outros atores não estatais na diplomacia pública, substituindo o chefe de Estado, como no caso da campanha pela abolição do *apartheid* na África do Sul, quando atores não estatais locais utilizam dos meios de comunicação de massa para criar ligações com grupos influentes de sociedades estrangeiras. A diplomacia na mídia difere da anterior devido ao elemento propaganda, estabelecendo uma ponte entre Estados e atores não estatais para construir confiança e avançar nas negociações, mobilizando o apoio público para acordos. Durante a crise no Irã em 1979, por exemplo, os EUA comunicavam-se exclusivamente por intermédio da mídia com os terroristas. Também, durante o Conflito no Golfo em 1990, o secretário de Estado norte-americano entregou o ultimato a Saddam Hussein através da CNN, rede televisiva que foi escolhida também pelo presidente iraniano Mohammed Khatami em 1998 para enviar uma mensagem conciliatória para os EUA. Por fim, a diplomacia feita pela mídia enxerga os meios de comunicação como ator das RI, tendo os jornalistas função semelhante aos diplomatas, conduzindo o rumo das políticas externas. Exemplo deste modelo é o que ocorreu em 1977 quando um jornalista da rede de TV CBS convidou o presidente egípcio Muammar Sadat para visitar Jerusalém como forma de aprimorar as negociações com Israel.

7 Considerações finais

O estudo aprofundado da participação da esfera midiática na configuração do Sistema Internacional contemporâneo torna viável a compreensão de que a implantação da fase imperialista do capitalismo de Lenin trouxe consigo um novo papel para a opinião pública, cuja participação nos assuntos mundiais vem se tornando gradualmente mais efetiva e direta nos últimos séculos a partir das companhias midiáticas. Especialmente no contexto da globalização, vemos a mídia não só tornar-se detentora de algumas das maiores concentrações de capital atuais, através de monopólios, como também passar a implementar seus interesses no cenário global através da sua atuação na esfera interna dos Estados e da imposição da recente diplomacia político-midiática.

Nesse sentido, cabe destacar que a atuação da mídia em relação à sociedade é notória tanto no âmbito internacional quanto no âmbito nacional — via uma cultura de moldar comportamentos, percepções sociais e padrões culturais, por exemplo. Enquanto órgãos estrangeiros presentes nos “países-alvo”, os veículos da mídia podem, inclusive, ameaçar a continuidade das herança nacionais (SCHILLER, 1992). A respeito disso, Schwartzberg (1978) argumenta que essa cultura contribui para o fomento de uma situação de alienação, podendo chegar ao ponto de um povo abrir mão de sua soberania, à margem do jogo político de modo geral. Tais características são mais fortes em Estados menos desenvolvidos, que têm a mídia ainda mais concentrada por entes estrangeiros.

Procurou-se mostrar que, assim como dizia Hobson, o sistema capitalista, em seu estágio atual, produziria uma convergência de interesses entre os diferentes negócios, fruto da dominação de capitais cada vez maiores sobre um número crescente de empresas, a qual reforçaria não só a interdependência, mas a dependência de umas em relação a outras (HOBSON, 1996). Pode-se inferir que a mídia configura-se como indústria capitalista compatível com os quadros do capitalismo imperialista, pois ela tanto passa por esse processo por si mesma (vide “cartel global da mídia”) como reflete e incita a unidade de interesses entre outras empresas. Desta forma, conclui-se que a indústria midiática atua na conjuntura global como um elo entre outros grandes mobilizadores de capital, que participam diretamente da formação da opinião pública e da tomada de decisões por parte dos Estados, influenciando ativamente a forma como as Relações Internacionais vêm se configurando no século XXI.

The Imperialist Stage of Capitalism and The Political Media Sphere: The Subjection of The Media to Imperialism and its Influences on International Relations

ABSTRACT: The growing influence of media on the international arena becomes clearer each day. Such process is parallel to the expansion of the main communication vehicles and of their power within the media market and it is largely a result of the concentration that accompanies such expansion. In consequence of that, the global media has turned into a powerful oligopoly, which interferes in various aspects of the International System. The present article seeks to demonstrate the relation between contemporary imperialist capitalism and the media sector, as well as to highlight the relevance of such relation to the social, political and economic conjuncture, both from a Brazilian and a global perspective. The analysis was based on the works of great authors that wrote on the subject or related themes, such as Lenin, Hobson, Hilferding and List.

KEYWORDS: Imperialism, Media, Oligopoly, Globalization.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de Manipulação na Grande Imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

ALBUQUERQUE, Afonso. Um Outro “Quarto Poder”: Imprensa e Compromisso Político no Brasil. *Contracampo*, Niterói, n. 4, p. 23-57, jan. 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/414/201>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

AMADEU, Sérgio. *Marco Civil da Internet*: A guerra recém começou. Entrevista concedida por telefone ao IHU Online. Instituto Humanitas Unisinos, 10 abr. 2014

ARCARY, Valério. Lênin, imperialismo e revoluções. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 13/14, p. 122-132, 2005. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_valerio.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-11, abr./maio 2006.

BAGDIKIAN, Ben H. *The Media Monopoly*. Boston: Beacon Press, 2000.

BRANT, João. O lugar da comunicação. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1479>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BURITY, Caroline Rangel Travassos. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. *Contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 21, ano 11, v. 1, p. 166-179, 2013.

CABRAL, Eula D. T. Capital estrangeiro na mídia brasileira: salvação ou desgraça? In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2003, Belo Horizonte. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP10_cabral.pdf>. Acesso em: 03 out. de 2016.

_____. *Estratégias de internacionalização da mídia brasileira*. LOGOS 28: Globalização e comunicação internacional, Rio de Janeiro, ano 15, p. 73-83, 2008. Disponível em: <<http://www.logos.uerj.br/PDFS/28/LOGOSN28full.pdf#page=73>> . Acesso em: 23 nov. 2014.

CAPARELLI, Sérgio; LIMA, Venício. *Comunicação e Televisão: Desafios da Pós-Globalização*. São Paulo: Hacker, 2004.

DEBRAY, Régis. *O Estado como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

DONOS DA MÍDIA. *Comunicação e políticos*. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/levantamento/politicos>>. Acesso em: 25 out. 2014.

HERZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tche, 1987.

HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, John. *A Evolução do Capitalismo Moderno: Um Estudo da Produção Mecanizada*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LAMBERT, Renaud. Na América Latina, governos enfrentam os barões da mídia. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, 4 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1309>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

LÊNIN, Vladimir. *O imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Editora Parma, 1979, p. 16-97.

LIST, Georg Friedrich. *National System of Polical Economy. The Theory* (v.2). New York: Cosimo Inc, 2006.

_____. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATTERLART, Armand. *Comunicação-mundo: história das ideias e das estratégias*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MCCHESENEY, Robert W. Global Media, Neoliberalism and Capitalism. *Monthly Review*, v. 52, n. 10, mar. 2011. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2001/03/01/global-media-neoliberalism-and-imperialism/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

NASSIF, Luís. A importância do Marco Civil da Internet. *Carta Capital*, 4 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-importancia-do-marco-civil-da-internet-4508.html>>. Acesso em: 6 nov. 2016.

NEGREIROS, Davys Sleman de. Mídia e Política: a metamorfose do poder. *Mneme: Revista de Humanidades*, Natal, Departamento de História e Geografia da UFRN, v. 4, n.7. fev./mar. 2003.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2011.

RODRIGUES, Fabiana. A concentração midiática brasileira e a desejada liberdade de expressão. In: ENCONTRO NACIONAL DA REFE ALFREDO DE CARVALHO, 7, 2009, Fortaleza. *Anais...* Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/A%20concentracao%20midiatica%20brasileira%20e%20a%20desejada%20liberdade%20de%20expressao.pdf>> Acesso em: 22 out. 2014.

SANTOS, Gabriela Freitas dos; SCHNOR, Marina Costa; MILAGRE, Rodrigo Pasqualini. A mídia internacional em perspectiva: ensaio sobre a construção e difusão de mitos. *RIPE – Relações Internacionais Para Educadores: Desconstruindo Mitos do Século XXI*, Porto Alegre, v. 3, 2016.

SCHILLER, Herbert Irving. *Mass communication and american empire*. Boulder: Westview Press, 1992.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *O Estado-Espetáculo: Ensaio sobre e contra o Star System em Política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

STATISTA. *Worldwide market share of leading search engines from January 2010 to October 2015*. Disponível em: <<http://www.statista.com/statistics/216573/worldwide-market-share-of-search-engines/>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

TAVARES, Débora Cristina. *A Internacionalização da Publicidade Brasileira*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/132736938919196585061276238785157499690.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

TAVARES, Maria da Conceição. Apresentação. *A Evolução do Capitalismo Moderno: Um Estudo da Produção Mecanizada*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. After Developmentalism And Globalization, What? *Social Forces*, v. 83, n. 3, p. 1263-1278, mar. 2005.

ZANIN, César. A imprensa e o papel das mídias no Brasil. *Pragmatismo Político*, 25 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/a-imprensa-e-o-papel-das-midias-no-brasil.html>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

O petróleo e a Primeira Guerra Mundial: consequências operativas e planejamento estratégico

*Bruno Luiz de Souza Ronchi**
*Bruno Palombini Gastal***
*Stefano Arroque****
*Yuri Pinheiro da Rosa*****

RESUMO: O artigo analisa a importância do petróleo, em contexto de revolução dos paradigmas tecnológicos de propulsão, como elemento destacado no planejamento tático, operacional e estratégico durante a Primeira Guerra Mundial. Tal revolução, ocorrida no âmbito da Paz Armada, permitiu o desenvolvimento de uma capacidade bélica sem precedentes – destacada no caso específico das novas gerações de navios de guerra – que, na medida em que fortaleceu os Estados materialmente e conferiu uma maior capacidade de garantia e imposição de seus interesses, tornou-os dependentes do petróleo. Em decorrência dessa dependência, regiões antes pouco importantes do ponto de vista geoestratégico tornaram-se centrais para a manutenção das capacidades bélicas dos Estados, estabelecendo uma relação bidirecional entre a garantia das jazidas do mineral e a manutenção daquelas capacidades.

PALAVRAS-CHAVE: Primeira Guerra Mundial. Petróleo. Alemanha. Inglaterra.

* Graduando do quinto semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: bruno.ronchi@outlook.com

** Graduando do quinto semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: brunopgastal@gmail.com

*** Graduando do quinto semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: stefano_arroque@live.com

**** Graduando do quinto semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: yuridarosa7@gmail.com

1 Introdução

A publicação, no fim do século XIX, de *Le sol, la société et l'Etat* pelo alemão Friedrich Ratzel é emblemática. Na esteira da unificação de uma Alemanha que se desenvolve vertiginosamente em processo de revolução industrial demandante de um alto grau de recursos, a teoria de Ratzel, no limite do concreto, superará o abstracionismo da ciência política e vinculará a evolução das sociedades na história à terra sobre a qual se assentaram:

Quer seja o homem considerado isoladamente ou em grupo (família, tribo ou Estado), por toda parte em que se observar se encontrará algum pedaço de terra que pertence à sua pessoa ou ao grupo de que ele faz parte. [...] Estamos na presença de organismos que entram em intercâmbio mais ou menos durável com a terra, no curso do qual se troca entre eles e a terra todo gênero de ações e reações (RATZEL, 1982, p. 94).

A importância de tal proposição para a presente análise reside justamente no fato de que a disputa por recursos – vinculados especialmente ao solo a que se refere o autor alemão – viria a determinar os conflitos em larga escala desenvolvidos ainda na primeira metade do século subsequente à publicação – o período da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Tais não seriam, logicamente, os primeiros conflitos desencadeados nesse sentido; naquele caso desencadeados entre as grandes potências imperialistas em que se tornaram os Estados, segundo Lenin (2001). Para além desses eventos, o conflito por recursos é uma constante na história da humanidade, e, dialeticamente, tanto os alimenta – na medida em que sua disputa os consolida – quanto os catalisa – ao passo em que através deles é que são fornecidas às unidades políticas em jogo as condições necessárias para defendê-los.

O primeiro daqueles dois grandes conflitos que se seguiram à publicação de Ratzel foi particularmente determinado por um recurso que propulsionou a transição tecnológica que se revela na passagem do motor a vapor para o motor a combustão interna: o petróleo. Nesse caso, será patente a importância e a dualidade do óleo como objeto ao mesmo tempo disputado pelas potências beligerantes e utilizado como instrumento de guerra. Nesse sentido, é importante analisar como o recurso influenciou a Primeira Guerra Mundial, tanto do ponto de vista tático (quais as vantagens operativas do motor a combustão interna), quanto operacional (de que maneira poderiam ser garantidas as fontes de suprimento e permitir que o *front* fosse abastecido) e estratégico (como aquelas determinações táticas e operacionais influenciaram as decisões tomadas pelos Estados no curso do conflito).

A indústria do petróleo foi desenvolvida paralelamente em diversas regiões do globo, que a partir dessa atividade viriam a adquirir enorme importância geopolítica nos anos subsequentes – o que se ressalta a partir da identificação das fontes do recurso e seus desdobramentos nas estratégias dos beligerantes. Após o

“surto do petróleo” estadunidense – concentrado a princípio no nordeste do país –, locais como Baku (hoje capital do Azerbaijão, mas na época pertencente ao Império Russo), Índias Orientais Holandesas (hoje Indonésia) e Pérsia (hoje Irã) viram florescer uma pujante atividade extrativa – tornando-se motivo de disputa entre as potências imperialistas antes e durante a Primeira Grande Guerra.

Propõe-se analisar em que grau a segurança do suprimento de petróleo aos aliados foi determinante para sua vitória, tendo como base o caso inglês, e quais limitações, nesse mesmo sentido, inviabilizaram a vitória das Potências Centrais, tendo na Alemanha o caso sobre o qual se calcará a análise. Desse modo, pretende-se contribuir para o infundável debate sobre as decisões estratégicas da Primeira Guerra especialmente no que se refere à transição de tecnologias propulsivas, no sentido de se procurar generalizações possíveis que possam ser transferidas para outras realidades do curso histórico – em fatos pretéritos ou prospecções futuras – e facilitem seu entendimento.

2 As vantagens operativas do uso militar do petróleo

Antes de analisarmos o âmbito estratégico do suprimento de petróleo e o porquê de ele ter sido decisivo no decorrer da Primeira Grande Guerra para a vitória aliada, cabe abordar brevemente as principais vantagens da sua utilização como fonte energética em relação ao carvão mineral. No âmbito naval, será feita uma curta retomada do debate sobre a emblemática transição para o petróleo na Armada Real Britânica, que em muito resume o debate mundial sobre o uso do óleo. Quanto às consequências operativas terrestres, traçar-se-á em linhas gerais o que significou a disseminação do motor a combustão interna para o combate em terra.

A passagem do século XIX para o XX assistiu a uma enorme intensificação do interesse pela indústria petrolífera. Inicialmente surgida como uma mera fornecedora de iluminação barata através do querosene, logo ela perderia esse mercado para a eletricidade com o surgimento da lâmpada de bulbo elétrico de Thomas Edison. Entretanto é com a disseminação do motor a combustão interna e seu posterior uso militar que o petróleo ganha o *status* de um suprimento de máxima importância estratégica. Tal tecnologia se desenvolveu paralelamente, com menor ou maior grau de êxito, em vários dos países que seriam atores principais da guerra subsequente: Alemanha (principalmente no que diz respeito à utilização do óleo diesel), França, EUA, Reino Unido e até a Itália, que viria a apresentar um desempenho pífio no conflito. Com o aperfeiçoamento dos motores e a sua popularização, somados à redução dos preços mundiais do petróleo ocasionados pela acelerada expansão de sua oferta, tornava-se cada vez mais plausível a sua plena utilização como combustível, atenuando-se o receio em substituir o carvão

mineral. Já no primeiro decênio do século XX, era comum o uso de petróleo em conjunto com o carvão de modo a aumentar a eficiência da queima, e, já em 1870, surgiram os primeiros navios propelidos a óleo na região petrolífera russa junto ao mar Cáspio – como forma de dar cabo aos até então meros resíduos da produção de querosene (BROWN, 2003). Desse modo, abriu-se o caminho para a adoção do petróleo como fonte energética principal da marinha, não sem forte oposição.

Com essas transformações em curso, é intensificado o debate no Reino Unido acerca da conversão da matriz energética da Armada Real para o petróleo sob a luz da corrida naval com os alemães, tendo como principais defensores John Archbold Fisher e Winston Churchill, Primeiros Lordes do Almirantado entre 1904 e 1910 e entre 1911 e 1915, respectivamente. Entre as razões apontadas pelos dois para a necessidade da transição estava acima de tudo os ganhos de velocidade e aceleração que seriam possíveis com tal. Em números: num estudo encomendado por Churchill, o War College estimou que com uma frota leve que atingisse a velocidade de 25 nós seria possível dar cabo até dos mais possantes navios da moderna Armada Alemã – e isso só seria possível com um motor a combustão de petróleo (YERGIN, 2012). Além do mais, como já em 1882 anunciava Fisher, com o óleo era possível o abastecimento em alto-mar, aumentando em muito o raio de ação dos navios. Nas palavras dele:

Se a nossa marinha adotar o petróleo em substituição da hulha, aumentará automaticamente a sua força em 33 por cento [...] O uso da hulha faz com que um terço da esquadra esteja sempre nos pontos de abastecimento. Já uma unidade naval acionada a óleo pode abastecer-se longe dos portos, onde quer que esteja e ainda mesmo em plena batalha (BEY, 1936, p. 129).

A utilização do carvão pressupunha o deslocamento de grande contingente de homens destinados exclusivamente a alimentar as caldeiras – os quais poderiam, alternativamente, estar participando do combate. Assim, a substituição do motor a vapor pelo motor à combustão interna resultava também num aproveitamento muito maior das capacidades da tripulação, além de poupá-la do desgaste físico e emocional que implicava o trabalho nas caldeiras. Somado a essas condições, o carvão ainda se mostrava um recurso desvantajoso quanto ao seu armazenamento. Além de conter uma capacidade calorífica duas vezes maior, que implicava em um menor volume de combustível para uma propulsão muito maior, o petróleo ainda se deteriorava com uma velocidade incomparavelmente menor do que o carvão mineral, reduzindo as preocupações quanto a sua estocagem. Assim, concretizando as ambições dos entusiastas do petróleo, foi desenvolvida a classe de navios Queen Elizabeth: couraçados tipo *super-dreadnought* plenamente propelidos a óleo, com grande poder de fogo e uma velocidade de 24 nós (muito próxima da estimativa do War College, portanto) (BEY, 1936).

Em terra firme, analogamente, o motor a combustão interna paulatinamente conquistava seu espaço entre os meios de transporte utilizados. Já na década de 1880, o automóvel se torna operacional, com as invenções dos alemães Daimler e Benz (HOBSBAWM, 2014). No entanto, apesar da dianteira ter sido germânica, é nos Estados Unidos que o automóvel se disseminará mais rapidamente: de acordo com dados oficiais, em 1910 já existiam 458 mil carros de passeio lá registrados (UNITED STATES CENSUS BUREAU, 1999). Não nos deteremos agora a uma maior análise específica desses dois países, entretanto, visto que a ideia é meramente fazer um resumo panorâmico geral do impacto do motor a combustão interna no combate.

Além das já citadas facilidades quanto ao abastecimento – que se aplicam também para o meio terrestre –, o transporte rodoviário se destacava frente ao ferroviário principalmente devido à flexibilidade apresentada por aquele. Com o advento de veículos mais sofisticados e resistentes, que podiam trafegar sobre superfícies muitas vezes irregulares, ficavam evidentes as limitações implicadas na necessidade de, para a utilização de um trem, ser construída uma estrada de ferro: com os automóveis, podia-se improvisar estradas de rodagem onde quer que isso se fizesse necessário. Tais modificações ampliavam em muito a agilidade da logística de guerra, garantindo um fluxo mais dinâmico e menos vulnerável de suprimentos (visto que se tornava mais difícil cortar as linhas de comunicação inimigas) e de soldados. Ademais, o uso de automóveis diminuía – e viria por eliminar – a necessidade do uso de cavalos que, consumindo dez vezes mais alimento que um humano, gerava um enorme dispêndio de recursos. Impulsionada pelas necessidades prementes de guerra, a tecnologia automobilística se desenvolveu largamente no decorrer do conflito, culminando numa inovação decisiva: o tanque de guerra britânico, “veículo blindado acionado por um motor de combustão interna e movido sobre tratores, impenetrável pelas balas de metralhadora e pelo arame farpado” (YERGIN, 2012, p. 191). Tal tecnologia foi decisiva para fazer com que a vantagem pendesse para o lado aliado, quebrando a inércia da guerra de trincheiras e inaugurando uma nova fase de guerra de movimento (YERGIN, 2012).

Com o advento do motor a combustão interna, de tamanho e pesos reduzidos, foi possível também levar os transportes para uma nova fronteira: o ar. Herdando a já desenvolvida tecnologia de motores dos automóveis, a aeronáutica teve um lancinante desenvolvimento durante a guerra. Inaugurada pelos italianos em 1911, num ataque contra os turcos em Trípoli, a guerra aeronaval surge como um importante elemento da Primeira Grande Guerra (HART, 1973). Reconhecendo seu valor enquanto ferramenta de conhecimento de situação, ou de transporte e de ataque (como é o caso dos bombardeios alemães em Londres), é empreendido um grande esforço por parte dos combatentes na produção de capacidade aérea (YERGIN, 2012).

Com a expansão do uso do motor a combustão em direção a praticamente toda a esfera da guerra, o petróleo se tornou um artigo de primeira necessidade, passando sua posse a significar condição para a vitória ou mesmo derrota, no caso de não se garantirem as fontes de suprimento. É mister considerar, no entanto, como tais suprimentos foram assegurados, bem como verificar particularidades em cada país que indiquem o grau de interferência dessa garantia para o andamento do conflito.

3 A estratégia alemã e britânica sobre o petróleo no pré I-Guerra Mundial

Com a unificação da Alemanha, surgiu no centro da Europa uma nova potência, que em sua própria consolidação já mostraria seu caráter revisionista ao contestar o relativamente estável sistema europeu que vigia desde o Congresso de Viena. Nesse período, em que imperava o equilíbrio entre os atores que compunham o sistema internacional europeu, destaca-se a Inglaterra como potência incontestada do ponto de vista econômico, calcada sobre a égide do liberalismo e a supremacia do padrão-ouro (ENGD AHL, 2007).

A unificação alemã, por seu turno, contradita a hegemonia inglesa antes mesmo da consolidação do processo, precedido por uma união aduaneira – o *Zollverein* – que, em consonância com a subsequente teorização de List, contraria os princípios liberais ao prezar pela proteção dos mercados como via de desenvolvimento. Após a unificação alemã, na década de 1890, a indústria britânica já se mostrava superada pela Alemanha tanto quantitativa quanto qualitativamente do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico (ENGD AHL, 2007).

A consolidação da Alemanha como potência no centro do continente europeu se desdobraria, subsequentemente, em um projeto expansionista que se adequaria à lógica imperialista teorizada por Lênin em *Imperialismo: fase superior do capitalismo* (2001): o fortalecimento de trustes calcados sobre grandes bancos – na Alemanha sob orientação de um Estado guiado pela política nacionalista preconizada por List – redundará em um movimento expansionista que passará, necessariamente, no enfrentamento interestatal, dado que a essa altura serviriam os Estados aos interesses daqueles grandes conglomerados (LÊNIN, 2001).

Tal enfrentamento, no caso específico alemão, tendo em vista a hegemonia inglesa como principal desafio à expansão dos mercados, passaria, necessariamente, pela construção de uma força naval que garantisse a livre circulação dos produtos germânicos para além da Europa. A decisão pela construção de 19 navios de guerra, 8 cruzadores blindados, 12 cruzadores pesados e 30 cruzadores leves a ser concluída até 1904, na transição do século XIX para o XX – sob o programa do Almirante Alfred von Tirpitz, vigorado através da Primeira Lei Naval de 1888 –, seguida pela

Segunda Lei Naval de 1900, em que se duplica a frota para 38 navios de guerra, 20 cruzadores blindados e 38 cruzadores leves, concorrerá para tal necessidade (MASSIE, 2012).

O historiador norte-americano Robert K. Massie, em *Dreadnought* (2012), relacionará o programa naval alemão diretamente sob o ponto de vista da competição com os ingleses. O autor afirma o seguinte:

Para justificar a construção de navios de guerra, um novo inimigo – a Inglaterra, àquela altura amiga da Alemanha – foi designado. Para lutar contra a França e a Rússia, uma frota naval poderosa seria desnecessária; o exército alemão venceria ou perderia a guerra independente do que acontecesse no mar. Para lutar contra a Inglaterra, contudo, Tirpitz estabeleceu que navios de guerra seriam necessários. Estabelecida tal premissa, Tirpitz então brilhantemente reverteu o argumento: para justificar a construção de navios de guerra, o inimigo teria de ser a Inglaterra (MASSIE, 2012, p. 172-173, tradução nossa)¹.

Inserida no contexto da política expansionista alemã – a *Weltpolitik* do *kaiser* Guilherme II, subversora dos esforços equilibradores de Bismarck, chanceler do Império até 1890 –, a construção da ferrovia Berlim-Bagdá terá espaço entre as prioridades germânicas. Adequada à lógica imperialista – a construção da ferrovia terá participação predominante dos trustes alemães conglomerados sob grandes bancos, como o *Deutsche Bank* – a ferrovia apresenta-se como uma resposta ao imperativo de garantir fontes seguras de petróleo (ENGDAHL, 2007).

O petróleo, além do carvão, terá espaço na matriz energética da Alemanha, sobretudo no que se relaciona às bases militares do país, e desempenhará papel fundante tanto no período que precede a eclosão da Primeira Guerra Mundial quanto no curso do conflito, em que a obtenção e manutenção de fontes do recurso se mostrarão objetivos de alta prioridade.

No caso específico da ferrovia Berlim-Bagdá, os acordos firmados entre a impérios Alemão e Turco-Otomano visavam, para aquele, chegar às jazidas petrolíferas do Oriente Médio (sobretudo no Golfo Pérsico) e, para este, reduzir a pesada influência de credores franceses e britânicos:

[O] acordo germano-otomano assegurando a construção da seção final da ferrovia Berlim-Bagdá significou a quebra da esperança inglesa de trazer a Mesopotâmia, com sua localização estratégica e seu petróleo, sob sua influência exclusiva e significava também uma grande derrota para a França (ENGDAHL, 2007).

¹ Original: “To justify building battleships, a new enemy- England, at that time friendly to Germany- had been designated. To fight France and Russia, a powerful German battle fleet was unnecessary; the German Army would win or lose that war whatever might happen at sea. To fight England, however, Tirpitz had established that battleships would be necessary. Having established that premise, Tirpitz then brilliantly reversed the argument: in order to justify building battleships, the enemy must be England”.

Concomitantemente ao desenvolvimento e aos projetos alemães de construção de uma armada alimentada pelo petróleo, na Inglaterra, a corrida pela adaptação da Armada Real – predominantemente abastecida com carvão mineral – ao petróleo tem como pano de fundo os interesses de grandes companhias como Royal Dutch-Shell e a Anglo Persian Oil Company, interessadas em garantir uma demanda estável e segura para suas operações, e do próprio Almirantado inglês – personificado nas figuras dos almirantes Fisher e Churchill –, interessado no fortalecimento da armada inglesa tendo em vista, sobretudo, a concorrência alemã (YERGIN, 2012).

À luz da revolução industrial então em curso e tendo-se em vista as vantagens da utilização do petróleo, como anteriormente ressaltado, torna-se imperativo, também para a Inglaterra, consolidar o domínio sobre fontes seguras do recurso que garantiriam, no caso de uma eclosão do conflito, suprimento ininterrupto durante as fases agudas de hostilidades. Nesse sentido, tiveram papel crucial o Império Colonial e a capacidade de projeção britânica no além-mar.

Como ressalta o próprio almirante Churchill, “todo o tesouro acumulado durante tantos séculos de sacrifícios e realizações desaparecerá e será completamente usurpado se a nossa supremacia naval for debilitada” (YERGIN, 2012, p. 172). A visão mahanianiana do então Primeiro Lorde do Almirantado é justificada pelo caráter insular da Grã-Bretanha – e foi, por sua vez, um dos motivos da guerra, como percebeu Crowe em seu famoso Memorando (KISSINGER, 2011) –, e viria a sê-lo novamente no decorrer da guerra, quando a sua supremacia naval se mostrou um fator decisivo tanto no plano tático quanto operacional – ou seja, na capacidade de projeção de forças segundo a disponibilidade de combustíveis.

Nesse caso, o advento do petróleo para a Grã-Bretanha significou uma reversão daquele processo compreendido pela Alemanha, no sentido de consolidar-se uma força capaz de desestruturar a hegemonia britânica através de uma tecnologia superior e uma economia desenvolvida o suficiente para rivalizar com as demais potências, impondo seus interesses sobre o sistema. A própria Mesopotâmia, que em dado momento pareceu perdida pelos ingleses em favor da Alemanha (em razão da aliança entre os alemães e o Império Turco-Otomano) viria a se tornar um Mandato da Liga das Nações sob administração britânica após a conclusão em segredo do Acordo Sykes-Picot, em 1916. Esses eventos demonstram um erro de cálculo alemão com relação às suas capacidades – o que comprovaria a tese de Gilpin a respeito da maior instabilidade e propensão a guerras de sistemas multipolares, onde erros de cálculo são uma ameaça constante (GILPIN, 1983). Tal erro de cálculo, indubitavelmente, estará relacionado, nesse contexto, à transição entre tecnologias de propulsão, que favorecerá os aliados na Guerra.

Para melhor compreender a importância da projeção naval no contexto da obtenção de petróleo, assim como a importância que este adquirirá nos assuntos governamentais britânicos, é interessante analisar o caso da Pérsia. Ainda que não

fosse oficialmente colônia de nenhuma potência, a Pérsia estava sujeita a influências turcas, alemãs, britânicas e russas – essas duas últimas vistas com particular desprezo pelos persas, sendo a influência britânica reprovada simplesmente pela associação desse país ao regime do Czar (BULLARD, 1963). O sentimento antirruso persa se deve às guerras entre os dois países no século XIX, ao subsequente tratado de Golestan, que oficializava a perda de territórios persas no Cáucaso para a Rússia, e, principalmente, ao tratado de Torcamancay, que concedeu à Rússia várias vantagens dentro do território persa – vantagens essas consideradas humilhantes pela população local (RASHIDVASH, 2012).

Os Impérios Otomano e Russo já possuíam tropas no território persa desde antes da primeira guerra, e, durante o conflito, ocorreram ataques por parte dos exércitos do primeiro às refinarias e campos de extração operados pelos britânicos, que motivaram uma maior presença militar na Pérsia. Após tais ocorridos, a extração procedeu normalmente. Na Guerra em si, o país se manteve neutro, apesar do sentimento pró-alemão e russóphobo muito forte do povo. Isto, contudo, não impediu que a Turquia e a Rússia aumentassem a presença no país, dominando partes dele e impondo suas próprias leis. As dominações turcas levaram a Grã-Bretanha a estabelecer a *South Persia Rifles*, comandada pelo coronel Percy Sykes, que foi responsável por libertar as regiões meridionais que haviam caído para os turcos, dentre as quais estavam áreas de interesse para a extração de petróleo (BULLARD, 1963).

A aliança anglo-persa tinha como um dos principais objetivos a obtenção de petróleo pela Grã-Bretanha, por meio da Anglo-Persian Oil Company, da qual detinha 51% das ações (YERGIN, 2012). A companhia, que possuía laços significativos com Churchill e apoio entre o Almirantado inglês, foi fundada em 1909 – época em que o Império Britânico redefinia suas prioridades com relação à obtenção de recursos naturais, com o petróleo assumindo a dianteira – por D'Arcy e George Reynolds, com ajuda da Burmah Oil. Nessa mesma época, o Império negociou uma permissão com o Xá da Pérsia para empreender a extração de óleo em Maidan-i-Naphtun, perto da fronteira com a Mesopotâmia, e estabeleceu acordos com o então Emir do Kuwait com o mesmo objetivo. Assim, os britânicos, além de garantirem o acesso a duas áreas abundantes em petróleo, projetaram a sua influência de modo a quase cercar a Mesopotâmia, território que, mais do que cobiçarem para si próprios, desejavam ver longe da influência germânica que se consolidaria com a ferrovia Berlim-Bagdá. O petróleo mesopotâmico em mãos alemãs, especialmente com o acirramento das tensões no continente europeu e com os recentes desenvolvimentos na Marinha Alemã, criaria uma situação desastrosa para a Inglaterra, que poderia acarretar na perda de sua hegemonia naval – e, consequentemente, do Império (YERGIN, 2012).

A aquisição das ações da Anglo-Persian provou-se de vital importância para o desempenho do Reino Unido na guerra. Ainda que, inicialmente, a companhia,

comandada pelo brilhante empresário Charles Greenway – o homem que convenceu Churchill e Fisher a estabelecer a aliança com o governo –, fosse responsável por parcelas ínfimas da extração de petróleo, ao final de 1916 as refinarias persas atendiam às necessidades de um quinto da Armada Real (YERGIN, 2012). Além disso, o Golfo Pérsico assumiria um foco estratégico para os britânicos – posição que se mantém até os dias atuais –, tornando a companhia supracitada muito mais importante do que o esperado originalmente pelo governo.

4 O petróleo na I Guerra Mundial: consequências operacionais e decisões estratégicas

Nas grandes potências imperialistas tragadas pelo conflito desencadeado em 1914, imperava a perspectiva de que as hostilidades não se estenderiam por mais de algumas semanas ou meses nem provocariam um nível de destruição a tal ponto que se desestruturassem as bases econômicas e sociais dos beligerantes – dado o retrospecto relativamente pacífico observado desde a derrota do exército napoleônico em Waterloo. A guerra, no entanto, constituiu-se num evento sem precedentes na história, e rebaixou o continente europeu a um nível de destruição duramente superado, legando marcas que ainda hoje se fazem sentir. Muitas das variáveis que fizeram da guerra imperialista uma Guerra Mundial estendida até 1919 (com o Armistício de Compiègne) permanecem obscuras e são objeto de análise de incontáveis estudos, que buscam esclarecer os determinantes e movimentos que a constituíram. Indubitavelmente, as inovações desenvolvidas a partir da 2ª Revolução Industrial – em curso a partir do século XIX – e, particularmente, a transição entre tecnologias propulsivas, que de modo gradual substituem o carvão mineral pelo petróleo, ocupam papel central no entendimento dessas determinações (VISENTINI, 2012).

A ideia de que 2ª Revolução Industrial criou novas realidades econômicas internacionais, o que influenciou na mudança da interação entre as potências, pode ser trazida ao analisar-se a relação da Inglaterra, hegemônica à época, com outros importantes Estados – tenham eles interesses convergentes aos dos ingleses por meio do compartilhamento do liberalismo econômico, ou opostos ao ideário inglês na medida em que defendem uma postura heterodoxa (GILPIN, 1993; VISENTINI, 2012). Dentre aqueles que se destacam entre os heterodoxos, destaca-se a Alemanha como país de enorme dinamismo econômico que, desprovida de territórios coloniais como aqueles dispostos pelos ingleses ou franceses, ou destacadas vantagens internas – como era o caso estadunidense – tinha como única alternativa criar um complexo industrial e militar para compensar suas debilidades (ARRIGHI, 1996).

Sob uma análise anglo-germânica, é nítida a distinção entre essas duas potências quanto às suas respectivas condutas durante a Primeira Guerra Mundial,

tanto em relação aos objetivos buscados quanto aos meios utilizados para garanti-los. Existia uma oposição na estratégia do controle internacional, pois, enquanto a Inglaterra procurava a maior influência nos oceanos, a Alemanha priorizava a posse de grandes extensões de terra. Visentini (2012), de maneira singular, retrata os diferentes propósitos das duas potências:

O imperialismo alemão tinha como prioridade a expansão para o leste da Europa e para o Oriente Médio, onde se encontravam os recursos naturais necessários a seu crescimento industrial. A aliança com a Áustria-Hungria, a ideologia pangermanista, os investimentos no petróleo turco e a construção da ferrovia Berlim-Bagdád evidenciavam esta orientação. [...] Já a Grã-Bretanha, que era o maior e mais populoso império na época, desejava destruir a capacidade comercial e naval alemã, apoderar-se do império Turco e dividir as colônias alemãs com a França (VISENTINI, 2012, p. 27).

Uma vez desencadeado o conflito, a rivalidade entre Alemanha e Inglaterra deixou de ser representada por questões econômicas ou pela simples ameaça mútua: as batalhas se transformaram em carnificinas em pleno solo europeu. Nesse sentido, o petróleo aumentaria a capacidade militar em ambos os lados da guerra, potencializando a destruição. Durante a primeira guerra mundial, o motor de combustão interna mudou todas as dimensões do conflito armado, até mesmo o próprio significado da mobilidade em terra, mar e ar – se por um lado o motor movido a óleo simplificava os problemas de mobilidade e de suprimento, por outro, multiplicava a devastação (YERGIN, 2012).

Algumas das batalhas mais importantes da guerra que retratam exatamente os benefícios da conversão do carvão para o petróleo revelam alguns dos fatores que fizeram pender a vantagem para o lado da Tríplice Entente. Na batalha do Marne, em 1914, mais de três mil táxis, movidos a óleo, permitiram à França maior capacidade de movimento e manobra para suprir os *fronts* em que seus exércitos lutavam contra os alemães, garantindo a vitória aos franceses. Na batalha do Somme, o “navio da terra” – transporte militar anteriormente conhecido como tanque – foi utilizado pela primeira vez, se mostrando como elemento fundante para a inauguração de uma nova etapa de guerra de movimento e determinando, como reconhecido pelo próprio Alto Comando alemão, a impossibilidade da vitória na guerra para as Potências Centrais. Nas batalhas marítimas nas ilhas Colónel, Falklands e Keeling – todas vencidas pela Inglaterra – a superioridade da Armada Inglesa se mostra irredutível, evidenciando os benefícios da conversão defendida pelo Almirantado inglês (YERGIN, 2012).

No curso do conflito, a incessante procura por petróleo será elemento central na estratégia dos beligerantes. No caso da Alemanha, segundo Engdahl (2007), com a abertura da estrada de ferro, em 1888, entre os Balcãs através de Belgrado, Sofia, e Constantinopla, coloca-se a capital otomana em comunicação

direta com Viena, Paris e Berlim. Nitidamente dependentes da rota, os alemães assinam, em 1911, um acordo com a Rússia (Tratado de Postdam), em que se prevê a não-interferência alemã nos assuntos russos no norte da Pérsia em troca da não-intervenção russa na construção alemã da estrada que os levaria até a cidade de Bagdá, na Mesopotâmia, detentora de grande potencial petrolífero. Nos Bálcãs, a ferrovia intensificou as tensões e motivou a Entente a buscar uma posição mais sólida na região, através de seu apoio ao surgimento de um novo país, a Albânia, e da presença militar britânica no território Sérvio (ENGD AHL, 2007).

A Entente obteve sucesso ao cortar os suprimentos que os alemães buscavam para além de seu território, e, já tratando como improvável a possibilidade de construção da estrada que ligaria a capital alemã às fontes de suprimento desejadas, a Alemanha, sob o risco de escassez de petróleo, parte no curso da guerra em busca de novas fontes. Restavam poucas alternativas, e uma se mostrou interessante para o general alemão Erich Ludendorff: a Romênia (YERGIN, 2012). O país permaneceu neutro durante os primeiros dois anos da guerra e, após o sucesso dos aliados, que se mostravam com maior possibilidade de vitória, Bucareste declara guerra a Viena, estimulando o avanço alemão sobre território romeno. Surge, então, uma forte pressão dos aliados sobre o governo da Romênia para que destruísse suas próprias fontes de petróleo, evitando que caísse em mãos inimigas. A estratégia inglesa, nesse sentido organizada por Norton-Griffiths, foi eficiente e constituiu fonte de desespero para a Alemanha, que à essa altura já se confrontava com uma escassez crônica do recurso (YERGIN, 2012).

Baku, localizada ainda em território da Rússia imperial, também apareceu como alternativa para suprir a demanda alemã. Lênin, assinando o tratado de Brest-Litovsk, concordou em deixar os alemães explorarem a região, gerando preocupação entre os aliados. O próprio partido bolchevique de Baku, no entanto, se mostrou contrário à ideia, dando aos aliados margem para que conseguissem uma aliança temporária e, assim, entrassem no território do Azerbaijão para defender as jazidas almejadas pelos alemães (YERGIN, 2012).

Diferentemente dos alemães, que acabaram sofrendo com a escassez do petróleo, os membros da Entente enfrentaram uma situação um pouco mais confortável, mas não menos complexa. Brown afirma o seguinte:

A guerra estimulou o desenvolvimento e uso do motor a combustão interna e conseqüentemente aumentou a demanda por combustíveis líquidos. [...] Em 1918, a marinha era uma das muitas consumidoras de petróleo, se bem que ainda se mantivesse como a maior e mais importante² (BROWN, 2003, p. 134, tradução nossa).

² Original: "The war stimulated the development and use of the internal combustion engine and consequently increased the overall demand for liquid fuels. [...] By 1918, the Navy was one of many consumers of petroleum products, albeit still the largest and most important one".

De tal modo, mostra-se premente durante todo o curso da guerra a insuficiência crescente dos suprimentos também do lado inglês. Abastecida principalmente pelas jazidas do Golfo do México e de Bornéu – operadas pela Royal-Dutch Shell e pela Standard Oil – e da Pérsia – operada pela Anglo-Persian Oil –, a Inglaterra enfrenta grave crise de abastecimento durante toda a primeira metade do conflito, tendo na limitação da capacidade de transporte de seus petroleiros o principal fator que restringe a oferta do óleo. Além disso, especificamente no caso do petróleo da Pérsia, a insuficiência quantitativa e qualitativa do produto refinado em Abadã tornará ainda mais aguda a crise de abastecimento inglesa – determinando mesmo a construção de uma nova refinaria para o óleo persa em Swansea, no País de Gales, concluída, contudo, apenas após o fim do conflito (BROWN, 2003).

O que se observou do lado da Entente foi uma evidente falta de planejamento, que comprometeu seriamente o suprimento de petróleo durante a guerra – sobretudo no que se refere à construção de embarcações e infraestrutura condutora do óleo. Aprofundando tal debilidade, concorrerão para a crise inglesa os constantes ataques de submarinos alemães a petroleiros aliados, catalisados a partir de 1917 com a campanha submarina irrestrita. A essa altura, a entrada dos Estados Unidos na guerra ao lado da Entente desafogaria a restrição da oferta de petróleo para a Inglaterra, na medida em que se dispunha não somente de uma maior quantidade do recurso, mas principalmente de uma maior capacidade para levá-lo até as frentes de batalha. Nesse sentido, segundo Brown (2003, p. 157, tradução nossa), “a falta de navios foi o principal obstáculo para abastecimento da marinha com o petróleo, não uma escassez de petróleo em si. À medida que a guerra se aproximava do fim, a Marinha era dependente do petróleo americano”³.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela Inglaterra no que se refere à manutenção do suprimento de petróleo, dada a extensamente referenciada vantagem de sua utilização sobre o carvão mineral, a garantia do recurso pelas forças inglesas e a concomitante debilidade alemã para a obtenção do óleo, indubitavelmente, pesarão a favor dos aliados na vitória. É essencial considerar, nesse sentido, que, da mesma forma, o domínio dos processos de transição tecnológica impõe mudanças fundamentais na correlação de forças, o que no caso da I Guerra Mundial tendeu para a aniquilação do projeto empreendido por uma potência revisionista.

5 Considerações finais

Procurou-se mostrar nesta exploração que o petróleo é tão importante para explicar a Primeira Grande Guerra quanto ela o é para entender a centralidade apresentada por esse recurso no período subsequente. A partir da transição energética

³ Original: “Shortage of tankers was the principal obstacle in supplying the Navy with oil, not a paucity of oil itself. As the war drew to a close, the Navy was dependent on American oil”.

verificada, muitas regiões subitamente auferiram uma enorme importância estratégica e passaram a ser palco de grandes disputas, com muitas delas vindo a ancorar quase que inteiramente seu desenvolvimento com base na exploração do hidrocarboneto (Azerbaijão, Venezuela e Omã, por exemplo). O Oriente Médio, sob tal ponto de vista, adquirirá especial importância geopolítica subsequentemente, dadas suas ricas jazidas e sua posição estratégica.

O novo interesse pelo petróleo por parte do Reino Unido deixou marcas permanentes nas ex-colônias, principalmente nas do Oriente Médio. Após a Primeira Guerra Mundial, a Mesopotâmia foi legada aos britânicos, em caráter temporário, conforme o Mandato da Liga das Nações, e, subsequentemente, viria a tornar-se uma monarquia independente, sob o comando da dinastia Hachemita, com fortes laços com os britânicos desde a Revolta Árabe. Na Pérsia, a então reinante dinastia Qajar foi deposta por Reza Khan (posteriormente Xá Reza Pahlavi), membro dos Cossacos Persas que havia se tornado uma figura influente na política local (RASHIDVASH, 2012), em meio a um clima de oposição ferrenha aos Qajar. Reza – assim como seria seu filho Xá Mohammed Reza Pahlavi – tinha uma postura pró-Occidente, e durante o seu mandato, excetuando-se um breve período de conflitos entre o Governo Persa e a Anglo-Persian, a extração de petróleo ocorreu tranquilamente, beneficiada pela centralização política que tirou a região do Khuzestão (onde se localiza a Refinaria de Abadan) do isolamento a que esteve sujeita sob o governo Qajar (LOCKHART, 1953).

Essa situação de constante conflito de interesses no Oriente Médio, verificada até hoje, em muito evidencia a magnitude e relevância do petróleo para as relações internacionais. Como recurso elementar para a transição entre tecnologias propulsivas, depreende-se a fundamental importância de uma capacidade prospectiva que permita lançar sobre recursos potencialmente importantes a devida atenção, garantindo, dessa forma, o desenvolvimento de estratégias que assegurem o domínio do processo de revolução tecnológica.

Oil and the First World War: operative consequences and strategic planning

ABSTRACT: This article analyses the importance of oil – in a context of radical transformations in the technological paradigms of propulsion – as a central element in the tactical, operational and strategic planning spheres during the First World War. These transformations, undertaken on the Armed Peace period, allowed for the development of an unprecedented bellic capacity – highlighted in the specific case of the new generations of warships – that strengthened the States and gave them more leverage among each other, rendering them – at the same time – dependent on oil. As a consequence, regions theretofore seen as geostrategically unimportant became central for the upkeep of the aforementioned capacities, therefore establishing a bidirectional relation between the assurance of oil supplies and the maintenance of those capacities.

KEYWORDS: First World War. Oil. England. Germany.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Contraponto, 1996. 393 p.

BEY, Essad. *A luta pelo petróleo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

BROWN, Warwick Michael. *The Royal Navy's fuel supplies, 1898-1939: the transition from coal to oil*. London: University of London, 2003. 328 p.

BULLARD, Sir Reader. Persia in the two World Wars. In: *Journal of the Royal Central Asian Society*. London, v. 50, n.1, p. 6-20, 1963.

ENGDAHL, Frederick William. *Oil and the Origins of the Great War*. 2007. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1478-0542.2007.00481.x/full>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

GILPIN, Robert. *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. 288 p.

HART, Sir Basil Liddel. *History of the First World War*. London: Cassel And Co, 1973. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/51227413/Liddell-Hart-s-History-of-the-First-World-War>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra. 32. edição, 2013.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. 576 p.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: UNICAMP, 2001. 271 p.

LOCKHART, L. The causes of the Anglo-Persian oil dispute. In: *Journal of the Royal Central Asian Society*. London, v. 40, n. 2, p. 134-150, 1953.

MASSIE, Robert K. *Dreadnought: Britain, Germany and the Coming of the Great War*. New York: Random House, 1991.

RASHIDVASH, Vahid. The Qajar Dynasty in Iran: The Most Important Occurrence Evented in the Qajars Monarchy. In: *International Journal of Business and Science*, Yerevan, v. 3, n. 12, june 2012.

RATZEL, Friedrich. *O solo, a sociedade e o Estado*. São Paulo: USP, 1982.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. *20th Century Statistics*. Disponível em: <<http://www.census.gov/prod/99pubs/99statab/sec31.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As Guerras Mundiais (1914-1945)*. 2. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

O preconceito estadunidense nas políticas internas e externas com a América Latina, durante a Guerra de Secessão e a expansão no século xx

*Douglas Felipe Gerhardt**
*Wagner Fernandes de Azevedo***

RESUMO: Os Estados Unidos despontaram no século XIX como uma grande potência regional e mundial. Seu desenvolvimento deu-se pelo sistema econômico liberal e pela expansão de suas fronteiras: Doutrina Monroe e o pensamento de tornar-se a nação civilizatória da América fizeram dos EUA um império diante de seus vizinhos. Seu preconceito e desprezo não eram apenas com os latinos, mas também se espelhavam em suas relações internas. Este artigo procura analisar as políticas imperialistas dos EUA pela ótica do seu preconceito com os povos hispânicos, e como isso influenciou sua política interna durante a Guerra Civil, bem como suas consequências até o século XX.

PALAVRAS-CHAVE: EUA, Doutrina Monroe, América Latina, Preconceito, Secessão, Imperialismo.

* Bacharel do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria.

** Bacharel do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria.

1 Introdução

Desde sua independência, os Estados Unidos da América desenvolveram-se como uma grande potência regional. Seu status de potência hegemônica no continente americano perdura por séculos graças a diversos fatos e fenômenos favoráveis nas relações internacionais e na própria política interna estadunidense. Assim, o presente artigo irá se focar na Guerra do México e no desenrolar da Guerra de Secessão. Suas causas, sobretudo políticas e econômicas, agregam também complexas questões étnicas, raciais e sociais – como o imperialismo¹ estadunidense, a aversão aos latinos e o preconceito racial nos estados do Sul, de meados do século XIX até o século XX. Estes dois momentos representam pontos-chaves nas relações interétnicas nos EUA e na ação material do imaginário estadunidense de nação prometida.

Nosso trabalho não se dedica à análise dos fatores econômicos, ainda que sejam de papel central nas decisões políticas. Buscamos fazer um apanhado histórico de situações da política externa e doméstica dos EUA nos quais fatores abstratos e mitológicos – como o Destino Manifesto – influenciam na tomada de decisão de governantes e ações organizadas da sociedade estadunidense.

O sociólogo Alberto Sérgio Alfredo Guimarães conceitua etnia e a situa na problemática estadunidense atual, mas de bagagem histórica:

“Etnia” é um tipo de carisma ou estigma baseado na identidade cultural, regional ou nacional de grupos [...] Nos Estados Unidos, as etnias são importantes tanto no interior da população negra (os afrolatinos, por exemplo) como entre os não-negros (asiáticos e latinos). (GUIMARÃES, 1999, p. 109)

Os problemas entre as diferentes etnias têm-se evidenciado pelo processo de imigração de latinos para os EUA, com o peso relativamente maior nas imigrações católicas (latinos, italianos, irlandeses, poloneses e alemães) e, mais recentemente, os budistas, hindus, muçulmanos, dentre outros que não seguem o *mainstream* religioso norteamericano (MATEO, 2011, p. 52). O mesmo país que outrora expandiu seu território sobre a América Latina – inicialmente, o México – hoje não mais projeta suas fronteiras em direção aos vizinhos latinos, porém o desprezo e o preconceito ainda perduram.

Guimarães, no trabalho estudado para o artigo, dicotomiza o conceito de etnia e de raça para compreender os diferentes preconceitos:

“Raça” é uma forma de carisma ou estigma grupal baseada na crença de uma herança genética que define o valor moral, intelectual e psicológico de um indivíduo ou de um grupo. Tal tipo de carisma parece dominante

¹ O Imperialismo é visto aqui como uma ferramenta para o prolongamento do sistema capitalista, e que este sistema foi responsável por qualquer forma de violência internacional causada pelo Estado, que é o instrumento de exploração de outros povos em uma relação desigual entre as metrópoles e as colônias. Este termo surgiu com a influência inglesa e pelo seu sistema liberal e capitalista do século XIX. (BOBBIO, 1998, p. 612)

na situação social dos negros americanos e sul-africanos ainda hoje em dia, sendo uma “categoria nativa” de uso amplo e generalizado. Na verdade, é lugar-comum que não se pode viver nos Estados Unidos sem pertencer a uma “raça”. (GUIMARÃES, 1999, p. 108)

Essa crença na superioridade das raças levou-se por um longo debate nos EUA, em função da abolição da escravidão, no século XIX. O não reconhecimento da igualdade dos homens – argumento inconstitucional – travou por anos a 13ª Emenda à Constituição Americana². E, mesmo depois de aprovada a emenda, os direitos dos negros não eram iguais aos dos brancos. Grupos como a *Ku Klux Klan (KKK)* nasceram nos Estados Unidos, perseguindo negros e queimando-os pelo fato de serem de outra raça. A KKK possuía de 2 a 4 milhões de membros em 1921 (PEGRAM, 2011, p. 3), e sua presença foi mais forte nos estados do Sul, como Texas e Tennessee. Reforçado por atitudes extremistas de facções, tais como a KKK, o racismo continuou sendo a causa de conflitos no século XX, mobilizando parte da sociedade estadunidense à defesa dos brancos contra os negros.

2 Os primeiros contatos e a superioridade estadunidense

Assim como Alexis de Tocqueville³ via a população americana marcada por uma cultura cívica intransponível e cunhada desde o seu primeiro contato com a civilização, as relações de superioridade quanto aos não americanos também pareciam estar cristalizadas no comportamento desses cidadãos. Sendo moldados por essa visão ética do protestantismo e carregados culturalmente da missão de civilizar os povos selvagens, os norteamericanos criaram um senso de superioridade frente aos latinos em consequência de uma busca incessante pela ordem e a moralidade⁴. Prezando este ideal cristão e liberal (no que tange aos ganhos econômicos), os habitantes dos EUA criaram repulsa aos “nativos” de origem espanhola, sendo que estes seriam seres inferiores e não civilizados. Assim, ficaria a cargo da política externa da União a responsabilidade pela educação desses que desconheciam o processo ideal de constituição de uma nação.

Em princípios do século XIX, o ideal republicano cobriu o continente americano: colônias começavam a emancipar-se de suas metrópoles europeias e projetavam um futuro livre de influências externas, já que o Novo Mundo havia

² “Não haverá, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito a sua jurisdição, nem escravidão, nem trabalhos forçados, salvo como punição por um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado.”

³ Em “Democracia na América”.

⁴ “A ideia da providência divina é um traço marcante do puritanismo americano, e sua principal característica é a visualização dos desígnios de Deus no cotidiano. Da mesma forma, a ideia da natureza selvagem refere-se à missão divinamente revelada de construir a ordem e difundir o bem em meio ao caos representado pela ausência de moralidade. Cumprindo o plano divino de ‘civilizar’ o novo mundo, os colonos estariam dando provas de louvor a Deus e, mais do que isso, construindo um exemplo de moralidade cristã que poderia ser visto por todos.” (MATEO, 2011, p. 55)

sido explorado pelos europeus desde o século XV. Dentro desse contexto, os EUA viam nas rebeliões uma ótima oportunidade para tirar de vez o encaço da influência europeia da região. Porém a relutância dos estadunidenses em reconhecer esses territórios e manter relações com os mesmos vinha em direção contrária ao próprio interesse econômico da potência, pois este estaria ligado a um constante envolvimento com os novos países republicanos da América Latina. Nesse sentido, houve várias divisões dentro do congresso norte-americano na disputa entre apoiar ou não a causa revolucionária de tais países, visto que o receio em relação à interação com os povos de origem hispânica era motivo sensato o suficiente para muitos estadunidenses absterem-se dessas relações. No entanto, movido pelo valor intrínseco da ética calvinista (de interesses econômicos e de disseminação da moral protestante), o país decidiu pela venda de armamentos para os rebeldes latinos.

Em meio à relutância da opinião pública em aceitar a decisão da venda de armas e à divergência de opiniões dentro do congresso americano em apoiar ou não a luta desses países, existia o receio de um ataque inglês na região, que poderia comprometer a hegemonia norte-americana no continente. Com John Quincy Adams atuando como secretário de Estado, o Presidente Monroe foi alertado sobre uma possível invasão dos países da Santa Aliança europeia, os quais buscavam o ressurgimento dos valores cristãos e da monarquia nas repúblicas (e reinos, no caso do Brasil e México) recém criadas. A supremacia ideológica da ética calvinista frente à católica era considerada, por muitos, uma questão importante para a disseminação do liberalismo no continente.

A procura da autonomia era superior à ideia de lucrar com as riquezas das regiões mais próximas, ainda que existissem grandes retornos vindos da venda de armas aos latinos. Um exemplo que representa a ambição externa dos EUA na época é o interesse em conseguir a posse da Flórida Espanhola, em 1815, a qual era vista por Monroe como “parte de uma terra sem atrativos que adversários poderiam usar como base para atacar os Estados Unidos” (SCHOULTS, 2000, p. 19).

3 A preocupação do desenvolvimento do continente: Doutrina Monroe

A base de submissão dos países latino-americanos aos EUA estava ligada à grande influência dos grupos de interesse (tanto nos Estados Unidos quanto nos outros países) que exerciam grande influência nas políticas públicas de seus Estados. O financiamento de armas para os rebeldes nas guerras de independência é um exemplo dessa influência, visto que as relações comerciais feitas diretamente com os países hispânicos tornaram-se mais vantajosas para os empresários estadunidenses que o comprometimento comercial com a metrópole que regira as colônias na América. Além da própria base econômica da rede lobista dos EUA, o imperialismo tinha

como meio de ação a doutrina calvinista do Destino Manifesto⁵, que favorecia uma relação de extremo preconceito e rejeição de raças e tribos que não partilhassem da ética protestante. Como apontou Octávio Ianni:

A Supremacia dos EUA sobre os países do hemisfério não se limita às relações econômicas, políticas e militares. Ela vai além, compreendendo também problemas sócio culturais [...] O racismo parece ser um elemento ideológico importante dessa diplomacia [...] justificam subjetivamente a hegemonia norte americana no hemisfério. (IANNI, 1988, p. 24)

Esse preconceito é oriundo de um pensamento acerca do comportamento das nações hispânicas sobre a *Leyenda Negra*, que é a imagem da crueldade, avareza e intolerância intrínseca aos espanhóis (ARAM, 2008, p. 28). O sentimento pode ser evidenciado na visão do ex-presidente norte-americano John Quincy Adams. “Eles são vagabundos, sujos, grosseiros e, em suma, eu posso compará-los a nada mais do que um bando de porcos”: essa era a visão de Adams, secretário de Estado do governo de Monroe, e também ex-presidente, sobre os povos de origem hispânica, quando recém tinha completado doze anos de idade. Criado num ambiente republicano e marcado pela influência saxônica, Adams viveu os contrastes europeus quando havia viajado com seu pai para países como França, Rússia, Holanda e Espanha, ainda quando criança. Influenciado pela cultura liberal do século XIX, Quincy pôde retratar as diferenças destas nações em relação às ibéricas, o que favoreceu a análise preconceituosa e a generalização de todos os países que descendiam desta região. Enquanto França e Holanda expandiam seus mercados e tinham as políticas mais liberais da Europa, Espanha e Portugal ainda viviam regimes monárquicos com características medievais.

Em contato direto com o presidente Monroe, Quincy Adams tinha uma personalidade forte ao tratar da figura dos latino-americanos. Seu convívio com a população hispânica acabou sendo o suficiente para rejeitar totalmente qualquer tipo de relação com eles. Os debates entre os partidos no Congresso aparelhavam-se entre uma visão mais progressista, representada pelos *whigs*, e outra mais tradicional, representada pelos democratas. Dentre as principais figuras desses partidos estavam Henry Clay e o próprio John Quincy Adams, respectivamente. Foi preciso muita insistência do próprio presidente Monroe para conseguir impor a ideia do consenso em atar relações com os latinos, a fim de que os EUA fornecesse uma proteção sobre esses povos de forma autônoma, ou seja, sem nenhuma influência dos países europeus.

⁵ “A maioria dos norte-americanos veem o credo como um elemento crucial na sua identidade nacional. O credo, portanto, foi produto de uma nítida cultura anglo-protestante dos ocupantes colonizadores. Elementos chave dessa cultura incluem a língua inglesa, cristianismo, comprometimento religioso, conceitos ingleses de regras e leis, incluindo a responsabilidade dos governantes e os direitos individuais, [...] a ética do trabalho, e a crença de que os seres humanos têm a habilidade e o dever de criar o paraíso na terra.” (HUNTINGTON, 2004, p. 1-2, Tradução Nossa)

As ações do presidente e do chefe de Estado pendiam para um pessimismo na tarefa de Henry Clay em demonstrar a capacidade de organização dos povos latino-americanos. Durante o século XIX, as nações recém emancipadas estavam com uma economia e sistema político fracos. Através de seu interesse automático nas questões do continente, o governo dos Estados Unidos se propôs a ajudar economicamente esses novos países, a fim de que o sistema de segurança americano vigorasse e afastasse o interesse comercial dos ingleses. Para fortalecer essa influência e, principalmente, relatar o cotidiano dos cidadãos de origem ibérica, John Quincy Adams mandou diplomatas às novas nações, a fim de descrever sua situação político-econômica e agir de forma a “encorajar o republicanismo, desencorajar a pirataria e obter liberdade de expressão religiosa para cidadãos dos EUA” (SCHOULTS, 2000, p. 24) em oposição ao incômodo da religiosidade católica dos latinos. O primeiro foi Poinsett, em 1811, que relatou a situação política na Argentina: “o espírito de litígio penetra todas as classes [...] a arte de procrastinar decisões até que o favor do juiz seja assegurado por influência e suborno” (POINSETT apud SCHOULTS, 2000, p. 20)⁶. O enviado ainda enfatizou a falta de princípios dos criollos argentinos, apontando este fato como o germe das revoluções. Outro diplomata encarregado das preocupações com os acontecimentos nas ex-colônias foi Alexander Scott, que desembarcou na Venezuela em 1812 com o intuito de suprir a necessidade de alimentos do país, que havia sido destruído por um terremoto. Sua análise englobava tanto esse contexto quanto o da rebelião contra a Espanha. O relato⁷ minimizava o povo, sendo ele composto por indivíduos:

[...] tímidos, indolentes, supersticiosos e incapazes de empreendimento ou esforço. A considerar os hábitos correntes, morais e intelectuais de todas as classes, temo que eles não tenham ainda chegado àquele ponto da dignidade humana que torna o homem adequado à fruição do governo livre e racional. (SCOTT apud SCHOULTS, 2000, p. 21)

A visão dos diplomatas enviados por Monroe, em 1818, até a Argentina divergia entre cada um deles. Caesar Augustus Rodney notou que os argentinos eram “capazes de expandir esforços e perseverança, e manifestando uma ardente devoção à causa da liberdade e da independência”. Essa era a imagem positiva, a qual via acordado o “gênio do país adormecido”. Já John Graham não tinha uma visão tão convergente à de Rodney. A sua descrição consistia na análise das diferenças de pensamentos entre os estratos sociais: acreditava que havia certa indolência por parte das classes mais pobres, porém as classes média e alta não reconheciam

⁶ Schoultz cita: Poinsett a JQ Adams, 4 de novembro de 1818, Comunicações de Agentes Especiais, NA M37/R3

⁷ Schoultz cita: Alexander Scott a James Monroe, 16 de novembro de 1812 e 1 de janeiro de 1813, Cartas Consulares de La Guaira, NA M84/R1; para a penosa experiência de Scott, ver Congresso dos EUA, Câmara, Relatório do Congresso 72, 20th Cong. 2nd Sess., 10 de fevereiro de 1829. As instituições de Scott são equivocadamente arquivadas em Monroe a Scott, 14 de maio de 1812, Comunicações sobre Agentes Especiais, NA M37/R4

nenhum tipo de subjugação, o que favorecia uma união das duas acerca da causa separatista. Outro diplomata norte-americano, Theodorick Bland, criticou veementemente o país, especialmente o sistema das instituições políticas e eclesiásticas de Buenos Aires⁸ (SCHOULTS, 2000, p. 22). De qualquer forma, os relatos positivos escritos por Rodney e Graham de nada serviram, pois o secretário de Estado norte-americano, J. Q. Adams, descartou-os e ficou somente com a análise pessimista de Bland. Adams afirmou que ela era a mais realista entre todas, uma vez que já havia relatos de comerciantes que se aproximavam desta visão.

Na década de 1820, a influência da Santa Aliança foi sentida nos Estados Unidos, causando certa mobilização interna no país. O motivo da ameaça seria uma incursão visando a reconquista das antigas colônias espanholas por parte dos aliados. Contra esta proposta, os EUA e a Grã-Bretanha reagiram com o intuito de proteger as novas repúblicas do continente. Mais tarde, os britânicos seriam rejeitados pelo governo dos ianques, no discurso anual do Congresso de 1823, proferido pelo presidente Monroe (e articulado por J. Q. Adams), restando tão somente a estes o papel de mantenedor da estabilidade dos novos países (SYRETT, 1980, p. 141). Era criada, então, a Doutrina Monroe, que pode ser uma atitude de superioridade explícita pelo fato de que os EUA não se mostrava apto para proteger todo o continente, visto que Washington havia sido ocupada por ingleses dez anos antes da Doutrina Monroe (SANTOS, 2014, p. 37).

Ao fim da regência de Monroe, Adams concentrou-se na política interna estadunidense, preocupando-se com a sua eleição. Assim que foi eleito presidente, ganhou a companhia de Henry Clay como secretário de Estado. Este, com um caráter mais progressista, contrastava com a atuação totalmente conservadora de Adams (o qual não via nenhuma esperança na América Latina), porém continuavam as ambições de aumentar a área de influência norte-americana no continente, o que dava continuidade à Doutrina Monroe.

Desolado com as constantes cartas e relatórios que chegavam à sua mesa com visões pessimistas e conservadoras sobre o continente subdesenvolvido, Clay foi perdendo o entusiasmo da luta pelo reconhecimento das novas repúblicas. Ao final da ocupação espanhola e à pausa das ameaças europeias, o secretário de Estado estadunidense não via mais sentido em preocupar-se com o continente. Sua preocupação ficou limitada a “evitar qualquer tipo de desprezo e preconceito contra os hábitos civis ou religiosos dos habitantes latino-americanos” (CLAY apud SCHOULTS, 2000, p. 30).

⁸ Schoults cita: Rodney a JQ Adams, 5 de novembro de 1818; Graham a JQ Adams, 5 de novembro de 1818; Bland a JQ Adams, 2 de novembro de 1818, ASP Vol. 4; pp. 219, 225, 282, 295.

⁹ Schoults cita: Clay a John Forbes, 1825, instruções a ministros dos EUA, NA M77/R5

4 A expansão para o México

A ampliação do território norte-americano para o México começou no início do século XIX, quando foi cedida parte da Luisiana, em 1803, que pertencia à França, depois de vários impasses entre Espanha e França durante a época napoleônica. Ainda que fosse parte dos EUA, suas fronteiras não eram bem definidas, o que gerou a miscigenação de culturas indígenas, hispânicas e caucasianas. Do lado mexicano, a instabilidade política e econômica foi descrita como um dos seus principais problemas pelo emissário Anthony Butler, que via que as revoluções estavam constantemente “agitando o país até seus limites mais remotos, desde o período de minha chegada até o presente momento – a tranquilidade nunca chegava a seis meses.” Os sucessores de Butler, como representantes políticos dos Estados Unidos no México, também exaltavam suas diferenças e exaltavam o destino dos EUA “mais feliz e [de] superioridade em tudo, mas um mais generoso, de uma profunda simpatia pela condição miserável de um país sobre o qual uma generosa Providência espalhou suas bênçãos com uma mão profusa sobre qualquer outro na face da terra”. (THOMPSON, 1846, p. 18). O começo da administração de J. Q. Adams deu-se justamente com a expulsão dos espanhóis do México e com uma nova proposta de delimitação das fronteiras. Como aponta Johannsen (1997, p. 4, tradução nossa)

O preconceito racial e etnocentrismo foram os principais fatores de motivação por trás da remoção dos nativos americanos e na guerra contra os mexicanos, mas estes não eram os únicos. Ambições para uma vantagem econômica, novos mercados e portos marítimos, um medo de fabricação e urbanização, e a necessidade de ‘acabar com a dissidência’ através da dispersão dos pobres da América em grandes áreas também motivou a expansão territorial.

Em 1827, o congresso mexicano reservou quinze mil dólares para negociar as novas demarcações. O valor foi recebido com sarcasmo pelo estadista Joel Poinsett, dado que a expedição dentro do México não se dava pela carência de fundos por parte dos EUA, mas sim pela ideia republicana de espalhar o desenvolvimento, como pode se verificar no discurso do Ministro Waddy Thompson, de 1846: “enquanto em nossas cidades e municípios você ouve o zunido ativo do trabalho incessante e o assobio estridente da máquina a vapor, lá você ouve nada além de tambor e píforo; enquanto nós fazíamos ferrovias, eles faziam revoluções” (THOMPSON, 1846, p. 19). Apesar da recusa da proposta mexicana de demarcações, o governo estadunidense ratificou um tratado para a demarcação da fronteira no rio Sabine, a oeste do estado da Luisiana, ainda sob a administração de Monroe. Ao mesmo tempo em que houve a ratificação desse tratado, o México ingressou na pauta do projeto expansionista dos Estados Unidos.

O perigo de os EUA agirem de acordo com suas pretensões e subjugar a nação mexicana eram eminentes. O ministro mexicano que estava em Washington

observou o comportamento dos ianques, como cita Schoults (2000, p. 36) a carta de Zozaya para Herrera:

Sua vaidade chega tão longe, na minha opinião, a ponto de acreditar que sua capital será aquela de todas as Américas. Eles têm um amor profundo por nosso dinheiro, não por nós, e eles não são capazes de entrar em um tratado de aliança ou comércio exceto quando convém a eles, sem nenhum pensamento de reciprocidade.¹⁰

A preocupação do ministro mexicano havia se concretizado quando, em 1829, já na administração de Andrew Jackson, o governo ianque correu atrás da anexação do Texas. O secretário de Estado da gestão de Jackson, Martin Van Buren, deu ordens a Poinsett para que negociasse a compra da terra. Caso a anexação pela aquisição não funcionasse, os meios diplomáticos e um pouco de má vontade estariam a postos para serem usados como meios de agregar o território à União.

Novamente, o olhar xenófobo foi motivo pelo qual a influência norte-americana fora expandida para o Sudoeste. Poinsett, com desrespeito, não mediu escrúpulos para demonstrar seu desprezo pelos latinos na sua ida ao México. Acusou a população mexicana de ser uma “raça ignorante e imoral” e condenou o clero como “a própria escória do povo, [...] devasso e ignorante de um modo repugnante” (POINSETT apud HOPKINS, 1972, p. 545)¹¹, criticando também a miscigenação dos criollos com os aborígenes. Preocupado com o comportamento de seu chanceler, o presidente Jackson substituiu o estadista por Anthony Butler, o qual recebeu instruções do presidente para estar com “os ouvidos atentos, a língua silenciosa e o coração firme [sic.], as três jóias da sabedoria, proteger cada avanço que fizesse no assunto do Texas” (JACKSON apud BASSET, 1935, p. 80)¹².

Apesar da tentativa de negociação de Butler com o governo mexicano, o fim da soberania do México sobre o Texas aconteceu de forma natural, visto que já havia uma migração de norte-americanos para aquela região desde 1820, quando Jefferson atribuiu ao Texas o ideal de que este seria, sem dúvidas, o futuro estado mais rico da União. Em 1836, os povos “anglo-texanos” (SCHOULTS, 2000, p. 40) que se instalaram no Texas conseguiram emancipar-se do México, formando uma república independente. Atento a esse acontecimento, o governo de Washington estaria proposto a ajudar o Texas, já que a falta de segurança poderia fazer com que os rebeldes mexicanos ou a influência inglesa no continente pudessem ameaçar a soberania dessa nova república. Em 1837, foi feito um convite formal para a entrada do Texas na União, que gerou relutância entre os antiescravistas dentro

¹⁰ Schoults cita: Zozaya a de Herrera, 7 de dezembro de 1822, e Zozaya a de Herrera, 26 de dezembro de 1822, *La diplomacia mexicana*, vol. 1, p. 89, 103.

¹¹ Hopkins cita: Poinsett para Clay, 12 de outubro de 1825, *Despachos do México*, NA M97/R2.

¹² Basset cita: Jackson a Butler, 10 de outubro de 1829, em *Correspondence of Andrew Jackson*, John Spenser Basset, ed., 7 vols. [Washington, D.C.: Carnegie Institution, 1926-1935], vol. 4, pp. 80-81.

do Congresso, que recusaram-se a “considerar a anexação sob o pretexto de que a escravidão havia se espalhado em um território anteriormente livre” (SCHOULTS, 2000, p. 40). Nesse mesmo ano, ocorreu uma depressão econômica, que teve como consequência a inadimplência dos estados da União para com o governo inglês. Dessa forma, o próprio governo da Inglaterra formulou uma estratégia para acabar com a hegemonia comercial dos norte-americanos: o fim da escravidão. Com a abolição da escravatura, aumentariam-se os valores agregados dos produtos, o que favoreceria a comercialização de produtos ingleses na região, que eram mais baratos.

A expansão norteamericana tendia cada vez mais à estagnação ao longo da primeira metade do século XIX, devido às constantes crises que os oficiais militares tinham de enfrentar – tanto com a parte civil quanto com a parte político-econômica, que respondiam às agressões militares com a atuação dos representantes da população no Congresso. À medida em que a crise foi agravando a situação dos exércitos, a burocratização acabou prevalecendo sobre as incursões militares, fazendo com que o entusiasmo fosse significativamente menor em 1846, em comparação a trinta anos antes (WATSON, 1997, p. 70).

5 O Sul escravocrata contra o Norte abolicionista

O crescimento demográfico nos EUA, na metade do século XIX, foi expressivo. Em 1840, a população estadunidense era de 17 milhões, e em 1860 o número sobe para 31,5 milhões. O crescimento populacional acompanhava o crescimento econômico: os estados do Norte industrializavam-se, atraindo imigrantes para suas grandes cidades; a expansão para o Oeste era incentivada pelo governo, e o Sul despontava como grande produtor mundial de algodão.

A economia liberal clássica da época favorecia o crescimento industrial, que chegava a representar 39% da produção total do país, em 1860, com crescimento de 7,8% ao ano (AMEUR, 2010, p. 13). O Norte dos EUA melhorava a sua infraestrutura e qualidade de vida, atraindo alemães e ingleses para o trabalho nas fábricas, que apresentavam condições mais estáveis do que na Europa – e por não haver mais a concorrência da mão de obra escrava. A vivência da liberdade e da igualdade de direitos, o respeito à Constituição Americana e a possibilidade de ascensão social e de enriquecimento tornavam o Norte o carro-chefe da economia estadunidense, chegando a produzir 90% dos manufaturados do país em 1860. Mary A. Junqueira reafirma o pensamento capitalista da região:

[Nortistas] desenvolveram uma concepção burguesa do mundo. Nessa visão, o lucro era importantíssimo. A perspectiva de lucro na qual os empreendimentos comerciais e industriais eram predominantes incentivava os indivíduos a investir em propriedades privadas e a multiplicar seu patrimônio. (2001, p. 69)

E ressalta o rechaço nortista aos valores da sociedade formada no Sul expressando que “[...] nortistas rejeitavam a perspectiva aristocrática e hierarquizada dos sulistas para os quais outros valores eram mais importantes no desenvolvimento das atividades econômicas e na opção pelo estilo de vida”. (2001, p. 69).

O Norte também ganhava força política com seu crescimento, principalmente dentro do partido republicano, liberal em sua essência e representado por grandes empresários, banqueiros e financistas. Como aponta Paxson (1911, p. 23), o Norte crescia mais que o Sul em população e riqueza, porém a representação sulista ainda batia de frente no Congresso, sobretudo na questão da abolição da escravidão.

Ao Sul da linha Mason-Dixon, a economia era outra. O sistema agrário de plantation, escravocrata e baseado na monocultura do algodão, centralizava o poder político e econômico nas mãos dos grandes proprietários de terras e de escravos – o número de proprietários de escravos, em 1850, chegava a 325 mil (BURGESS, 1901, p. 28). A economia escravocrata disparou e foi sustentada pela Revolução Industrial, uma vez que a indústria têxtil europeia dependia da enorme produção algodoeira norte-americana – em 1860, 75% da produção mundial da matéria-prima era fornecida pelos EUA. O número de negros representava 14% da população total do país – 4,5 milhões, sendo apenas 500 mil livres, espalhados pelo Oeste e Norte. O Sul do país remetia aos valores da aristocracia europeia: a impossibilidade de ascensão social afastava os imigrantes, a liberdade civil era concedida apenas aos brancos e a infraestrutura e o equilíbrio social destoavam dos estados do Norte e do iminente desenvolvimento do Oeste.

Consequentemente, o Sul, em minoria, mesmo que ainda elegeisse presidentes, perdia força no Congresso frente aos interesses do resto da União, o que instaurava um mal-estar político na Federação. O sentimento bairrista aparecia em ambas as partes, porém os sulistas, por terem suas famílias e tradições instaladas e perpetuadas por décadas, possuíam ligações mais fortes com sua terra e seus costumes. Farid Aneur destaca a divisão dos EUA e as ideias provenientes do Sul:

Convencidos da superioridade de sua civilização, eles [sulistas] criticam o “culto ao dólar” e o capitalismo mercantil do Norte. Os mais extremistas sustentam que são os nobres herdeiros dos “cavaleiros”, os últimos partidários dos Stuart, ao passo que os ianques [nortistas] são os descendentes dos “cabeças redondas”, aqueles cromwellianos que têm como ancestrais as populações primitivas da Inglaterra. De fato, o Sul nutre cada vez mais o sentimento de formar um outro povo dentro da nação. (2000, p. 19)

Nesse contexto, a política interna estadunidense tomava novos rumos. O partido Democrata, fundado em 1836 para defender a elite conservadora estadunidense, nasceu e teve grande representação nos estados escravocratas do Sul. Andrew Jackson e Martin van Buren, seus fundadores, foram eleitos presidentes nas duas eleições posteriores ao nascimento do partido. Até a eclosão da guerra, outros

três democratas tornar-se-iam presidentes. James Buchanan, da Pensilvânia, eleito em 1856, viveu em seu mandato as fortes tensões entre o Norte e o Sul. Mesmo sendo do Norte, representava a elite fazendeira do Sul, e os acontecimentos no país radicalizavam as tensões. Buchanan teve como herança o Ato Kansas-Nebraska, aprovado no Senado em 1852, delegando aos moradores dos próprios estados de Kansas e Nebraska a tarefa de decidirem sobre a legalidade da escravidão, o que reforçava o federalismo da nação e o direito de soberania dos estados.

Em oposição aos democratas, em 1854, nasceu o Partido Republicano, com fundadores provenientes do Partido *Whig*. Os republicanos tinham o liberalismo como ideal político, assim, na época, defendiam o desenvolvimento que se mostrava presente no Norte industrializado. A corrente republicana sempre teve como base os valores liberais clássicos, como a liberdade do indivíduo e o direito à propriedade privada, logo, eram contra o sistema escravocrata. No campo do Direito, a Constituição concedia direitos iguais a todos estadunidenses, apesar de os republicanos mais moderados admitirem a desigualdade racial (defendendo, no entanto, a igualdade jurídica). Com relação à economia, a escravidão gerava pouca demanda em uma sociedade de livre-comércio como a do Norte na época – justificando o empenho do partido em abolir a mão de obra escrava.

Era nesse cenário político que os dois partidos se tornariam os maiores do país, centralizando a disputa pelo poder entre eles até a atualidade. Como estratégia política, os democratas apelavam para propagandas de cunho racista, com cartazes ou frases, como “[...], ‘Se você quer votar lado a lado a um negro fanfarrão’ [...] um partido que diz ‘um negro é melhor que um irlandês’ [...] para dividir o seu patrimônio com um negro, vote no candidato Republicano” (McPHERSON, 1988, p. 185).

6 O racismo, as disputas políticas e a Secessão

O Partido Republicano nasceu para impor a liberdade civil e econômica, a igualdade de direitos e o desenvolvimento da nação. Depois do Ato Kansas-Nebraska, a discussão em cima do abolicionismo ganhou mais força nos Estados Unidos – ainda que não fosse nova na agenda, uma vez que o primeiro projeto para a abolição havia sido feito em 1787. Em 1852, a escritora Harriet Beecher Stowe publicou “Uncle Tom’s Cabin”, e o livro alcançou a marca de 300 mil exemplares vendidos já no primeiro ano de seu lançamento. A obra contava a sofrida vida do escravo Tom, “retratado como um verdadeiro mártir” (JUNQUEIRA, 2001, p.78), e foi proibida no Sul dos EUA – porém fez grande sucesso na Europa. Outro grande expoente do abolicionismo foi John Brown, republicano de Connecticut. Brown organizava marchas pacíficas e violentas pró-abolição no Kansas, tornando-se conhecido por todo o país, mas temido e perseguido no Sul. Em 16 de outubro de 1859, Brown reuniu um grupo para invadir o Harper’s Ferry, na Virgínia, roubar

todo seu arsenal e fomentar uma revolta escrava. Após dois dias de guerra, Brown rende-se e é condenado à forca. Uma organização social também foi criada na luta pela liberdade: a Sociedade Americana Antiescravagista, fundada por William Lloyd Garrison, editor do radical jornal *"The Liberator"*. Garrison discursava sobre a morte de John Brown e afirmava que jamais se juntaria "aos donos de escravos com suas mãos escorrendo sangue". O jornalista coloca a escravidão como "terrivelmente desumana e perversa" (GARRISON, 1859, p. 1)¹³.

A discussão abolicionista se ampliava nos EUA: os sulistas defendiam os direitos de seus estados em definir as próprias leis, enquanto os nortistas preocupavam-se com o rumo que a expansão ao Oeste poderia tomar. A descoberta de novas terras, a urbanização dos territórios anexados e a política imperialista contra o México ainda estavam em andamento, enquanto a morte de John Brown causava comoção no Norte e a discussão abolicionista atravessava o oceano. Victor Hugo, em carta ao jornal *London News*, explanava a situação contraditória da moral estadunidense: "há algo mais assustador do que Caim matando Abel, é Washington matando Espártaco, ou seja, o assassinato da Libertação pela Liberdade"¹⁴ (AASS, 1860, p. 3). A escravidão era infundamentada, não havia argumentos econômicos para sua manutenção, apenas o medo político de os grandes proprietários de terra perderem seu *status quo*, sua riqueza, e verem uma grande rebelião dos negros, seres inferiores, que eram acorrentados e açoitados. Para se ter noção do caos político enfrentado na época, nem mesmo no partido Democrata a escravidão era um ideal unânime – o desacordo entre seus membros acarretou numa cisão do partido.

Em 1860, os republicanos vencem sua primeira eleição presidencial com Abraham Lincoln (a cisão dos democratas facilitou sua vitória no Norte e no Oeste, porém o partido perdeu em onze estados do Sul e três do Alto-Sul), que, por ser um republicano moderado, não tinha em sua agenda o estabelecimento da igualdade política e social. A abolição deveria acontecer, porém os negros ainda não teriam os mesmos direitos civis dos brancos. A postura de Lincoln era direcionada a apaziguar as tensões na União (essa era sua principal meta), não obstante, sua eleição foi rejeitada imediatamente no Sul. Em 13 de novembro de 1860, uma semana depois da eleição, a Carolina do Sul reuniu-se para decidir sua separação da União, e, em 20 de dezembro, optou pela secessão e dissolução dos Estados Unidos da América. Nos meses seguintes, estados escravocratas como Louisiana, Geórgia, Texas, Mississipi, Flórida e Alabama seguem o mesmo caminho. Em 4 de fevereiro de 1861, os Estados Confederados da América são formados e Jefferson Davis é eleito presidente, com uma constituição própria e a contraditória liberdade

¹³ "The Death of John Brown", Frank L. Garrison, 1859; disponível em: <<http://www.nationalcenter.org/DeathofJohnBrown.html>> Acesso em: 26/07/2013 (Tradução do autor)

¹⁴ "Letters on American Slavery from Victor Hugo, De Tocqueville, Emile De Girardin, Carnot, Passy, Mazzini, Humboldt, O. Lafayette—&c.", American Anti-Slavery Society, 1860; disponível em <<http://antislavery.eserver.org/tracts/lettersonamericanslavery/lettersonamericanslavery.html>> Acesso em: 26/07/2013 (Tradução do autor)

de aprisionar os negros garantida. Lincoln jamais reconheceu a secessão dos estados, apoiando seu argumento na Constituição. A Guerra Civil começou em abril de 1861, quando Lincoln enviou tropas ao Forte Sumter, na Carolina do Sul, para proteger a propriedade da União. Depois disso Virgínia, Carolina do Norte, Tennessee e Arkansas também vieram a separar-se. Foram esses os 11 estados a tornarem-se independentes da União, motivados essencialmente pela manutenção da escravidão devido ao modo de produção vigente. Os Estados Confederados da América, como se autodenominaram, tinham uma população de nove milhões de habitantes, sendo 3,5 milhões destes escravos.

Em um ano de guerra, o prejuízo começava a ser maior para a União: mesmo tendo um exército maior e mais forte, o instinto sulino de guerrear e de defender a sua tradição se sobressaía. Lincoln, percebendo que a guerra estava trazendo prejuízos, temia por mais revoltas, principalmente por parte dos estados escravocratas ainda ligados à União. Declarou então que seu objetivo não era libertar os escravos, e sim fazer valer a integridade da União, fosse ela com a abolição ou não (LINCOLN, 1862). Assim, Lincoln sempre fora diplomático em seus discursos, posição que gerava contrariedade dentro do Partido Republicano: os grupos mais radicais lutavam pela abolição e pela igualdade jurídica, outros apenas pela abolição, e os mais moderados eram adeptos do discurso do presidente. Os escravos, em meio ao jogo político, fugiam de seus donos e procuravam refúgio na União, porém, em inconformidade com a lei, não eram devolvidos ao Sul, e sim usados como “contrabando de guerra” (AMEUR, 2010, p. 83).

Em abril de 1862, o distrito de Colúmbia aprova uma lei proibindo a escravidão. Em julho, o Congresso aprova uma lei libertando os escravos fugitivos pertencentes aos estados separados. Em setembro de 1862, Lincoln tem uma decisão mais radical: a *Emancipation Proclamation*¹⁵ (LINCOLN, 1950) deveria vigorar a partir de 1º de janeiro de 1863. A proclamação, em seu primeiro parágrafo, dava liberdade a todos os escravos dos estados rebeldes, alforriava os escravos dos estados da União, instituía indenização a seus donos e concedia autorização aos negros para alistarem-se ao serviço militar, porém permanecendo estes subordinados a oficiais brancos e recebendo soldo inferior ao dos brancos. A liberdade veio para o Norte, porém o preconceito e a opressão continuavam. Os Estados Confederados, evidentemente, não respeitaram a lei por não se sentirem parte daquela federação, porém era claro que, se derrotados na guerra civil, seria inevitável a libertação de seus 3,5 milhões de escravos. A lei também tirava a legitimidade dos confederados no cenário internacional como um Estado independente, pois, como citado anteriormente, a Inglaterra fazia lobby para a expansão do liberalismo econômico, prática ideológica que em grande medida ia contra os princípios escravocratas

¹⁵ “Letter to Horace Greeley”, Abraham Lincoln, 1862; disponível em <<http://www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/greeley.htm>>. Acesso em: 26/07/2013 (Tradução do autor).

defendidos no Sul e era incipiente na consolidação do capital com a instalação das indústrias do Norte.

A guerra estendeu-se até abril de 1865, e teve um saldo final de 620 mil mortes, sendo 60 mil sulinos. Com o número de feridos e mutilados, as baixas nos Estados Confederados chegavam a representar 20% da sua população. A diferença de poder entre Norte e Sul era abismal: os recursos de guerra – e destacados fatores como a coragem e a valentia – dos confederados diminuía a cada batalha, a União aplicara um bloqueio naval ao Sul e a monocultura da região esgotava-se drasticamente. Em 31 de janeiro de 1865, a 13ª Emenda Constitucional, que proibia a escravidão em todos os Estados Unidos da América, foi aprovada no Congresso, sendo ratificada em dezembro. Os negros estavam libertados, todavia sem os mesmos direitos dos brancos, e o sufrágio universal viria somente em 1869, com a 15ª Emenda Constitucional.

7 Política externa do século XX com a América Latina

Durante o século XX, os países da América Latina estiveram subjugados aos EUA por alianças de cunho pragmático e ideológico, através da chamada Política da Boa Vizinhança (1933-1945). Ela visava à ampliação do populismo nacionalista durante a Segunda Guerra Mundial de forma a proteger as nações Aliadas contra as nações do Eixo, o que foi fundamental para o aperfeiçoamento das relações interamericanas. Os EUA, nesse caso, exerceriam papel de “Super-Homem”, a fim de impor uma relação de subjugação e de dependência unilateral a esses países periféricos e fazê-los seguir um padrão de comportamento para se manter no sistema internacional.

Foi durante a Segunda Guerra Mundial que os governantes dos países latino-americanos adotaram a doutrina de segurança hemisférica, sob a tutela dos EUA. Em geral, tudo isso era feito em nome da luta contra a penetração de interesses estrangeiros às tradições de solidariedade das repúblicas americanas em defesa dos interesses norte-americanos no hemisfério. (IANNI, 1988, p. 80)

A política imperialista dos EUA, no século XX, é vista como um fenômeno novo para alguns autores, pois, durante o século XIX, os Estados Unidos, apesar de exercerem grande influência no continente, consideravam-se anti-imperialistas e usavam sua influência para barrar a colonização da América pelos ingleses. Foi a partir do apoio estadunidense a Cuba na guerra hispano-americana que houve um maior engajamento com as questões continentais.

Com a constante pressão de países europeus sobre o continente, os Estados Unidos anexavam territórios que antes eram ocupações espanholas na Ásia (Filipinas) e na América (Porto Rico), enquanto que a Cuba foi concedida uma independência

formal. Através dessas guerras contra a Espanha, os EUA saíram de seu isolacionismo e passaram a atuar fortemente no continente pela Política do Corolário Roosevelt do presidente Theodore Roosevelt: “*Speak softly and carry a big stick*”¹⁶. Essa política tornava necessário o desenvolvimento dos atributos para o combate contra as ameaças à segurança regional do norte do continente americano, caracterizada pela iminente intervenção europeia na República Dominicana, em 1904. Em resposta à possível intervenção, os EUA começam a administrar os direitos aduaneiros do país e se retiram de lá somente em 1930 (SYRRET, 1980, p. 252).

A expansão colonial seguiu em frentes na América do Sul, América Central e Ásia, uma vez que todas as regiões estariam no programa do *Big Stick*. Assim como os norte-americanos fizeram com as guerras civis em Porto Rico e em Cuba, eles apareciam como aliados nos países em conflito para, depois, realizar ocupações nos territórios recém emancipados. Assim foi o caso do Panamá que, em 1902, durante a ocupação estadunidense, recebeu ajuda do governo norte-americano para livrar o país do domínio da Colômbia, tornando-se protetorado dos EUA logo após a guerra.

Na América do Sul, o domínio não foi diferente de nenhum outro lugar. No poder durante a década de 30, o primo de quinto grau de Theodore Roosevelt, Franklin Roosevelt, continuou a política do *Big Stick*. Ligada a ela estava a própria disseminação do dólar, que aumentava ainda mais a área de influência econômica norte-americana sobre os países latinos (conforme a quantidade da moeda em circulação neles).

Ainda com a pretensão de evitar a influência externa no continente, o presidente dos EUA adotou uma doutrina de segurança hemisférica através do nacional-populismo nos países da América do Sul, de forma a aumentar a repulsa por países de fora do continente americano.

Para isso, nada mais óbvio do que “atender aos legítimos desejos de modernizar as forças de segurança”. [...] Sempre segundo as conveniências e exigências da hegemonia dos Estados Unidos. [...] Prosseguiam os programas de militarização de poder político na América Latina, sob o pretexto de atendimento dos legítimos desejos de modernização das forças de segurança. (IANNI, 1988, p. 64)

Diante dessa dependência originada pela profunda influência política e econômica dos Estados Unidos na região, os Estados subjugados estariam a mercê de decisões feitas pelas elites, visto que essas seriam as detentoras do poder político nas regiões. Porém, apesar de toda a veemência no seu discurso, a própria classe dominante se subdividia em grupos de interesses difusos. Além disso, os líderes políticos das regiões sob influência estadunidense deveriam temer qualquer rebelião

¹⁶ “Fale com suavidade e tenha na mão um grande porrete”.

ocasionada pelas classes mais baixas, bem como os Estados Unidos deveriam suspeitar das mobilizações e alianças feitas por países da periferia.

A atitude dos EUA com a América Latina normalmente tem sido baseada na crença de que, sem a interferência de fatores mundiais, a supremacia norte-americana é virtualmente absoluta, pois que as forças latino-americanas sozinhas são tão fracas que podem ser negligenciadas. Entretanto, uma análise mais cuidadosa das relações hemisféricas e das experiências amargas sugere o contrário. O poderio dos EUA é limitado, e qualquer intento de ultrapassar esse limite leva à derrota ou ao fracasso. Para ser mais preciso, enquanto a economia dos EUA é esmagadora e decisiva, o seu poderio político (e militar) não o é. Além disso, mesmo a imensa força do capital norte-americano está, em certo grau, à mercê de forças políticas que Washington não pode controlar (HOBSBAWN apud IANNI, 1988, p. 71).

8 O racismo e a desigualdade civil e jurídica no século XX

A abolição da escravidão, com a 13ª Emenda Constitucional, formou grupos rebeldes pelos EUA, sendo o de maior atuação a Ku Klux Klan, que existe até hoje. A KKK prega a “supremacia branca”, o protestantismo em detrimento de outras religiões, o anticomunismo e a perseguição de negros, índios e latinos. O movimento foi muito forte na década de 1920 e chegou a quatro milhões de membros – sobretudo no sul dos Estados Unidos –, contando inclusive com apoio político.

O racismo era presente nas leis, na desigualdade de direitos jurídicos, sociais e econômicos. Os negros alforriados instalavam-se em guetos, ocupavam os menores cargos nas empresas e sofriam grande repressão política. Mesmo com a constituição garantindo direitos iguais, por serem parte de uma federação, os estados tinham autonomia para elaborar suas próprias leis. Surgiram então lideranças – como foi John Brown, no século XIX – lutando contra o racismo; William Edward Burghardt, Malcom X, Rosa Parks e Martin Luther King Jr. são grandes expoentes do Movimento dos Direitos Cívicos aos Afroamericanos. Luther King discursava e organizava marchas com milhares de negros, e sua luta garantiu-lhe o Nobel da Paz em 1964. Tornou-se também um mártir, após ser assassinado no Tennessee em 1968.

9 Conclusão

A política estadunidense por boa parte de sua história mostrou-se ligada ao preconceito étnico e racial. Neste artigo buscamos responder pela análise de dois fatos importantes para a formação do Estado estadunidense: Guerra do México e Guerra de Secessão. O primeiro reflete como a política externa em relação à América Latina parte do sentimento de os Estados Unidos serem uma nação escolhida e superior aos outros. A aversão aos latinos perdura hoje de uma maneira não apenas

expansionista, porém também dentro do seu próprio território, principalmente em casos de estudos migratórios que podem ser aprofundados em outras pesquisas.

O racismo também é presente, se não nas leis, nas desigualdades sociais. Ainda é muito marcante a presença do grupo *White Anglo-Saxon Protestant (WASP)* – hoje, contraditoriamente à história, ligado ao Partido Republicano –, que possui bastante força política no país, elegendo até mesmo presidentes, como foi o caso de George W. Bush. O Partido Republicano dos séculos 20 e 21 tem demonstrado como bandeira política o resgate das tradições que outrora foi posição do partido rival. Nos discursos os partidos têm se diferenciado explicitamente em relação às políticas sociais de inclusão e política externa intervencionista ou pacífica. Entretanto, para uma compreensão destas construções políticas, defendemos que este artigo pode servir como base de uma análise histórica, que entre tantas variáveis, destacam-se o preconceito étnico e racial.

The US prejudice in its domestic and foreign policy towards latin america during the civil war and its expansion in the twentieth century

ABSTRACT: The United States of America emerged in the nineteenth century as a major regional and global power. Its development was due to the liberal economic system and the expansion of its borders. The Monroe Doctrine and the thought of becoming the civilizing nation of America – as its Manifest Destiny – made US an empire before its neighbors. Their prejudice and disdain were not only towards Latinos, but also mirrored in their internal relations. This article seeks to analyze the US imperialist policies from the perspective of their prejudice towards Hispanic people, and how it influenced their internal policy during the American Civil War, as well as its consequences on the twentieth century.

KEYWORDS: USA, Monroe Doctrine, Latin America, Prejudice, Secession, Imperialism.

Referências

AMERICAN ANTI-SLAVERY SOCIETY. *Letters on American Slavery from Victor Hugo, De Tocqueville, Emile De Girardin, Carnot, Passy, Mazzini, Humboldt, O. Layfayette*. American Anti-Slavery Society, 1860. Disponível em: <<http://antislavery.eserver.org/tracts/lettersonamericanslavery/lettersonamericanslavery.html>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

AMEUR, Farid. *Guerra da Secessão*. Porto Alegre: LP&M, 2010.

ARAM, Bethany. *Leyenda negra y leyendas doradas en la conquista de América: Pedrarias y Balboa*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2008.

BASSET, John Spencer. *Correspondences of Andrew Jackson 1767-1845*. Washington DC: Carnegie Institution of Washington, 1935.

BURGESS, John W. *The Civil War and the Constitution*. New York: Charles Scribner's Sons, 1901.

DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. (Org.). *Relações Internacionais: dois Séculos de História*. v. 1, 2. ed. Brasília: IBRI, 2001, p. 105-172.

GARRISON, Frank L. *The Death of John Brown*. 1859. Disponível em: <<http://www.nationalcenter.org/DeathofJohnBrown.html>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos*. Rev. bras. Ci. Soc. São Paulo, v. 14, n. 39, Fev. 1999.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOPKINS, James; HARGREAVES, Mary (org.). *The Papers of Henry Clay: Secretary of State*. v. 6. Kentucky: The University Press of Kentucky, 1982.

HUNTINGTON, Samuel P. The Hispanic Challenge. In: *Foreign Policy*. Washington DC: FP Group. Mar.-Apr. 2004.

IANNI, Octávio. *Imperialismo na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

JOHANNSEN, Robert W. Introduction. In: MORRIS, Christopher Charles; HAYNES, Sam Walter (Ed.). *Manifest Destiny and Empire: American Antebellum Expansionism*. University of Texas at Arlington, 1997.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos, a consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.

KLANWATCH PROJECT. *Ku Klux Klan: a history of racism and violence*. 6. ed. Montgomery, Alabama: The Southern Poverty Law Center, 2001.

LINCOLN, Abraham. *The Emancipation Proclamation*. 1863. Disponível em: <<http://www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/emancipate.htm>> Acesso em: 27 jul. 2013.

MATEO, Luiza Rodrigues. *Deus abençoe a América: religião, política e relações internacionais dos Estados Unidos*. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado). UNESP/ UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas. 2011.

McPHERSON, James. *Battle Cry of Freedom*. New York: Oxford University Press, 1988.

Letter to Horace Greeley. 1862. Disponível em: <<http://www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/greeley.htm>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

PAXSON, Frederick L. *The Civil War*. New York: Henry Holt and Company, 1911.

PEGRAM, Thomas R. *One Hundred Percent American: the rebirth and decline of the Ku Klux Klan in the 1920s*. Chicago: Ivan R. Dee, 2011.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *A América do sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2014.

SCHOULTS, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: EDUSC, 2000.

SYRETT, Harold Coffin. *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

THOMPSON, Waddy. *Recollections of Mexico*. New York: Wiley and Putnam, 1846.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América: leis e costumes*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

UNITED STATES OF AMERICA. *Constitution of United States of America*. Washington: Government Print Office, 2007.

WATSON, Samuel J. The Uncertain Road to Manifest Destiny - Army Officers and the Course of American territorial expansionism, 1815-1846. In: MORRIS, Christopher Charles; HAYNES, Sam Walter (Ed.). *Manifest Destiny and Empire: American Antebellum Expansionism*. Arlington, Texas: University of Texas at Arlington, 1997.

ZOZAYA, Jose Manuel. Zozaya a de Herrera, 7 de dezembro de 1822, e Zozaya a de Herrera, 26 de dezembro de 1822. In: *SECRETARIA DE RELACIONES EXTERIORES DEL MEXICO*. La diplomacia mexicana, v. 1. Ciudad de México, 1910.

O Zimbábue no século XXI: a utilização do aparelho estatal como ferramenta de manutenção do poder

*Felipe Rocha de Carvalho**

RESUMO: O presente artigo propõe analisar as principais características do governo zimbabuano no século XXI e como o aparelho estatal tem sido utilizado para a manutenção do poder. Em conjunto com seu partido, o presidente Robert Mugabe tem se portado de mecanismos próprios do Estado para prolongar o regime vigente desde 1980. O enfoque deste artigo está no período entre 2008, quando foi assinado o *Power Sharing Agreement*, e 2014, quando houve a demissão de alguns funcionários de alto escalão do governo. Após a análise baseada em fatos históricos e notícias mais recentes sobre a conjuntura do país, conclui-se que a sobrevivência do regime está relacionada, principalmente, à próxima relação entre o presidente e o partido e ao imaginário social da luta pela independência.

PALAVRAS-CHAVE: Zimbábue, Regime, Robert Mugabe, Aparelho estatal.

1 Introdução

Em 1965, o então primeiro-ministro da Rodésia – como era chamado o Zimbábue no período colonial –, Ian Douglas Smith, declarou unilateralmente a independência do país, instituindo um regime de dominação da minoria branca

* Graduando do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa. E-mail: feliperochacarvalho@gmail.com

sobre a vasta maioria negra da população¹ (WATTS, 2012). Foi apenas nas eleições de 1980² que foi instituído um Estado democrático de caráter multirracial. De acordo com Nhema (2002), as eleições de 1980 representaram o surgimento de uma estrutura democrática constitucional no Zimbábue. Neste contexto, o Estado recém-independente se tornou um símbolo de resistência contra o domínio europeu e contra os regimes racistas da África Austral, passando a ser centrado na figura de um dos principais líderes do movimento de libertação, Robert Mugabe, bem como em seu partido, a União Nacional Africana do Zimbábue - Frente Patriótica (ZANU-PF)³. Dentre os principais valores defendidos pelo governo, estavam o nacionalismo, o anticolonialismo, o não alinhamento e, principalmente, a defesa da soberania e igualdade entre nações (MINILLO, 2013).

Em se tratando do período da Guerra Fria (1945-1989) e de um cenário de rígida bipolaridade, os primeiros anos após a independência do Zimbábue foram de considerável prestígio e reconhecimento por parte dos demais países, tendo em vista uma maior valorização do conceito de soberania estatal do que das características dos regimes que os governantes implementavam internamente. Neste sentido, diversos países do bloco capitalista estabeleceram alianças com regimes não democráticos que se propuseram a conter a propagação dos ideais socialistas, da mesma forma que países socialistas buscavam aliados independentemente de seu viés socioeconômico.

Todavia o fim da Guerra Fria representou uma mudança expressiva na visão da comunidade internacional em relação ao Zimbábue, em especial por parte dos países ocidentais. Conforme afirma Minillo (2013), valores como democracia e direitos humanos passaram a ser mais amplamente defendidos por países como Estados Unidos e Reino Unido, além de organizações internacionais, reduzindo as possibilidades da manutenção de regimes não alinhados ou sem interferência externa. Somado a isto está o fim do regime do *Apartheid* na África do Sul, em 1994, que alterou a configuração de poder no âmbito regional e colocou o país vizinho, sob a figura de Nelson Mandela, em uma posição de maior destaque.

Outro ponto a ser mencionado é que, ao longo de seus quase 35 anos de governo, Robert Mugabe tem utilizado o sistema eleitoral nacional para auxiliar o prolongamento de seus mandatos. Nas eleições de 2002, por exemplo, foram criados os chamados “centros de reeducação” ao redor do país, os quais eram destinados a cidadãos que apoiavam o partido de oposição, o Movimento para Mudança

¹ A declaração feita por Ian Smith em 11 de novembro de 1965 foi baseada na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Dentre outros pontos, o primeiro-ministro argumentou que a Rodésia desfrutava de um governo autônomo desde 1923, além de contar com o apoio da população para a independência frente ao Reino Unido (WATTS, 2012).

² As eleições realizadas em fevereiro de 1980 foram possibilitadas pelo Acordo de Lancaster House, de dezembro de 1979, o qual previa a supervisão das eleições por parte do Reino Unido e estabelecia que os partidos rivais utilizassem apenas de meios políticos para chegar ao poder (Lancaster House Agreement, 1979).

³ Em inglês, *Zimbabwe African National Union – Patriotic Front*.

Democrática. Houve diversas alegações de desaparecimentos de indivíduos que eram levados a tais centros (HAFNER-BURTON; HYDE; JABLONSKI, 2010).

Tendo sido expostas suas fragilidades internas, o governo do Zimbábue precisou recorrer a diferentes medidas que, ao mesmo tempo, garantissem a legitimidade do regime vigente e fornecessem alternativas às sanções impostas pelo Ocidente. Desse modo, o presente artigo propõe discutir de que forma o Presidente Robert Mugabe utilizou o aparelho estatal zimbabuano como uma ferramenta de manutenção do poder e prolongamento do regime. Será dado enfoque ao período entre setembro de 2008, quando foi assinado o *Power Sharing Agreement* [Acordo de Partilha de Poder, tradução minha] entre os dois principais partidos do país, e dezembro de 2014, quando foi anunciada a demissão da então Vice-Presidente Joice Mujuru, assim como de mais sete ministros do governo.

2 As eleições de 2008 e o *Power Sharing Agreement*

Em setembro de 2008, foi firmado um acordo de partilha de poder entre o ZANU-PF, partido de Mugabe, e o Movimento para Mudança Democrática (MDC)⁴, principal partido de oposição, o qual era liderado por Morgan Tsvangirai. Conhecido como *Power Sharing Agreement*, o acordo visava ao início de esforços conjuntos para o estabelecimento de um governo menos centralizado.

O MDC foi estabelecido em 1999 em uma tentativa de opor tanto o presidente Robert Mugabe quanto o ZANU-PF, os quais lideravam o país desde sua independência (MOYO, 2013). De modo geral, o novo partido era composto por uma união de diversos grupos da sociedade civil. Nas eleições legislativas do ano de 2000, o MDC obteve 57 assentos no parlamento, contra 62 parlamentares eleitos do ZANU-PF (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2000). Embora não tenha conseguido a maioria dos assentos, tal resultado representou um aumento expressivo da presença da oposição no Congresso. Nas eleições presidenciais de 2002, apesar de acusações contra o ZANU-PF de manipulação dos resultados⁵, o candidato da oposição, Morgan Tsvangirai, obteve 42% dos votos, segundo dados do EISA⁶ [Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável na África, tradução minha] (2002).

De parte do ZANU-PF, o MDC era tido como um próximo aliado dos países ocidentais, em especial do Reino Unido. Como afirma Minillo (2013), quando seu governo era criticado, Mugabe afirmava que tudo se tratava de uma conspiração do Ocidente contra ele, sendo o MDC responsável pela propagação de tais ideias dentro do Zimbábue. O presidente também declarou que as grandes potências

⁴ Em inglês, *Movement for Democratic Change*.

⁵ Dorman (2004) afirma que, durante as eleições presidenciais de 2002, houve diversas denúncias quanto à organização dos locais de votação, bem como ao processo de registro dos eleitores. Tais pontos também foram destacados por observadores internacionais.

⁶ Em inglês, *Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa*.

estariam satisfeitas com o declínio econômico de seu país, pois, desta forma, seria mais fácil promover uma mudança de regime e estabelecer permanentemente um partido aliado no poder. Além disto, o MDC também contava com um grande apoio por parte dos fazendeiros brancos do país, os quais eram constantes alvos das políticas de reforma agrária racial⁷ implementadas por Mugabe.

Para que o pacto de 2008 seja compreendido, é necessário que seja descrito o contexto em questão. No ano anterior, uma repressão policial ao grupo *Save Zimbabwe Campaign* [Campanha Salve o Zimbábue, tradução minha], formado por um conjunto de igrejas e outros grupos civis, culminou em uma grande mobilização internacional acerca da conjuntura interna do Zimbábue. Durante o ocorrido, diversos líderes da oposição que estavam presentes, incluindo Tsvangirai, foram agredidos e hospitalizados (MASUNUNGURE, 2009). As manifestações internacionais não partiram somente da União Europeia e dos Estados Unidos, mas também por parte da Comissão Africana de Direitos Humanos.

Em razão de tais acontecimentos, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)⁸ convocou uma reunião extraordinária em março de 2007, na qual o presidente sul-africano Thabo Mbeki desempenhou o papel de facilitar o diálogo entre a liderança do ZANU-PF e os membros do MDC. Inicialmente, houve maior relutância do partido do governo, porém algumas reformas foram acordadas em dezembro de 2007. Dentre elas, podem ser destacadas a permissão para a realização de protestos políticos sem ameaça policial e a garantia de equilíbrio de cobertura na mídia nas campanhas eleitorais (MUZONDIDYA, 2009).

Entretanto, antes mesmo de ser concluído o processo de negociação, o Presidente Robert Mugabe declarou unilateralmente a realização de novas eleições presidenciais para março de 2008. Embora o candidato do MDC, Morgan Tsvangirai, tenha obtido a maior parte dos votos no primeiro turno – 47,9% contra 43,2 de Mugabe –, uma violenta reação por parte do ZANU-PF contra os membros do partido opositor e cidadãos simpatizantes culminou na saída de Tsvangirai da disputa presidencial, o que resultou na vitória de Mugabe em junho do mesmo ano (PLOCH, 2008).

Historicamente, o modo com que os Estados africanos lidam com as crises de seus países vizinhos se difere substancialmente da visão ocidental. Ao invés de pressionar o ZANU-PF em relação ao estabelecimento de um acordo com o MDC, a África do Sul desempenhou apenas o papel de mediador no processo. Deste modo, não foi imposta nenhuma sanção econômica por parte do governo sul-africano ao Zimbábue. Este aspecto também pode ser exemplificado na ocasião da expulsão do

⁷ A chamada “reforma agrária racial” foi uma das iniciativas mais controversas do presidente Robert Mugabe. Apesar do objetivo inicial de redistribuição das terras para a maioria da população negra, o programa de reforma gerou um movimento de expulsão violenta de fazendeiros brancos de suas terras, principalmente por parte da Associação de Veteranos de Guerra, o que culminou em uma série de denúncias de violação aos direitos humanos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2002).

⁸ Em inglês, *Southern African Development Community*.

Zimbábue da *Commonwealth* em 2002, quando África do Sul e Nigéria criticaram veementemente as justificativas utilizadas pelos países ocidentais (MINILLO, 2013).

Todavia, por meio da utilização de métodos coercitivos, os quais derivam do período de luta anticolonial, Mugabe recorre a mecanismos para garantir o apoio da maior parte da população durante períodos eleitorais (MOYO, 2013). Um exemplo de ferramenta institucionalizada para esta prática foi a criação do Ato de Segurança da Ordem Pública (POSA), o qual reduziu a liberdade de ação dos grupos de oposição. Deste modo, diversas reuniões de grupos da sociedade civil passaram a ser caracterizadas como reuniões de cunho político, o que limitou seu escopo de ação nos outros setores da sociedade zimbabuana. Além disto, as campanhas eleitorais individuais para os partidos de oposição se tornaram mais reguladas.

Após a vitória de Mugabe em 2008, o cenário de crise se acentuou ainda mais no país, o qual apenas se amenizou com a assinatura de um memorando de entendimento, no mês de julho, e com o posterior *Power Sharing Agreement*, em setembro. Em suma, o acordo previa uma transição gradual do regime vigente, a qual seria implementada por meio de negociações entre os dois principais partidos. Logo, pode-se atribuir o conflituoso processo eleitoral como uma das principais causas de sua formulação. Assim, foram criados dois órgãos na instância executiva: o Gabinete, chefiado pelo Presidente Robert Mugabe; e o Conselho de Ministros, o qual não seria incumbido de autoridade executiva e seria presidido pelo Primeiro-Ministro Morgan Tsvangirai (MOYO, 2013). Todavia, embora o cargo de Primeiro-Ministro tenha sido ocupado pelo MDC, algumas instâncias centrais do governo continuaram sob influência direta do ZANU-PF, tais como as Forças Armadas e o Ministério da Agricultura. Além disso, a repressão ao partido de oposição passou a ser mais violenta, uma vez que as eleições de 2008 demonstraram um expressivo crescimento dos votos para o MDC (HAFNER-BURTON; HYDE; JABLONSKI, 2010).

Desta maneira, pode ser notada a atribuição de um caráter predominantemente simbólico ao Conselho de Ministros, uma vez que o poder continua centrado na figura de Mugabe. O acordo, neste caso, pode contribuir para que uma solução eficaz para os problemas estruturais do Zimbábue seja adiada, comprometendo a possibilidade de uma real transição para a democracia (MASUNUNGURE, 2009). Ademais, levando em consideração as expressivas diferenças ideológicas entre os dois partidos, os futuros acordos estabelecidos entre as partes tendem a ser menos efetivos.

3 Nova Constituição de 2013

Em março de 2013, em uma continuação das negociações entre ZANU-PF e MDC iniciadas em 2008, foi realizado um referendo nacional para deliberar sobre a aprovação de uma nova constituição para o país. Dentre os pontos mais

relevantes do documento está a limitação da quantidade de mandatos de futuros presidentes, a qual deverá ser restrita a dois governos consecutivos de cinco anos cada. O documento foi aprovado por cerca de 95% dos votantes, podendo já ser aplicado nas eleições do mesmo ano (ZIMBABWE, 2013b).

Além da determinação da duração dos mandatos presidenciais, a nova constituição também prevê que legislações aprovadas pelo parlamento não possam ser vetadas pelo presidente. Também foram criadas diversas comissões governamentais, dentre as quais podem ser destacadas a comissão de paz e reconciliação, a comissão anticorrupção e a comissão de garantia da independência eleitoral. No entanto, como uma exigência do ZANU-PF, foi também estabelecido que o programa de reforma agrária realizado no fim dos anos 1990 e no início dos anos 2000 não poderá mais ser contestado legalmente.

É válido ressaltar que a cláusula de limitação dos mandatos presidenciais não possui caráter retroativo. Neste caso, Robert Mugabe, caso eleito, ainda poderia permanecer no poder por mais dez anos. As eleições gerais, realizadas em julho de 2013, tiveram como resultado a vitória de Mugabe sobre Tsvangirai, além da conquista de dois terços dos assentos do parlamento pelo ZANU-PF. Um aspecto a ser destacado é a necessidade do governo zimbabuano de ter recorrido à ajuda internacional para a realização das eleições, visto que os cofres públicos nacionais não eram capazes de suprir o financiamento. Além de pedir auxílio às Nações Unidas, o Presidente Robert Mugabe solicitou um empréstimo de US\$100 milhões tanto da Angola quanto da África do Sul (TAUNYANE, 2013).

De acordo com Tendi (2013), a derrota do MDC nas eleições de 2013 pode ser atribuída, além das ações do ZANU-PF, à falha do próprio partido em compreender a necessidade de reformas institucionais mais expressivas nos primeiros anos do *Power Sharing Agreement*. Ao invés de focarem-se em mudanças institucionais que poderiam auxiliar em uma mudança de governo nas eleições, o partido centrou suas ações em conseguir cargos para seus membros no próprio governo, como o Ministério da Agricultura e governos provinciais.

No entanto, é válido ressaltar o interesse do MDC em promover mudanças em relação às Forças Armadas do país, que, de acordo com os líderes do partido, teriam auxiliado a repressão à oposição nas eleições de 2008. Segundo Tsvangirai, os militares teriam auxiliado Mugabe a permanecer no poder, fazendo com que o país fosse controlado por uma junta militar (TENDI, 2013). Porém, apesar de tais acusações, não foram apresentadas provas de que os militares estariam no comando do país, sendo tal argumento utilizado apenas para justificar a necessidade de uma reforma no setor de segurança nacional.

A relação de proximidade entre o governo de Mugabe e os militares é vista pelo presidente como fruto de seu cargo de Chefe de Estado. Além disso, o próprio processo de conquista da independência em relação ao Reino Unido auxiliou na

construção de uma hierarquia de controle das Forças Armadas sobre a população civil. Contudo isto não representa uma atuação direta deste setor sobre as decisões governamentais. Assim, ao invés de se mostrar contrários às Forças Armadas, os membros do MDC poderiam obter mais sucesso ao se aproximarem dos militares por um viés ideológico.

Apesar de algumas mudanças substanciais na estrutura política do país, a nova constituição manteve as cláusulas referentes à criminalização da homossexualidade e à pena de morte. O posicionamento de Mugabe em relação aos homossexuais é semelhante ao da maioria da população, a qual, além de ser de maioria cristã, considera-os contrários às práticas tradicionalmente africanas (MOYO, 2013). Desta maneira, o presidente pôde materializar sua relação com os setores tradicionalistas por meio do texto constitucional, conseguindo o apoio da maioria dos cidadãos, dificultando, assim, a possibilidade de uma mudança de regime.

4 Grace Mugabe e os desdobramentos de 2014

Para que seja exposto o contexto que culminou nas demissões de membros do governo em dezembro de 2014, é necessário compreender o papel desempenhado pela primeira-dama zimbabuana, Grace Mugabe. Ao longo dos últimos anos, Grace tem se tornado uma figura amplamente conhecida no cenário nacional, principalmente devido a suas atividades de cunho filantrópico, podendo ser destacada a construção de um orfanato com financiamento chinês (GRACE, 2014). Além disso, a primeira-dama também foi nomeada líder da divisão feminina do ZANU-PF, em agosto de 2014, após a condução de uma expressiva campanha ao redor do país.

A mídia nacional também é utilizada como ambiente de pronunciamento da primeira-dama acerca de diferentes personalidades políticas do país. Em 2014, Grace realizou diversas acusações públicas à então Vice-Presidente Joice Mujuru, bem como a outros políticos a ela relacionados. Dentre as alegações estavam afirmações sobre a existência de planos para o assassinato de Mugabe como forma de se chegar ao poder no país. As repercussões de tal declaração se deram, principalmente, por meio da imprensa estatal. Ademais, Mujuru também foi acusada de extorsão e corrupção.

Como consequência, em dezembro de 2014, Robert Mugabe anunciou a demissão de Mujuru e de outros sete ministros sob a acusação de corrupção e conspiração contra o presidente. De acordo com Mugabe, a conduta da vice-presidente ao longo dos anos não havia se dado de acordo com o esperado (ZIMBABWE'S, 2014). É importante destacar que Mujuru era vista como um dos possíveis nomes a suceder Mugabe, tendo em vista a limitação dos mandatos presidenciais estabelecida em 2013.

Apesar da propaganda negativa por parte da mídia estatal e da primeira-dama, é possível afirmar que Joice Mujuru ainda possui o apoio de boa parte da população

zimbabuana. Isto se deve, em grande parte, ao fato da ex-vice-presidente ser uma das principais figuras do movimento de libertação dos anos 1970, em conjunto com Mugabe. Neste sentido, diversos ideais nacionalistas e pan-africanistas propostos pelo presidente também eram defendidos por Mujuru, os quais também foram utilizados como uma forma de diminuir a divisão existente entre o ZANU-PF e o governo em si (MOYO, 2013).

Com a vacância do cargo de Mujuru, Mugabe anunciou ainda em dezembro a posse de dois novos vice-presidentes. Um deles, Emmerson Mnangagwa, tornou-se o segundo na hierarquia de comando do país. Mnangagwa possui uma longa carreira política no ZANU-PF e, anteriormente, ocupou o cargo de Ministro da Justiça. Suas relações com o presidente remontam ao período de luta pela independência, quando o atual vice-presidente liderou um grupo de militares locais durante um treinamento na China.

O segundo vice-presidente, Phelekezela Mphoko, também é um veterano da guerra de libertação. No entanto, Mphoko não possui uma imagem política tão expressiva no país, tendo em vista que se dedicou vários anos à carreira diplomática no exterior. Um aspecto a ser ressaltado é que, além de vice-presidentes do Zimbábue, Mnangagwa e Mphoko também foram nomeados vice-presidentes do ZANU-PF.

5 Considerações finais

Estando no poder desde 1980, Robert Mugabe é um dos líderes africanos que está há mais tempo consecutivo no poder, estando atrás apenas do presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e do presidente guinéu-equatoriano, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo. Para conservar a presidência ao longo de mais de três décadas de independência do Reino Unido, as quais foram marcadas por sucessivas crises, Mugabe se portou de algumas estratégias políticas e, em conjunto com seu partido, ZANU-PF, utilizou o aparelho estatal como ferramenta de manutenção do poder. Neste sentido, o aparelho estatal, intacto na época da independência, foi moldado de modo a garantir ao partido sua hegemonia nacional, desestabilizando a oposição e homogeneizando o Estado como um todo (MOYO, 2013).

Apesar de ser uma das economias mais frágeis da África Austral, com uma das taxas de inflação mais elevadas, o regime de 35 anos de Mugabe tem conseguido se manter em vigor, principalmente, devido à continuidade de sua popularidade interna. Por se tratar de um dos maiores símbolos de libertação do país dos laços colonialistas nas décadas de 1970 e 1980, Mugabe – e o próprio ZANU-PF – se beneficiam da ideia de que, não fosse por sua liderança, o Zimbábue não seria independente.

Em períodos onde há uma maior contestação da legitimidade do governo, como foram os casos dos eventos de 2007 e das eleições de 2008, Mugabe recorre a mecanismos característicos de regimes autoritários, tais como o uso da repressão

policial contra a oposição e manifestantes em geral. Moyo (2013) assevera que ações despóticas e ditatoriais são alternativas estratégicas das elites autoritárias que desejam evitar a transição para um regime mais democrático.

Ainda em relação ao aparelho estatal, as Forças Armadas desempenham um papel essencial no prolongamento do governo de Mugabe. Por conta das constantes crises econômicas no país após o início do século XXI, foi criado um espaço maior para que os militares pudessem atuar com maior autonomia tanto no setor político quando no setor econômico. Desta forma, com uma maior inclusão deste segmento no espaço civil, já era possível que fosse exercida uma influência direta sobre o governo, sem a necessidade de um golpe militar (MUZONDIDYA, 2009).

Ademais, Mugabe também disfruta de certa neutralidade por parte dos países africanos em relação a suas práticas governamentais, em especial de seus parceiros da SADC. Pelo fato de compartilharem a história de colonização por países europeus, há uma forte valorização do princípio de soberania estatal, o que implica na não interferência nos assuntos internos dos países da região. Deste modo, apesar de serem feitas recomendações pela organização, principalmente da África do Sul, o governo zimbabuano não é visto como ilegítimo pelos demais.

Contudo, embora haja uma aparente estabilidade e aceitação da legitimidade do governo do Mugabe, a limitação dos mandatos presidenciais trazida pela Constituição de 2013 traz um questionamento acerca da sucessão de Mugabe. A ex-vice-presidente Joice Mujuru era apontada como um dos nomes mais suscetíveis a sucederem o atual presidente, tendo em vista seu longo histórico de atuação no ZANU-PF e sua importante participação no movimento de libertação do país. Porém sua demissão em dezembro de 2014, a qual foi precedida por uma série de denúncias por parte da primeira-dama e da mídia estatal, torna pouco provável seu retorno ao cenário político nacional, o qual é dominado pelo ZANU-PF.

Neste contexto, a ascensão de Grace Mugabe como uma figura proeminente na política nacional pode sinalizar um possível direcionamento de um futuro governo pós-Robert Mugabe. Com o auxílio da mídia estatal, a primeira-dama é retratada com destaque em razão de suas atividades filantrópicas, o que acarreta em uma maior aceitação por parte da opinião pública. Além disto, o cargo de liderança na divisão feminina do ZANU-PF pode ser visto como um crescimento do apoio dentro do próprio partido, o que seria essencial em caso de uma disputa eleitoral futura. No continente africano, já houve casos de sucessão presidencial por membros da família, como a sucessão de Laurent-Desiré Kabila por Joseph Kabila na República Democrática do Congo.

Embora a demissão de Mujuru possa gerar certo descontentamento entre seus apoiadores, a prevalência da aceitação do ZANU-PF em detrimento dos demais partidos pode servir como fator aglutinador durante as eleições de 2018. A ascensão de um regime contrário ao ZANU-PF no Zimbábue se torna pouco provável, tanto

pelo suporte concedido por diversos setores da sociedade, em especial pelas Forças Armadas, quanto pela linha tênue que separa o governo atual do partido em si, o qual está presente no imaginário nacional como protagonista da guerra de libertação.

Zimbabwe in the 21st century: the use of the state machinery as a tool to power maintenance

ABSTRACT: This article proposes to analyze the main characteristics of the Zimbabwean government in the 21st century as well as how the state machinery has been used to maintain its power. With the aid of his party, President Robert Mugabe has taken advantage of mechanisms from the state itself to extend the regime existing since 1980. The focus of this article is on the period between 2008, when the Power Sharing Agreement was signed, and 2014, when some high-level government employees were sacked. After the analysis based on historical facts and more recent news about the country's conjuncture, there is the conclusion that the regime survival is, mostly, linked to the close relation between the president and the party as well as to the social imaginary about the liberation war.

KEYWORDS: Zimbabwe, Regime, Robert Mugabe, State machinery.

Referências

BRETT, Edwin. A. From Corporatism to Liberalisation in Zimbabwe: Economic Policy Regimes and Political Crisis (1980-1997). *Crisis States Research Centre (LSE)*. 2005. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/28198/>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

CAWTHRA, Gavin. *The Role of SADC in Managing Political Crisis and Conflict: The Cases of Madagascar and Zimbabwe*. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung. 2010. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/07874.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook: Zimbabwe*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/zi.html>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

DORMAN, Sara Rich. 'Make Sure They Count Nicely This Time': The Politics of Election Observing in Zimbabwe. *Commonwealth & Comparative Politics*, 43 (issue 2), p. 155-177, 4 aug. 2006. Edinburgh Research Archive. 2004. Disponível em: <<https://www.era.lib.ed.ac.uk/handle/1842/491>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

ELECTORAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEMOCRACY IN AFRICA. *Report on the 2002 Presidential Elections of Zimbabwe*. 2002. Disponível em: <<https://eisa.org.za/pdf/zim2002KhampepeReport.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

GRACE Mugabe profile: The rise of Zimbabwe's first lady. *BBC*, London, 4 Dec. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-30307333>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

HAFNER-BURTON, Emilie M.; HYDE, Susan D.; JABLONSKI, Ryan. Terrorizing Freedom: When Governments Use Repression to Manipulate Elections. In: ANNUAL CONVENTION OF THE INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION, 2010, New Orleans. Disponível em: <<https://www.gwu.edu/~igis/assets/docs/Hyde%20Paper.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

HARDING, Andrew. Birth of a Mugabe dynasty in Zimbabwe? *BBC*, London, 24 Sept. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-29382685>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Fast Track Land Reform in Zimbabwe*. New York, 8 Mar. 2002. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2002/03/08/fast-track-land-reform-zimbabwe>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Zimbabwe: Three Months after the Elections*. Sept. 2000. Disponível em: <<http://www.crisisgroup.org/-/media/Files/africa/southern-africa/zimbabwe/B003%20Zimbabwe%20Three%20Months%20after%20the%20Elections.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

MASUNUNGURE, Eldred V. Zimbabwe's Power Sharing Agreement (workshop). In: THE CONSEQUENCES OF POLITICAL INCLUSION IN ÁFRICA, 2009, American University, Washington, D.C. Disponível em: <https://www.american.edu/sis/africacouncil/upload/Paper-3-Political-Inclusion_Zimbabwe.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

MINILLO, Xaman. Survival Strategies of the Mugabe Regime in the Post-Cold War World. *International Political Science Association*. 2013. Disponível em: <<http://paperroom.ipsa.org/papers/view/26325>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

MOFTAH, Lora. Who Is Emmerson Mnangagwa? Zimbabwe Swears in Mugabe's Heir as Vice President. *International Business Times*, New York, 12 Dec. 2014. Disponível em: <<http://www.ibtimes.com/who-emmerson-mnangagwa-zimbabwe-swears-mugabes-heir-vice-president-1751214>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

MOYO, Simbarashe. Regime survival strategies in Zimbabwe in the 21st century. *African Journal of Political Science and International Relations*, v. 7, n. 2, p. 67-78, maio 2013. Disponível em: <http://www.academicjournals.org/article/article1381828156_Moyo.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

MUZONDIDYA, J. Our Guns are our Votes: The Political-Military Alliance in Zimbabwean Politics and Prospects for Democratic Transition. In: EUROPEAN CONFERENCE ON AFRICAN STUDIES, 3., 2009, Leipzig. Disponível em: <http://www.uni-leipzig.de/~ecas2009/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=139&Itemid=24>. Acesso em: 14 dez. 2014.

NHEMA, Alfred Gwarega. *Democracy in Zimbabwe: From Liberation to Liberalization*. Halifax: Dalhousie University, 1994. Disponível em: <<http://dalspace.library.dal.ca/xmlui/bitstream/handle/10222/55452/NN98911.PDF?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

PLOCH, Lauren. *CRS Report for Congress – Zimbabwe: 2008 Elections and Implications for U.S. Policy*. Washington, D. C.: Congressional Research Service, May 2008. Disponível em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/106142.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

SOUTHERN RHODESIA. *Lancaster House Agreement*, Sept.- Dec. 1979. London: Her Majesty's Stationery Office, 1979. Disponível em: <http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/ZW_791221_LancasterHouseAgreement.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2016.

TAUNYANE, Omogolo. SA loans Zim R900-million for elections. *ENCA*, South Africa, 16 Apr. 2013. Disponível em: <<https://www.enca.com/africa/sa-loans-zim-r900-million-elections>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

TENDI, Blessing-Miles. Why Robert Mugabe scored a landslide victory in Zimbabwean elections. *The Guardian*, London, 5 Aug. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/aug/05/robert-mugabe-zimbabwe-election-zanu-pf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

WATTS, Carl Peter. *Rhodesia's Unilateral Declaration of Independence: An International History*. New York: Palgrave Macmillan, 2012. Disponível em: <https://he.palgrave.com/resources/sample-chapters/9781403979070_sample.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2016.

ZIMBABWE: Mugabe and Tsvangirai in 'constitution deal'. *BBC*, London, 17 Jan. 2013a. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-21066037>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

ZIMBABWE approves new constitution. *BBC*, London, 19 Mar. 2013b. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-21845444>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

ZIMBABWE'S Mugabe sacks Vice-President Joice Mujuru over 'plot'. *BBC*, London, 9 Dec. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-30400178>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

Política externa na Redemocratização (1979-1990): o pragmatismo brasileiro nas relações com os Estados Unidos¹

*João Henrique Salles Jung**

RESUMO: O artigo visa discutir como se deram as relações entre o Brasil e os Estados Unidos no período da redemocratização brasileira, aqui considerada entre os anos de 1979 a 1990. Em uma década turbulenta ao Brasil e de inflexões aos Estados Unidos, que culminaram no tensionamento das relações, as fortes divergências políticas entre os dois países são equalizadas frente a uma relevante aproximação comercial entre ambos, compreendendo, em resultados práticos, o valor do pragmatismo da política externa de Figueiredo e de Sarney, que buscavam através de relações exteriores coesas uma forma de equilibrar a instabilidade política, econômica e social do país.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa Brasileira, Pragmatismo, Relações Brasil-Estados Unidos, Redemocratização.

1 Introdução

O período que compreende o fim do governo Geisel e o início do governo Collor será aqui abordado, analisando, em via principal, o pragmatismo da política externa adotada e as relações com os Estados Unidos. Tal vínculo se dá por

* Graduando em Relações Internacionais pela ESPM-Sul e em Ciências Sociais pela UFRGS. Atualmente é o Editor-Chefe da *Novas Fronteiras: Revista Acadêmica de Relações Internacionais*, além de ser monitor de pesquisa pela mesma instituição. E-mail: joaojung@outlook.com

¹ Este artigo é um dos resultados do Programa de Iniciação Científica (PIC), financiado pela ESPM-Sul e orientado pela Prof^ª. Dra. Ana Regina Falkembach Simão no período de 2014 e 2015/1.

ser evidenciado em termos empíricos e teóricos, através de revisão bibliográfica, o grande aumento na prática comercial com a potência estadunidense em um período no qual as relações políticas com esta estavam conturbadas.

Ao se ter como recorte temporal o período compreendido entre 1979 e 1990, mostra-se de fundamental importância à década de 80 e os dois governos que se fizeram presentes nesta data: o do último presidente militar, João Figueiredo, e o do primeiro representante civil após a ditadura, José Sarney. O paradigma da política externa mostrou uma fase de crises e contradições, pois, apesar da continuidade das políticas desenvolvimentistas e da cooperação internacional em um sentido universalista – integrando, por exemplo, países como China, Itália e Argentina –, o cenário interno se mostrava caótico com a grave crise econômica (CERVO; BUENO, 2010), que levava o país a um dos períodos mais delicados de sua história.

O paradigma do desenvolvimentismo estatal mantém seus princípios históricos: defesa da autodeterminação dos povos, não intervenção em assuntos internos, solução pacífica das controvérsias, rejeição da conquista pela força e respeito aos tratados (CERVO; BUENO, 2010). É verdade que as contestações em relação ao alinhamento automático precederam Geisel. Desde Costa e Silva existia uma vontade – colocada de fato em prática a partir de 1974 – caracterizada pelo fato de que as relações com os Estados Unidos não deveriam ser tomadas como prioridades, devido à busca de uma maior autonomia da diplomacia brasileira na bipolarizada sociedade internacional (VISENTINI, 2008) e à capacidade de barganha que o Brasil pôde realizar após a reintrodução de novos atores importantes no cenário internacional.

Este cenário de turbulência interna e pragmatismo externo, no mesmo período em que o Brasil buscava autonomia política em meio à dependência econômica – agravada pela dívida externa –, suscita um curioso caso: o das relações com os Estados Unidos. Esta, apesar de sérios desentendimentos, logrou alta capacidade de negociação, atingindo uma correlação comercial cada vez maior e mais importante para ambos os países.

2 Diretrizes de política externa: Figueiredo e Sarney

A política externa de Figueiredo, segundo alguns pensadores, manteve-se parecida à do governo Geisel, tendo apenas uma pequena modificação no campo de atuação e linguagem (ALTEMANI, 2005). Porém, apesar de se resgatar a questão do Itamaraty nos liames do regime militar, devem ser levadas em consideração as modificações que as diretrizes da política exterior sofreram, pois, como afirma Peixoto (1984, p.2):

Não seria correto afirmar que a política exterior atualmente implementada é fruto de uma decisão do regime que se implantou no país após 1964. As suas raízes são anteriores a ele, mas ela sofreu um choque extremamente

brusco na sua trajetória em 1964 e 1966 (governo Castelo Branco), depois retomou algumas linhas de continuidade a partir do período Costa e Silva e sofreu um tratamento conceitual mais sistemático durante o governo Médici, principalmente a partir das reflexões desenvolvidas pelo Embaixador Araújo Castro. Pode-se dizer que a sedimentação das linhas básicas desta política ocorreu durante o governo Geisel, o governo Figueiredo (gestão Saraiva Guerreiro no Ministério das Relações Exteriores) aparecendo fundamentalmente como sucessor e continuador do anterior, ressalvadas algumas mudanças de estilo ligadas à personalidade e ao perfil individual dos atores.

A política externa do Brasil durante o mandato de Figueiredo avançou em qualidade (CERVO; BUENO, 2010), mantendo o paradigma pragmático proposto por Geisel – com algumas modificações – e ampliando os diálogos com países em desenvolvimento, com destaque à região da América Latina, que passa a ser o foco principal das ações diplomáticas brasileiras, conforme se verá posteriormente.

O Brasil vivenciava um momento contraditório, pois, ao mesmo tempo em que se considerava parte do Ocidente e possuía raízes socioculturais neste, a sua aproximação com os países não alinhados remete a uma participação em foros de influência não ocidental, o que acaba por provocar conflitos com países como os Estados Unidos, que veem diminuir sua influência sobre o gigante sul-americano. A ampliação do grupo de países parceiros, aliada com a concomitante não distinção entre meridianos – ocidente e oriente – resulta na principal característica da orientação do Itamaraty durante o governo Figueiredo: o Universalismo.

Esta forma de se fazer política mantém as ideias do pragmatismo de Geisel, ou seja, o princípio do não alinhamento automático e a não existência de aliados preferenciais (ALTEMANI, 2005). O próprio Presidente, através de discurso oficial, define os vetores do universalismo (ITAMARATY, 1980, p.3):

Nossa política nacional caracteriza-se pela presença, cada vez mais marcante, dos interesses nacionais em várias regiões do planeta e na ampla gama de temas em debate no plano internacional. O Brasil hoje valoriza suas relações tanto com o mundo industrializado, tanto com os países da América Latina, África e Ásia. O universalismo da política externa se expressa pela ampla disposição ao diálogo, com base no respeito mútuo e no princípio de não intervenção. Em sua ação, o Brasil procura afirmar um novo tipo de relações internacional, de natureza aberta e democrática, horizontal, sem subordinações nem prepotências. Com as nações vizinhas e irmãs da América Latina, pratica-se uma política de igualdade, não intervenção e descontraimento, que visa ao benefício comum. [...] O Brasil assume integralmente a sua condição de país latino-americano. Acredita que, em conjunto, as nações latino-americanas devem buscar as mais aperfeiçoadas formas de integração regional, que permitam, não só acelerar o desenvolvimento e o intercâmbio entre elas, com o realismo e a atenção às potencialidades e necessidades de

cada país, senão também que lhes facilite a presença mais homogênea nas negociações econômicas com os países desenvolvidos.

Apesar dos pontos positivos até então elucidados, a política externa do governo Figueiredo conviveu com algumas distensões, sendo considerada inclusive uma fase de “ruína do consenso” no Itamaraty. Em um artigo publicado na Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI), Ferreira (2006) elabora argumentos contrários ao posicionamento universalista, pragmático e terceiro-mundista abordado pelo último dos governos militares. Ao criticar a falta de princípios e valores na escolha de parceiros estratégicos nas relações internacionais brasileiras, o Embaixador Roberto de Oliveira Campos² alega que o Brasil passou a desassistir nações irmãs que possuíam as mesmas características ocidentalizadas do Estado brasileiro, adotando o terceiro-mundismo de forma descuidada (FERREIRA, 2006).

Apesar das fortes críticas, as diretrizes do Itamaraty mantinham-se baseadas no projeto de desenvolvimento nacional, mantendo a autonomia para uma troca com países diversos através da penetração nas esferas do poder mundial, inserindo-se nos mais variados continentes e aproveitando as oportunidades que o sistema lhe dava (CERVO; BUENO, 2010). O universalismo, que vinha se ensaiando desde 1967 – com mais ênfase a partir de Geisel – saiu do discurso e veio, enfim, à prática.

Somando os elementos já citados à autonomia buscada pelo Estado brasileiro – como consequência do universalismo – podem ser definidas três premissas básicas do governo Figueiredo em relação à política externa: (i) a compreensão da realidade brasileira no contexto internacional; (ii) a identificação dos principais interesses do país no cenário internacional; e (iii) o conhecimento e a avaliação dos meios de ação relativos aos interesses e possibilidades do Estado (JAGUARIBE, 1985).

A diversificação da política externa brasileira dá-se por um fato estrutural, e não conjuntural, decorrente da perda de complementaridade econômica com os Estados Unidos, da manutenção do relacionamento com a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e do significativo aumento da complementaridade com o terceiro mundo (ALTEMANI, 2005). O progressivo desalinhamento com as potências globais se dá, pela opinião dos articuladores políticos de Ramiro Saraiva Guerreiro³, na evolução das diferenças político-econômicas entre os países e no modo como o cenário internacional se articulava (VISENTINI, 2004).

No governo Sarney, a política externa manteve as diretrizes básicas das de Figueiredo (ALTEMANI, 2005). Os turbulentos movimentos internos que ocorriam

² Campos era um dos embaixadores cotados a Ministro de Relações Exteriores do governo Figueiredo, na sucessão de Azeredo da Silveira; porém, por motivos ideológicos e de políticas internas do Itamaraty, o sucessor de Silveira foi Saraiva Guerreiro, pois este pretendia manter os valores da política externa pragmática do governo Geisel.

³ Ministro de Relações Exteriores no governo Figueiredo.

nesta fase delicada⁴ do Brasil e o grande problema externo relacionado à crise econômico-financeira no sistema internacional moldaram as possibilidades e os rumos da política externa brasileira (ALTEMANI, 2005). Com isso, uma interpretação adequada para analisar a política externa de Sarney é pensar nesta como base de sustentação da política doméstica (PEREIRA, 2003), ainda que a política externa, segundo o próprio Sarney em entrevista no ano de 1999 (apud PEREIRA, 2003), não tinha o intuito de ser diretamente vinculada à formulação da política interna.

A vulnerabilidade e a sensibilidade do Estado brasileiro frente ao sistema financeiro e ao protecionismo praticado pelas nações industrializadas levaram o país a rever seus parceiros na sociedade internacional (ALTEMANI, 2005). Segundo Analúcia Pereira (2003) o início do governo de José Sarney é marcado por desafios como a inexorável condição brasileira de fazer parte da zona de influência estadunidense, fato que fez com que o Brasil criasse mecanismos para conduzir as relações com os Estados Unidos, mesmo que não compartilhasse muitos interesses em comum com este. Esta situação de necessidade em estabelecer relações com o império revelará uma política externa pragmática que se utilizou como pôde do contexto no qual estava inserida para trazer benefícios ao país.

Com o desejo de alcançar metas objetivas, o novo ministro Olavo Setúbal delineou a política externa cunhada como Diplomacia para Resultados, que tinha sua concepção na ideia de uma retomada do crescimento e na redução da vulnerabilidade externa nos campos financeiro, tecnológico e comercial (BARRETO, 2012). Olavo se utilizou do movimento interno – a redemocratização – para traçar um compromisso com a democracia, pois pretendia (BARRETO, 2012, p.24) “conduzir o Ministério das Relações Exteriores em sintonia com o espírito democrático da Nova República”. Assim sendo, o Itamaraty passou a valer-se de um espírito de representação popular, que se apoiava mutuamente no Congresso Nacional (BARRETO, 2012).

Quanto às intenções da Diplomacia para Resultados, implementada pelo ministro Setúbal, Celso Lafer (1987, on-line) diz:

Ao compromisso da Nova República com a democracia e a tolerância inerente ao pluralismo corresponde, no plano externo, um internacionalismo de vocação pacífica, guiado pelos preceitos da coexistência e da cooperação com todos os demais membros da sociedade internacional. Esta é uma razão de princípio e explica o recente estabelecimento de relações diplomáticas com Cuba, que completa a vocação ecumênica da política externa brasileira.

⁴ O período da presidência de José Sarney foi marcado por um grande turbilhão interno. Em primeiro lugar, era necessária a transição entre um regime militar autoritário para uma democracia presidencialista direta. Outras questões tangiam o contexto brasileiro, como o caos econômico crescente – com ênfase à inflação e à dívida externa –, a falta de legitimidade do governo e os preparativos de uma nova constituição, criada em 1988.

Após a dissonância entre a liderança de Olavo Setúbal e a de seu antecessor⁵, ascende Abreu Sodré como Ministro de Relações Exteriores do Brasil. Contrastando com Olavo Setúbal, Sodré percebia a potencialidade das relações com o eixo-sul e do posicionamento terceiro-mundista. O novo chanceler definia os objetivos primordiais da política externa brasileira como: (i) o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional mais justa e equitativa, com ênfase para o encaminhamento do problema da dívida externa; (ii) a prioridade crescente nas relações com os países latino-americanos; (iii) a intensificação das relações com a África, a par do repúdio do *apartheid*; (iv) o desenvolvimento das relações com a Ásia; (v) o aperfeiçoamento da cooperação com os países de economia planificada; (vi) o fortalecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e das demais organizações internacionais; e (vii) o aprimoramento constante das relações com os Estados Unidos (EUA) e países europeus ocidentais, com os quais se compartilhavam valores comuns (BARRETO, 2012).

É percebido um enfoque nas questões dos direitos humanos por parte do Itamaraty, que, ao levar em conta a mudança do paradigma interno – de um governo autoritário à democracia –, delegou importância ao setor da defesa dos direitos do homem como contraponto às atrocidades anteriormente cometidas (CORRÊA, 2006). Como marco deste novo eixo de posicionamento, o Brasil adere ao pacto de São José da Costa Rica (Convenção Interamericana de Direitos Humanos), além de ratificar os Pactos de Direitos Humanos das Nações Unidas e de aderir à Convenção contra a Tortura da ONU (CORRÊA, 2006). Nos acertos do posicionamento do Brasil como um país terceiro-mundista, porta-voz dos Estados menos desenvolvidos, a nação brasileira passa a conquistar bons processos. A aprovação na ONU da resolução de criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a criação do Grupo do Rio – fundado através da fusão entre o Grupo de Contadora e o Grupo de Apoio – representam os avanços da nação em se estabelecer no sistema internacional com uma intenção definida (VISENTINI, 2008).

É possível dizer que o governo Sarney, durante a condução do Itamaraty por Abreu Sodré, exerceu uma aproximação com a América Central em exemplos como: o Grupo de Contadora e Apoio, que fazia contraponto aos Estados Unidos; o reatamento das relações diplomáticas com Cuba; a visita presidencial à China; a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul; e o reingresso do Brasil no Conselho de Segurança da ONU como membro não permanente (BARRETO, 2012). Segundo Seixas Corrêa (2006, p.383), a política externa de Sarney, no fim de seu mandato, pôde ser resumida no seguinte:

[...] no seu mandato, o Presidente Sarney consolidou a diplomacia brasileira, agregando-lhe os elementos próprios de um regime democrático e dando-lhe

⁵ Este ponto não é consensual, pois, apesar de terem existido alguns setores que denunciassem a aproximação de Setúbal ao alinhamento automático, não foram detectados elementos concretos que comprovassem isto.

um caráter de plena universalidade. A noção de interesse permanente do Brasil em política externa parece também consolidada e se revela especialmente eloquente quando se tem em mente o processo de integração no Cone Sul, o novo padrão de relacionamento com a Argentina, a consolidada imagem latino-americana do Brasil, o amadurecimento das relações com os EUA, a volta do Brasil ao CSNU, e a política de abertura e diálogo construída para tratar dos delicados problemas nas áreas do meio-ambiente e desenvolvimento e dos direitos humanos [...].

O período em questão confiou ao governo que o sucederia – Fernando Collor em 1990 – a continuidade de uma política externa plural, voltada às necessidades do Brasil e traçada em parceria com países como a Argentina e outros que não fossem um poder hegemônico. Esta continuidade, no entanto, não foi vista durante os anos 90.

3 O Turbulento cenário político entre o Brasil e os Estados Unidos

Nos anos 80, a política internacional estava em crise, graças às consequentes tentativas dos Estados Unidos e da Inglaterra de desmontar o multilateralismo e colocar os países periféricos na defensiva (PEREIRA, 2003). Apesar da dependência brasileira em relação aos Estados Unidos – resultante da sua dívida externa e da sua condição histórica e geográfica de periferia –, o Brasil não cedeu às pressões estadunidenses no campo do comércio e da política internacional (ALTEMANI, 2005), como mostra sua opção pela não militarização do Atlântico Sul – prática que ia contra os interesses nacionais –, a qual foi proposta pelo império estadunidense. A redistribuição do poder na sociedade internacional – ocasionada, principalmente, pelo choque do petróleo – diminuiu a capacidade dos países desenvolvidos de comandar a ordem mundial, ocorrendo consequentemente uma diversificação do campo econômico (ALTEMANI, 2005). Importante frisar que o período de Figueiredo marcou diversas distensões na já acalorada relação Brasil-Estados Unidos, tendo o ano de 1982 aglomerado algumas medidas de política externa brasileira que se chocavam com os interesses estadunidenses. No ano em questão, a fim de diminuir os desentendimentos entre os países, o presidente Figueiredo realizou uma visita oficial aos Estados Unidos no dia 12 de maio. A principal pauta da reunião com o presidente Reagan consistiu na questão das Ilhas Malvinas, em que o Brasil defendia abertamente a soberania argentina na região (VISENTINI, 2004). Apesar do consenso de que a guerra não deveria tomar maiores proporções, os Estados Unidos, em resposta à posição brasileira, ameaçaram impedir o acesso do Brasil aos créditos do Banco Mundial e do BID, retirar o país do sistema geral de preferências estadunidense e reduzir as importações de açúcar pela metade (VISENTINI,

2004). O presidente Ronald Reagan, tentando amenizar a tensão política, visitou o Brasil no final do mesmo ano para tratar das relações comerciais entre os países.

A crise econômica que se alastrou no Brasil e na região no início dos anos 80 passou a ser agravada pelos entraves com os Estados Unidos. O Estado brasileiro passa a ter pouca margem de manobra para realizar oposição às reclamações estadunidenses no General Agreement on Tariffs and Trade (GATT)⁶, tendo de, assim, flexibilizar as tratativas de assuntos como: serviços, TRIPS⁷, lei de informática, entre outros (RICUPERO, 2006). Os Estados Unidos, historicamente um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, passaram a denunciar o país perante o GATT no que tangia às exportações de placas de aço brasileiro para o país, que, segundo o Departamento de Estado estadunidense, consistiam em prática de *dumping* (VISENTINI, 2008). Além da questão das placas de aço – que, ao ser levada ao órgão responsável pela solução de controvérsias, consistiu em uma vitória brasileira –, os Estados Unidos também impuseram barreiras a diversos produtos brasileiros, como: calçados, armas de fogo, ferro-gusa, óleo de mamona e algodão (VISENTINI, 2004). Deve-se levar em consideração o peso de tais medidas para a economia brasileira, tendo em vista que o governo estadunidense era o maior importador de tais produtos.

Um caso emblemático para a conturbada relação Brasil-Estados Unidos era o das reservas de mercado na área da informática. O governo estadunidense denunciava o protecionismo exercido pelo Estado brasileiro em relação ao setor de computadores e derivados, o que ocasionava num nível de preços elevado no mercado e em ameaças de retaliação por parte dos Estados Unidos (VISENTINI, 2004). Com a intenção de fomentar a área de tecnologia da computação, o Brasil cria a Secretaria Especial de Informática (SEI), subordinada ao Conselho de Segurança Nacional. A intenção de um avanço tecnológico no Brasil se tornou vigente com a Política Nacional de Informática, sancionada em 1984, que possuía entre as suas premissas (BRASIL, on-line):

Art. 2º A Política Nacional de Informática tem por objetivo a capacitação nacional nas atividades de informática, em proveito do desenvolvimento social, cultural, político, tecnológico e econômico da sociedade brasileira, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na orientação, coordenação e estímulo das atividades de informática,

⁶ Acordo Geral em Tarifas e Trocas, em tradução literal. Em 1994 se transformou na Organização Mundial do Comércio (OMC).

⁷ Trade-Related Aspect of Intellectual Property Rights. É possível traduzir como: Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio.

II - participação do Estado nos setores produtivos de forma supletiva, quando ditada pelo interesse nacional, e nos casos em que a iniciativa privada nacional não tiver condições de atuar ou por eles não se interessar,

III - intervenção do Estado de modo a assegurar equilibrada proteção à produção nacional de determinadas classes e espécies de bens e serviços, bem assim, crescente capacitação tecnológica,

VI - orientação de cunho político das atividades de informática, que leve em conta a necessidade de preservar e aprimorar a identidade cultural do País, a natureza estratégica da informática e a influência desta no esforço desenvolvido pela Nação, para alcançar melhores estágios de bem-estar social.⁸

Os boatos da época divulgavam a organização de um boicote ao fornecimento de componentes e matérias-primas por parte do governo estadunidense, que era apoiado pelas multinacionais do ramo: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e a Associação dos Proprietários de Jornais e o Conselho Empresarial Brasil-EUA (VISENTINI, 2004). Era dito que o governo alemão também iria impor embargos ao Brasil (VISENTINI, 2004). Os temas relacionados ao protecionismo brasileiro no setor informático renderam discussões no GATT e, posteriormente, na OMC, sendo uma pauta importante de discussão entre os dois países. Estando os Estados Unidos empenhados em estabelecer uma estratégia política unilateral, já vislumbrando o fim da Guerra Fria, uma política econômica hegemônica foi desenhada a fim de colocar o país em posição de proteger seus mercados internos estratégicos, ao mesmo momento em que propagava a liberalização do comércio internacional. As diversas retaliações que os Estados Unidos impunham ao Brasil serviam para dar fim à relativa autonomia que o país tinha na época em questões estratégicas como competição econômica, comercial e tecnológica (PEREIRA, 2003).

No que tangia a insumos básicos e matérias-primas de importantes produtos, os Estados Unidos viram uma escassez de recursos em solo nacional, o que levou a uma política de procura por países que pudessem fornecer tais materiais e, assim, alimentar a indústria estadunidense (CERVO; BUENO, 2010). Assim, viu-se o auge do modelo neoliberal dos Estados Unidos, que possuía como premissa a criação de uma relação unilateral econômica, a qual fazia com que países emergentes se tornassem economicamente dependentes da grande potência, enquanto esta usurpava recursos naturais e afundava seus parceiros periféricos em dívidas estrondosas.

As tentativas de Reagan em cooptar o Brasil em parcerias, devido ao potencial natural brasileiro, foram vistas, inicialmente, através da liquidação de dois empecilhos bilaterais: a questão dos direitos humanos e a do Acordo Nuclear

⁸ O artigo 2º possui, em sua integridade, XI incisos.

alemão (CERVO; BUENO, 2010). Novas concessões do gênero seriam feitas em relação ao Brasil baseadas no mesmo intuito; entretanto, apesar de uma mostra de flexibilidade por parte dos Estados Unidos, certas questões se mostravam antagônicas entre os dois países, e as relações se mostraram mais conflitantes do que cooperativas, marchando em um confronto global de interesses em todos os setores (CERVO; BUENO, 2010). O ano de 1986 foi marcado pela visita do presidente Sarney aos Estados Unidos (VISENTINI, 2008). Quatro dias foram necessários para a estadia do presidente brasileiro, que tratou com o presidente Ronald Reagan a respeito das retaliações estadunidenses ao Brasil sob o argumento do inadequado pagamento brasileiro da dívida externa. Novas restrições foram compreendidas por parte do império em relação ao Brasil por decorrência dos produtos de informática e das patentes de produtos farmacêuticos – pautas de discussão antigas entre os dois países no GATT. Desta forma, o comércio entre os dois países viu-se diante de um novo obstáculo (VISENTINI, 2008).

Como já explicado anteriormente, a política sobre a lei de informática, que restringia o mercado brasileiro a produtos nacionais e limitava a participação de capitais estrangeiros na propriedade e no poder de voto de empresas que trabalhassem com o setor, foi um dos antecedentes das retaliações estadunidenses ao governo brasileiro, que teve grande influência na lei das patentes farmacêuticas, outro grande empecilho nas relações entre os dois países (BULHÕES, 2008). A associação das indústrias farmacêuticas dos Estados Unidos (PMA) fez lobby com o congresso em Washington, alegando que a ausência de proteção da propriedade intelectual de remédios no Brasil lhe causou um prejuízo de aproximadamente US\$ 160 milhões (BULHÕES, 2008). Desta forma, cedendo aos interesses das empresas farmacêuticas – importante ressaltar que este representa um dos setores mais influentes e lucrativos nos Estados Unidos –, o governo estadunidense primou por proteger sua indústria ao invés de flexibilizar uma pauta importante no âmbito das relações com o Brasil.

Tendo como fato agravante o acréscimo da taxa de juros internacional e as políticas suspeitas das instituições de Bretton Woods, o Estado brasileiro decreta em 1987 a moratória no pagamento da dívida externa, marcando, assim, mais um fator de atrito entre o Estado brasileiro e os países detentores do poder internacional, em especial, os Estados Unidos (VISENTINI, 2008). A moratória brasileira de 1987 possui diversas explicações, sejam de cunho político ou econômico. Em primeira instância, parece óbvio ao leitor que o não pagamento da dívida externa está diretamente interligado com o caos econômico no qual o Brasil se encontrava e ao respectivo crescimento no débito com credores internacionais; entretanto o adiamento do pagamento da dívida possui, também, um caráter político muito forte (SALOMÃO, 2010).

Conforme Cervo e Bueno (2010) constataram, Reagan não avaliou bem a autonomia da política externa brasileira – que vivia um momento de pragmatismo

e de atuação regional – e, com certa arrogância, deixou escapar, pela sua dose de autoconfiança, a concretização de uma relação mais amigável. Ao invés de estabelecer acordos bilaterais, os Estados Unidos buscaram conseguir benefícios em troca de alguns favores de pouca importância, fato este que levou a animosidade entre os dois países a se manter entre o morno e o conflitante durante a década de 80. Entretanto o mais interessante da relação entre os dois países é que, mesmo com as retaliações e ameaças por parte do governo estadunidense e o descaso brasileiro em obedecer às ordens da grande potência, a balança comercial entre os dois países se mostrou de grande volume na época, e, inclusive, apresentou saldos positivos para o Brasil a partir de 1981.

4 A dicotômica aproximação comercial entre os países

Ao se considerar o peso e a influência do país norte-americano na economia internacional, além de sua capacidade gigantesca de absorver produtos de baixo valor agregado – os quais normalmente constam na pauta de exportação brasileira –, é de grande importância lembrar que, apesar das diferenças políticas e de alguns estranhamentos diplomáticos, os países mantinham um bom fluxo comercial. É neste sentido que se encaixa o pragmatismo brasileiro trabalhado neste artigo: o de manter uma boa relação comercial com os Estados Unidos apesar dos constantes desgastes políticos. É possível observar na tabela adiante os números que correspondem às trocas feitas entre o Brasil e os Estados Unidos, incluindo o peso da participação que os estadunidenses possuem no comércio brasileiro como um todo. Em uma comparação com a Argentina, que, como já foi dito, consiste em um parceiro econômico e político importante, os EUA fazem o país vizinho se apequenar.

Apesar de as relações com a Argentina terem sido destacadas como prioridade na política externa brasileira, com os dois países possuindo posições políticas amigáveis, o fluxo de comércio com os Estados Unidos (país com o qual o Brasil possuía inúmeras divergências políticas) era abruptamente maior. A explicação do porquê disto é interessante, pois contrasta com o que ocorre na maioria das relações comerciais – nas quais políticas de comércio comuns são aderidas –, tendo, inclusive, um aspecto contrário a este, pois sérias restrições e embargos comerciais surgiram na relação entre o governo brasileiro e o estadunidense.

Apesar da prioridade dada aos assuntos militares – como dita a tradição republicana –, Ronald Reagan dava a devida importância às relações comerciais com o principal país da América do Sul, o qual sempre sofreu forte influência estadunidense (VISENTINI, 2004). Na recepção do presidente dos Estados Unidos, em meio ao ápice do conflito político entre os países, Figueiredo discursa sobre a visão diplomática brasileira, argumentando que as dificuldades do Brasil serão enormemente acrescidas se (VISENTINI, 2004, p.287):

Persistirem as tendências protecionistas que restringem o acesso aos produtos brasileiros aos grandes mercados, se não forem agilizados os fluxos financeiros internacionais, se os países em desenvolvimento, que hoje absorvem mais de 40% de nossas exportações, não tiverem minoradas suas dificuldades presentes, e, por último, se não forem reforçados os organismos multilaterais, com a aplicação dos seus recursos, atualização e flexibilização de seus critérios operacionais, e maior acesso dos países em desenvolvimento a seus processos decisórios.⁹

Apesar de utilizar uma retórica amigável para a questão, o presidente Ronald Reagan reivindica o aumento das taxas de juros pagas pelo Brasil de 8,5% a 10%, além de impor a abertura do mercado brasileiro (VISENTINI, 2004). Em um contexto de desgastes, foram criados grupos de trabalho que possuíam o intuito de ajudar na relação bilateral entre os países em cinco setores fundamentais: econômico-financeiro, industrial-militar, nuclear, científico-tecnológico e espacial (VISENTINI, 2004). Nesta tentativa de diálogo de ambas as partes, os Estados Unidos concedem um empréstimo de emergência ao Brasil a fim de sanar os problemas de liquidez do mesmo.

O presidente Figueiredo, em 12 de maio de 1982, visitou os Estados Unidos a fim de resolver alguns conflitos entre os países. No contexto da visita, o Brasil foi ameaçado de ser retirado da linha de crédito do BID e do Banco Mundial, sair da lista do sistema geral de preferências estadunidense e ter suas exportações de açúcar reduzidas pela metade (VISENTINI, 2004). A principal causa destas ameaças se baseava no apoio brasileiro à Argentina na Guerra das Malvinas. O ambiente era hostil, e o Brasil, em plena fase de redemocratização, não poderia perder tais concessões já alcançadas. Isto tudo vem somado a outros fatores já aludidos: um aumento da taxa de juros pagas pelo Brasil de 8,5% a 10%; restrição a vários produtos brasileiros; denúncia de *dumping* no caso das placas de aço; reclamações em relação à Política Nacional de Informática e às suas consequências; entre outros. Cabe salientar que, neste período, enquanto Reagan demandava a Figueiredo uma abertura do mercado brasileiro, os Estados Unidos figuravam como uma das nações mais protecionistas do mundo (RICUPERO, 2006).

As principais barreiras nas negociações entre o Brasil e os Estados Unidos se evidenciavam na percepção brasileira de que seu suposto parceiro não possuía como intuito o interesse brasileiro, pois, enquanto Reagan demandava ao país sul-americano a liberalização do comércio de informática, a redução do protecionismo, a ampliação de privilégios e direitos às empresas estrangeiras, a privatização das estatais, a eliminação de subsídios às exportações, a negociação da dívida nas vias

⁹ Importante trecho na argumentação do presidente Figueiredo durante a visita de Ronald Reagan ao Brasil. Demonstra o caráter de defesa aos países em desenvolvimento e denuncia as medidas dos Estados Unidos, que impõem dificuldades – diretas ou indiretas – a esses países.

neoliberais, entre outros; Sarney requeria o fim do protecionismo norte-americano às suas indústrias obsoletas, injeção de recursos financeiros, projetos substantivos de cooperação bilateral e apoio político na negociação da dívida e nos acordos sobre insumos (CERVO; BUENO, 2010). Os contenciosos se dão justamente por nenhuma das duas partes atender ao pedido da outra.

O Departamento de Comércio dos Estados Unidos começou a retaliar o Brasil em diversos setores (aço, têxteis, álcool, aviões, açúcar, café e etc.), além de cobrar taxas especiais do ferro brasileiro e continuar a lutar em foros multilaterais no que tangia à política de informática brasileira (VISENTINI, 2008). Neste contexto, exemplos de políticas cooperativas entre os dois Estados são escassos; contudo existiram também algumas facilidades comerciais como: a alocação do Brasil no Sistema Geral de Preferências norte-americano; os grupos de trabalho criados no intuito de ajudar nos setores econômico-financeiro, industrial-militar, nuclear, científico-tecnológico e espacial; e a concessão de um empréstimo emergencial ao Brasil (VISENTINI, 2004). Apesar de possuírem uma relativa importância, não são estes ajustes que explicam a proximidade comercial crescente entre os dois países.

A síntese de entendimento das relações comerciais entre os países pode ser estabelecida através da comparação entre as posteriores tabelas 1 e 2, referentes à balança comercial entre Brasil-Estados Unidos e Brasil-Argentina.

Tabela 1 – Balança comercial Brasil – Estados Unidos

Ano	Exportação			Importação			Resultados		
	US\$ F.O.B.	Var. %	Part. %	US\$ F.O.B.	Var. %	Part. %	Saldo	Corrente Comércio	
1979	2.900.012.000	-	19,02	3.216.318.000	-	17,79	-316.306.000	6.116.330.000	
1980	3.439.945.000	15,70	17,09	4.077.483.000	21,12	17,76	-637.538.000	7.517.428.000	
1981	4.111.433.664	16,33	17,65	3.503.667.119	-16,38	15,86	607.766.545	7.615.100.783	
1982	4.034.244.925	-1,88	19,99	2.861.182.588	-18,34	14,75	1.173.062.337	6.895.427.513	
1983	5.063.466.387	25,51	23,12	2.409.170.143	-15,8	15,61	2.654.296.244	7.472.636.530	
1984	7.709.031.701	52,25	28,55	2.295.069.705	-4,74	16,5	5.413.961.996	10.004.101.406	
1985	6.955.930.259	-9,77	27,13	2.616.114.729	13,99	19,87	4.339.815.530	9.572.044.988	
1986	6.306.052.934	-9,34	28,22	3.227.905.577	23,39	22,99	3.078.147.357	9.533.958.511	
1987	7.325.130.769	16,16	27,93	3.189.258.367	-1,2	21,19	4.135.872.402	10.514.389.136	
1988	9.005.865.529	22,94	26,65	3.121.102.750	-2,14	21,37	5.884.762.779	12.126.968.279	
1989	8.369.589.208	-7,07	24,34	3.922.067.453	25,66	21,48	4.447.521.755	12.291.656.661	
1990	7.718.426.427	-7,78	24,57	4.432.074.747	13	21,45	3.286.351.680	12.150.501.174	

Fonte: Tabela elaborada pelo autor segundo dados do MIDIC.

Tabela 2 – Balança comercial Brasil - Argentina

A no	Exportação			Importação			Resultados		
	US\$ F.O.B.	Var. %	Part. %	US\$ F.O.B.	Var. %	Part. %	Saldo	Corrente Comércio	
1979	718.424.000	-	4,71	896.094.000	-	4,95	-177.670.00	1.614.518.000	
1980	1.091.521.000	51,93	5,42	756.600.000	-15,57	3,29	334.921.000	1.848.121.000	
1981	880.225.916	-19,36	3,78	586.579.957	-40,54	2,66	293.645.959	1.466.805.873	
1982	666.362.765	-24,3	3,3	550.228.901	-6,2	2,84	116.133.864	1.216.591.666	
1983	654.626.915	-1,76	2,99	358.068.969	-34,92	2,32	296.557.946	1.012.695.884	
1984	853.110.080	30,32	3,16	510.898.352	42,68	3,67	342.211.728	1.364.008.432	
1985	548.237.398	-35,74	2,14	468.865.172	-8,23	3,56	79.372.226	1.017.102.570	
1986	678.336.014	23,73	3,04	736.988.420	57,19	5,25	-58.652.406	1.415.324.434	
1987	831.782.372	22,62	3,17	574.687.755	-22,02	3,82	257.094.617	1.406.470.127	
1988	979.385.445	17,75	2,9	707.104.076	23,04	4,84	272.281.369	1.686.489.521	
1989	722.114.851	-26,27	2,1	1.238.985.251	75,22	6,79	-516.870.40	1.961.100.102	
1990	645.139.867	-10,66	2,05	1.399.680.430	12,97	6,77	-754.540.56	2.044.820.297	

Fonte: Tabela elaborada pelo autor segundo dados do MDIC.

Com muitos elementos contrários a uma aproximação entre os dois países, é importante identificar o porquê de, mesmo com obstáculos, a relação entre os dois países continuar a crescer. A explicação se encontra no pragmatismo da política externa brasileira, como vem sido aqui defendido. Mesmo com opiniões e alianças diferentes no sistema internacional, o peso comercial que os Estados Unidos possuem não foi descartado pelo Brasil, que, de forma pragmática, continuou exercendo fortes relações comerciais com este, inclusive as ampliando. Assim sendo, a aproximação entre os dois países está em uma das premissas básicas das diretrizes externas do Brasil – o pragmatismo universal, já explanado ao longo do trabalho.

5 Conclusão

O trabalho realizou uma breve leitura da política externa brasileira na década de 80, tempos estes conturbados para a realidade brasileira tanto no cenário interno quanto no externo. O pragmatismo utilizado pelos governos de Sarney e Figueiredo, através da forte influência de seus ministros de relações exteriores, denota a forma com a qual o país lidava com o sistema internacional na época, buscando autonomia e uma aproximação com países que anteriormente eram colocados em segundo plano – durante a época em que o Brasil abandonou o discurso terceiro-mundista

O trabalho leva à conclusão de que o pragmatismo na política externa durante a redemocratização rendeu importantes feitos em prol do interesse nacional. Ao desvencilharem-se do paradigma inicial da ditadura militar, no qual um alinhamento ideológico e político era estabelecido com o eixo-norte, as diretrizes pragmáticas possibilitaram ao Brasil um incremento nas relações políticas e comerciais com áreas do mundo antes não atendidas, sendo menos importantes as diferenças de concepção política de cada um dos elementos. Com isso, apesar de distanciar-se cada vez mais politicamente dos Estados Unidos e conceber uma visão expandida do mundo, o Brasil continuou a aprofundar o comércio bilateral com o império norte-americano, usando do pragmatismo político para este feito. O comércio com os Estados Unidos lograva grandes vantagens ao Brasil, pois, conforme foi observado neste trabalho, foram registrados superávits consideráveis.

Obviamente, o universo das relações entre os dois países é muito mais extenso, e não cabe delinear o acréscimo do nível de comércio tão somente ao pensamento da política externa brasileira. A contextualização do mundo – com destaque às questões políticas e econômicas mais enfaticamente evidenciadas na Guerra Fria e no neoliberalismo – aproxima o leitor do cenário o qual o Brasil encarava. Mesmo com as retaliações norte-americanas em órgãos multilaterais como o GATT, no intuito de diminuir o hiato da disparidade comercial existente – no qual o Brasil possuía o saldo superavitário –, e as tentativas de criar uma maior dependência econômica no país sul-americano através do aumento das taxas de

juros internacionais e do estrangulamento de crédito, os Estados Unidos viam no Brasil um parceiro estratégico que não poderia ser descartado. A conjuntura internacional não permitia aos Estados Unidos perder uma de suas principais zonas de influência.

Foreign Policy in the Redemocratization (1979-1990): The Brazilian Pragmatism in the Relations with the United States

ABSTRACT: The aim of this article is to discuss how the relation between Brazil and the United States in the period of Brazilian redemocratization (from 1979 to 1990) was. In a turbulent decade to Brazil and inflection to the United States, which culminated in the tensioning of relations, the strong political differences between the two countries were equalized front to a relevant commercial approach, comprising, in practical results, the value of a pragmatic foreign policy on Figueiredo and Sarney governments, which searched, through a cohesive external relations, a way to balance the political, economical and social instability.

KEYWORDS: Brazilian Foreign Policy, Pragmatism, Brazil – United States Relations, Redemocratization.

Referências

- ALTEMANI, Henrique. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- AMORIM, Sérgio Gonçalves de. Perspectivas brasileiras na convergência entre o SISIBIN e a ZOPACAS. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 2, n. 4, p.11-31, jul./dez. 2013.
- BARRETO, Fernando de Mello. *A Política Externa após a redemocratização*, Tomo I. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. *Da crise internacional à moratória brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BRASIL. Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984. Dispõe sobre a Política Nacional de Informática. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7232.htm>. Acesso em: 23 jun. 2014.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, ano 7, n. 24, 1. sem. 1980. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, 1980.

BULHÕES, Eduardo Pamplona. *O papel das redes transnacionais de ONGs no contencioso das patentes farmacêuticas entre Brasil e Estados Unidos*. 2008. 240 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

CORRÊA, Luis Felipe de Seixas. A Política Externa de José Sarney. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (Org.). *Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): Crescimento, Modernização e Política Externa*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. v. 1.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques. A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 49, n. 2, p.119-136, 2006.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.cv

JAGUARIBE, Hélio. A Nova República e a política exterior. *Política e estratégia*, v. 3, n. 1, jan./mar., 1985. p. 9-23.

LAFER, Celso. *Novas dimensões da política externa brasileira*. 1987. Não paginado. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_05.htm>. Acesso em: 7 abr. 2014.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Política externa e sucessão presidencial: nada ou quase nada vai mudar. *Brasil: Perspectivas Internacionais*, Rio de Janeiro: IRI/PUC, set./out., 1984.

PEREIRA, Analúcia. *A política externa do governo Sarney: a nova república diante do reordenamento internacional (1985-1990)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José A. G.; SEITENFUS, Ricardo; SALOMÃO, Ivan Colangelo. *Arroubos econômicos, legitimação política: uma análise da moratória da dívida externa de 1987*. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em

Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

KENNEDY, Paul. *Engenheiros da vitória: os responsáveis pela Reviravolta na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

*Resenhado por Guilherme Simionato**

Embora o estudo das relações internacionais seja interdisciplinar por essência, vê-se frequentemente análises reducionistas, que insistem em explicações pouco abrangentes e incapazes de enxergar a complexidade do objeto. Essa não parece ser uma característica de Paul Kennedy, um estadunidense e professor de História das Relações Internacionais na Universidade de Yale. Sua obra mais conhecida é “Ascensão e Queda das Grandes Potências”¹, na qual ele procura relacionar política, economia e guerra a fim de explicar as transições hegemônicas dos últimos séculos. Recentemente, Kennedy lançou “Engenheiros da Vitória”, no qual observa o processo de tomada de decisões e a solução de problemas operacionais na história, demonstrando como e por meio de quem surgiram as inovações que permitiram aos Aliados superarem os obstáculos e reverterem o quadro sobre o Eixo.

O autor se difere das análises estáticas que descrevem as opções no nível da política como tendo sido implementadas de forma instantânea no campo de batalha, sem dificuldades. Kennedy desenvolve uma abordagem pela esfera operacional da guerra, qual seja, o nível intermediário entre a tática (a batalha) e a estratégia (o uso da força e seus fins políticos), envolvendo planejamento, condução e sustentação das campanhas. Nesse sentido, divide o livro em cinco desafios operacionais que cobrem a reviravolta da guerra (1943-44). O (1) primeiro trata das dificuldades em

* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹ KENNEDY, P. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro, Elsevier: 1989.

se conduzir navios mercantes através das importantes rotas do Atlântico, onde a Força Aérea aliada teve um papel decisivo a partir da utilização crescente da aviação baseada em terra e nos porta-aviões, combinada com o desenvolvimento de radares miniaturizados (HF-DF) colocados nas aeronaves. Com isso, foi possível virar o jogo sobre os temidos submarinos U-Boats alemães, cuja superioridade tecnológica fora responsável pelas vultuosas baixas em navios mercantes até 1943 e que colocaram em cheque a própria sobrevivência das rotas de suprimento inglesas. A principal lição foi que o controle do mar seria impraticável sem a contribuição da Força Aérea.

O segundo desafio identificado por Kennedy diz respeito (2) à necessidade de se conquistar a superioridade aérea na Europa ocidental, tendo em vista as crescentes perdas nas investidas aéreas sobre a Alemanha, o que só se conseguiu próximo do fim da guerra com o surgimento do radar para defesa aérea, do Mustang P-51 e de seu potente motor Merlin-61. No entanto, as lições do bombardeio aliado sobre o Terceiro Reich demonstram que, embora se tenha tido grande eficiência em infligir danos diretos sobre a indústria alemã e efeitos indiretos no front oriental (pela necessidade de se transferir recursos para a defesa), a utilização mais eficiente do poder aéreo se deu sempre de forma conjunta com as campanhas terrestres e marítimas.

O ponto alto do livro está relacionado ao terceiro desafio operacional, (3) o de como deter uma *blitzkrieg*. Kennedy, através da análise histórica, expõe a fragilidade das recorrentes estratégias militares baseadas nos ataques-relâmpagos e na vitória rápida. Na II GM, o surgimento de novas tecnologias como a aviação, o motor a combustão interna e o tanque, reascendeu o mito da ofensiva como a forma de guerra mais efetiva. No entanto, o autor apresenta três fatores que indicam o contrário: (a) o geográfico, na medida em que a obtenção de uma vitória decisiva é impraticável se o combate for travado através de extensas cadeias de montanhas ou outros obstáculos topográficos; (b) a postura defensiva por parte do adversário, fortificando-se, entrincheirando-se e se utilizando de um exército de massa; e (c) a profundidade estratégica, na qual o atacante fica cada vez mais distante de suas bases, estendendo suas linhas de suprimentos em excesso e diminuindo crescentemente a densidade de tropas no campo. De fato, essas três características estavam presentes pelo lado dos EUA, da Inglaterra e da URSS.

O quarto e o quinto desafios foram, respectivamente, (4) desembarcar em praias fortemente defendidas pela Alemanha e (5) derrotar a tirania da distância entre os centros produtivos estadunidenses e os teatros de guerra no Pacífico. Aquele (4) está relacionado intimamente com os três anteriores, uma vez que, segundo Kennedy, só foi possível superá-lo após se obter o controle do mar (1), o comando do ar (2) e conter a *blitzkrieg* (3). Importa destacar que, mesmo a partir da impressionante integração de forças, os desembarques anfíbios permaneceram sujeitos em grande parte às já referidas limitações de distância, topografia, acessibilidade, e às condições atmosféricas do momento.

Já o último desafio (5), segundo Kennedy, foi superado, sobretudo, pelo uso impressionante dos recursos americanos, de seu potencial humano e de seus sistemas de armamento. Especificamente, (a) pelo papel dos Fuzileiros Navais na estratégia de capturar as pequenas, porém estratégicas, ilhas da Micronésia; (b) pelo desenvolvimento dos grupos de porta-aviões rápidos (controle do mar); (c) pela introdução do bombardeiro pesado de longo alcance B-29, que voava a uma altitude superior a dos caças e sistemas anti-aéreos inimigos; e, por fim, (d) pelo papel das unidades construtoras das bases, instalações, pontos de montagem e estradas, que faziam a luta prosseguir mesmo com todas as imposições geográficas, os chamados Batalhões de Construção da Marinha americana (*Seabees*). A somatória desses fatores com a força industrial estadunidense tornou possível o triunfo sobre a tirania da distância.

O esforço metodológico de Kennedy se destaca pela abordagem complexa da realidade, evitando as soluções simplificadoras. Dessa maneira, em uma grande contribuição ao papel do indivíduo, o autor adiciona um fator central e comum ao sucesso em todos esses desafios: a “cultura do encorajamento”. Isso significa, em essência, que os engenheiros da vitória seriam indivíduos aos quais foi dada a “liberdade de experimentar, de oferecer ideias e opiniões e de atravessar fronteiras tradicionais das instituições [...] [através da] criação de sistemas de guerra que contivessem um grande feedback, flexibilidade, capacidade de aprender com os erros” (KENNEDY, 2014, p. 417). Portanto, não bastava ter números superiores em termos de produção industrial, homens em armas, sistemas de guerra e território, mas sim utilizá-los da forma mais inteligente possível. Ou seja, moldar e aplicar as questões táticas através de imposições e soluções operacionais até os fins estratégicos definidos no nível da política.

Portanto, “Engenheiros da Vitória” serve perfeitamente ao nosso tempo: é uma negação às soluções simplificadoras e às estratégias militares baseadas na vitória rápida e indolor, cujo cerne reside na superioridade tecnológica (quase sempre ilusória). Assim, o estudo de como a *blitzkrieg* não assegurou a vitória à Alemanha, por exemplo, pode servir de inspiração para aqueles que se debruçam sobre o contexto contemporâneo da ascensão da multipolaridade e sobre a forma como o ator dominante irá lidar com os novos polos (contenção ou inclusão). Do mesmo modo, o livro retoma o debate sobre o papel da tecnologia na guerra, como ela se relaciona com outros fatores e até que ponto ela é revolucionária. Disso decorrem conclusões importantes à sociedade, na medida em que decisões sobre os métodos de se atingir os fins políticos do Estado também afetam o desenho de capacidades industriais, geração de renda, estabilidade política e ambições internacionais.

Entrevista com o Major do Exército Brasileiro Sylvio Ferreira¹ sobre a Missão de Paz da ONU no Saara Ocidental: o impacto regional e o papel do Brasil

1 - O senhor poderia fazer um panorama geral da situação na região?

A situação da região do Saara Ocidental é estável. Tal estabilidade se deve, sobretudo, às peculiaridades e às ações da missão de paz instaurada em 1991 – e operante, desde então – para solucionar o contencioso da região, entre o Marrocos e o Saara Ocidental. Estas partes estão fisicamente separadas no terreno, por meio de uma zona desmilitarizada, o que contribui bastante para ausência de atritos. Acredita-se que o encaminhamento da questão deve ser dado no plano político-diplomático.

2 - Como opera uma missão de paz da ONU?

Não obstante as peculiaridades das missões, estas operam por meio do desdobramento dos componentes civis e militares num cenário pós-conflituoso, com algum nível de consenso entre as partes envolvidas. O componente civil é responsável pela administração da missão, bem como pelas atividades políticas e outros encargos particulares (e.g. ações humanitárias etc). Já o componente militar pode conter times multinacionais de Observadores Militares (*tem sites*) e contingentes. Os primeiros são responsáveis por fiscalizar, no terreno, todos os termos do acordo de paz estabelecido prévios à missão. E os contingentes, normalmente nacionais, são responsáveis por estabelecer e manter a segurança necessária para a condução da missão.

3 - Qual é o perfil da missão de paz instalada no Saara Ocidental e como ela contribui para a estabilização da situação?

Trata-se de uma missão de paz tradicional, com um componente civil e um componente militar bem definidos. O componente militar é composto apenas

¹ Sylvio de Souza Ferreira é Major de Infantaria do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) e atualmente é doutorando do programa de pós-graduação *Stricto Sensu* da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na linha de pesquisa de Estudos da Paz e da Guerra

por observadores militares, divididos em nove times multinacionais, que ficam desdobrados no deserto, de onde têm melhores condições de fiscalizar os termos dos acordos firmados entre o Marrocos e a República Árabe-democrática Saarauí. A MINURSO (*Mission des Nations Unies pour l'organisation d'un référendum au Sahara occidental*) contribui para a estabilização da região, por meio da manutenção absoluta da paz e da ausência total de hostilidades entre as partes do conflito. Desde o cessar-fogo, em 1991, a missão mantém as partes isoladas no terreno por uma faixa desmilitarizada de 5 quilômetros de largura e de aproximados 2000 quilômetros de comprimento, que corta o território original do Saara Ocidental de Nordeste para Sudoeste. Além disso, a missão mantém um relacionamento muito bom com as partes do conflito, o que facilita bastante o processo de paz.

4 - Qual foi o período que o senhor ficou como observador na missão de paz do Saara Ocidental e o que o senhor observou de interessante ao longo do processo?

Permaneci na missão de dezembro de 2008 a dezembro de 2009. Até maio de 2009, trabalhei como Observador Militar em um *team site* localizado ao sul do Saara, na porção controlada pelo Marrocos. Após esse período, passei a trabalhar como oficial de Estado-Maior, no componente de desminagem humanitária da missão. Diversos aspectos poderiam ser ressaltados como interessantes. Dentre estes, destaco a ótima aceitação que os militares brasileiros desfrutavam dentre os 27 países que enviavam tropas para o Saara Ocidental. Merece destaque também que todas unidades militares do Exército Marroquino e da Frente Polisário (partes do conflito presentes no terreno) estão no exato local do último dia da guerra, com todo aparato militar envolvido. Trata-se de uma estrutura muito grande, complexa, com carros de combate, blindados, viaturas leves, canhões e metralhadoras, além de pessoal. Por fim, ressalto o perigo e o ambiente extremamente tenso, causado pela ameaça das minas terrestres e artefatos explosivos espalhados desde a época da guerra. Esse ambiente causava grande tensão nas patrulhas diárias, que tinham que monitorar a região. Técnicas de orientação, utilização de GPS, o próprio conhecimento da região eram os artifícios utilizados para se proteger dessa ameaça, o que se mostrava bastante eficaz. De 1991 a 2009, houve apenas 2 acidentes com minas envolvendo observadores.

5 - Como o senhor avalia a participação cada vez mais ativa do Brasil nas missões de paz da ONU?

Particularmente, acredito que essa participação seja extremamente positiva. Ao passo que o país cumpre seus compromissos com a Organização, as tropas ganham experiência e têm a oportunidade de se adestrarem.

“Perspectiva: Reflexões sobre a Temática Internacional”

Normas de Submissão Revista Perspectiva

1. Serão aceitos somente artigos e resenhas inéditos relacionados ao tema da revista, produzidos por alunos de graduação de qualquer instituição, regularmente matriculados.

2. Todos os artigos e resenhas adequados às normas requeridas pela revista serão avaliados pelo Conselho Editorial da revista. O parecer desse conselho será decisivo para a publicação do artigo e/ou da resenha, sendo que qualquer modificação substancial será previamente acordada com o autor.

3. Os artigos e resenhas deverão estar de acordo com as seguintes normas técnicas para sua avaliação:

3.1 Margens de três centímetros e espaçamento duplo entre as linhas.

3.2 Tipologia Times New Roman, tamanho da fonte 12.

3.3 Artigos devem conter entre 25 e 45 mil caracteres, incluídos os espaços.

3.4 Resenhas devem conter entre 6 e 8 mil caracteres, incluídos os espaços.

3.5 Artigos e resenhas devem conter título em português e em inglês.

3.6 Deve constar, no início do artigo, um resumo em português de 500 a 800 caracteres, sintetizando os propósitos e conclusões do autor, além de 4 a 6 palavras-chave; no final do artigo, após as referências, devem constar o resumo e as palavras-chave, traduzidos para o inglês.

3.7 A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema ABNT (AUTOR, data), referenciando a literatura citada ao final do texto.

3.8 As notas de rodapé devem ser de natureza substantiva e complementar ao texto, sendo alocadas no final da página. O espaçamento no texto da nota deve ser simples e entre as notas, duplo; o tamanho da fonte deve ser 10 e a tipologia, mantida.

3.9 As citações, quando necessárias, deverão ser mantidas no corpo do texto quando menores de quatro linhas, entre aspas duplas e sem itálico; quando ultrapassarem esse limite, deverão constituir um parágrafo independente, com margem de quatro centímetros, fonte 10 e espaçamento simples entre linhas e sem aspas. Ao final da citação, é obrigatória a adição, entre parênteses, do sobrenome do autor original, ano da publicação em questão e número da(s) página(s).

4. A divisão do texto em seções deverá ser feita de acordo com os seguintes critérios:

4.1 São empregados algarismos arábicos na numeração.

4.2 O indicativo de seção é alinhado na margem esquerda, precedendo o título, dele separado por um espaço.

4.3 Deve-se limitar a numeração progressiva até a seção quinária.

4.4 O indicativo das seções primárias deve ser grafado em números inteiros a partir de 1.

4.5 O indicativo de uma seção secundária é constituído pelo indicativo da seção primária a que pertence, seguido do número que lhe for atribuído na sequência do assunto e separado por ponto. Repete-se o mesmo processo em relação às demais seções.

Exemplo:

Seção Primária	Seção secundária	Seção terciária	Seção quaternária	Seção quinária
1	1.1	1.1.1	1.1.1.1	1.1.1.1.1
2	2.1	2.1.1	2.1.1.1	2.1.1.1.1
3	3.1	3.1.1	3.1.1.1	3.1.1.1.1
.
.
8	8.1	8.1.1	8.1.1.1	8.1.1.1.1
9	9.1	9.1.1	9.1.1.1	9.1.1.1.1

4.6 Não se utilizam ponto, hífen, travessão ou qualquer sinal após o indicativo de seção ou de seu título.

4.7 Destacam-se gradativamente os títulos das seções, utilizando os recursos de negrito, itálico ou grifo e redondo, caixa alta ou versal e outro. O título das seções (primárias, secundárias etc.) deve ser colocado após sua numeração, dele separado por um espaço. O texto deve iniciar-se em outra linha.

4.8 Todas as seções devem conter um texto relacionado com elas.

4.9 Quando for necessário enumerar os diversos assuntos de uma seção que não possua título, esta deve ser subdividida em alíneas.

4.10 Quando as alíneas forem cumulativas ou alternativas, pode ser acrescentado, após a penúltima, **e/ou** conforme o caso. As alíneas, exceto a última, terminam em ponto-e-vírgula.

4.11 A disposição gráfica das alíneas obedece às seguintes regras:

a) o trecho final do texto correspondente, anterior às alíneas, termina em dois pontos;

b) as alíneas são ordenadas alfabeticamente;

c) as letras indicativas das alíneas são reentradas em relação à margem esquerda;

d) o texto da alínea começa por letra minúscula e termina em ponto-e-vírgula, exceto a última que termina em ponto; e, nos casos em que se seguem subalíneas, estas terminam em vírgula;

e) a segunda e as seguintes linhas do texto da alínea começam sob a primeira letra do texto da própria alínea.

4.12 Quando a exposição da ideia assim o exigir, a alínea pode ser subdividida em subalíneas. As subalíneas devem começar por um hífen, colocado sob a primeira letra do texto da alínea correspondente, dele separadas por um espaço. As linhas seguintes do texto da subalínea começam sob a primeira letra do próprio texto.

4.13 Quaisquer gráficos, tabelas, esquemas ou assemelhados devem ser enviados separados do artigo, em anexo, sendo que esses devem ser diretamente reproduzidos pelo autor.

4.14 Esclarecimentos sobre a normalização exigida devem ser consultados nos termos estabelecidos pela ABNT para artigos em periódicos científicos (NBR-6022).

Atenciosamente,
Conselho Executivo

Nesta obra foram utilizadas as fontes Adobe Garamond Pro e Footlight MT Light.
Capa em Supremo 250 g com acabamento plastificado fosco.
Páginas internas em papel Reciclato 90 g.



Editoração e impressão:

Gráfica da UFRGS
Rua Ramiro Barcelos, 2500
Porto Alegre/RS
(51) 3308 5083
grafica@ufrgs.br
www.ufrgs.br/graficaufrgs